



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA- PPGSCA**

DIME ALEXANDRE LONDONO GOMES
Bolsista CAPES

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DO SINDPESCA/TABATINGA:
A LUTA POR REPRESENTAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NO ALTO
SOLIMÕES/AM.**



Manaus – Amazonas
2020



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA PPGSCA**

DIME ALEXANDRE LONDONO GOMES

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DO SINDPESCA/TABATINGA:
A LUTA POR REPRESENTAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NO ALTO
SOLIMÕES/AM.**

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Área de concentração: Processos Socioculturais na Amazônia. Linha de pesquisa: Redes, processos e formas de conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas.

Manaus – Amazonas
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G633c Gomes, Dime Alexandre Londono
Caminhos e descaminhos do SINDPESCA/Tabatinga: a luta por representação sociopolítica no Alto Solimões/AM / Dime Alexandre Londono Gomes . 2020
160 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene Corrêa da Silva Freitas
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)
Universidade Federal do Amazonas.

1. Sindicato de pescadores(as) artesanais . 2. representação sociopolítica. 3. movimentos sociais . 4. Tabatinga. 5. Alto Solimões.
I. Freitas, Marilene Corrêa da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO
DIME ALEXANDRE LONDONO GOMES

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 15h (quinze horas), em sala virtual, por videoconferência, ocorreu a sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DO SINDPESCA/ TABATINGA: MOVIMENTOS SOCIAIS E AS VOZES DE LUTAS POR REPRESENTAÇÃO NO ALTO SOLIMÕES /AM” apresentada pelo aluno **DIME ALEXANDRE LONDONO GOMES**, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, conforme estabelece os Artigos 40 e 41 do Regimento Interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pela Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas- UFAM, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pela Prof.^a Dr.^a Elenise Faria Scherer- UFAM e pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Witikoski – UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a dissertação, passou a arguição pública do mestrando. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas

Parecer: (APROVADA) Assinatura: Marilene Corrêa da Silva Freitas

- Prof.^a Dra. Elenise Faria Scherer

Parecer: (APROVADA) Assinatura: Elenise Faria Scherer

- Prof. Dr. Antonio Carlos Witikoski

Parecer: (Aprovada)

Assinatura: Antonio Carlos Witikoski



Dedico este trabalho aos pescadores e às pescadoras artesanais do Município de Tabatinga – AM, especialmente aos associados(as) ao SINDPESCA, por compartilharem suas histórias, experiências e lutas, permitindo-me, assim, dar visibilidade aos olhos do velho e novo mundo à realidade deste grupo social da Amazônia.

Sem vocês não seria possível o êxito desta pesquisa, minha Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação representou um trabalho árduo e desafiador de dois anos, vivenciando as trajetórias da emoção, angústia e medo. Mas poder concluir mais esta etapa de minha formação acadêmica é satisfatório, mesmo diante de vários contratemplos que a vida nos apresenta, alguns de caráter particular outros de caráter coletivo, por isso faz-se necessário redigir com apreço os agradecimentos que contribuíram para o êxito deste trabalho intelectual. Desta maneira agradeço:

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela oportunidade de poder realizar este curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Ao programa de Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, pela isenção da taxa de inscrição no exame de seleção para o ingresso no programa, no auxílio financeiro para participação em eventos científicos e pela intermediação na concessão da bolsa de estudo junto à CAPES.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, pela concessão da bolsa de estudo, dando subsídio para a pesquisa na região do Alto Solimões-Amazonas.

À Professora Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas pela orientação, acolhida, e confiança em mim, depositada na construção deste trabalho.

Aos professores (as) do Programa de Pós Graduação – PPGSCA, que ministraram disciplinas no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, *campus* Tabatinga e no Instituto Natureza e Cultura – INC/UFAM em Benjamin Constant, por compartilharem seus conhecimentos acadêmicos e dividirem momentos de aprendizagens contribuindo para o desdobramento e desfecho desta pesquisa.

À Professora e Coordenadora Iraildes Caldas Torres, assim como todos os idealizadores (as) que conseguiram efetivamente tornar real o Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, promovendo a interiorização da oferta de vagas no programa, especificamente para o Município de Tabatinga.

Aos professores Antônio Carlos Witkosky e Elenise Farias Scherer, pelas importantes contribuições e sugestões na Banca do Exame de Qualificação.

Ao professor Ângelo Brás Fernandes Callou, da Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE, por ter disponibilizado em formato PDF e enviado por e-mail, uma cópia da obra *Movimentos Sociais na Pesca* e assim contribuindo para a temática da pesquisa.

Um agradecimento póstumo ao professor José Aldemir de Oliveira pelos incentivos incansáveis para a realização de uma Pós-graduação *Stricto Sensu* aos discentes desta região do Alto Solimões.

Ao professor Cristiano Quaresma de Paula, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, pelo acolhimento e a inserção do meu nome na relação dos pesquisadores(as) do grupo rede de geografia(s) da pesca, possibilitando fazer parte desse campo específico da geografia, junto a outros pesquisadores(as) do Brasil.

Ao Professor e amigo Reginaldo Conceição da Silva, que mesmo no trabalho da docência e dos estudos de doutorado abriu espaço, sempre que possível, para diálogos e contribuições a esta pesquisa.

Ao professor Luiz Antônio Nascimento de Souza, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, pelos diálogos e sugestões na escrita deste trabalho, bem como por subsidiar materiais de leitura.

Ao Gerente local do IDAM, o Senhor Raimundo Zoroastro Nascimento Brandão, por nos permitir o acesso aos arquivos fotográficos da instituição.

Ao colega de Graduação Éder Paiva Machado, pela paciência e disponibilidade noturnas na formatação desta dissertação.

A Patrícia Marin Lujan, amiga e doutoranda em Estudos Amazônicos da Universidade Nacional da Colômbia – Sede Amazônia, na cidade Letícia, por estar sempre disposta a contribuir durante a pesquisa de campo e o processo de escrita.

À Andréa Assis, chefe do serviço de Biblioteca – SEBIB, do Museu paraense Emílio Goeldi, pela disponibilidade de duas obras em formato PDF, que fazem parte do acervo e estão indisponíveis no mercado.

À Senhora Clara Gabriela Marin Lujan, gerente do Banco da República, sede Letícia Amazonas, por intermediar a logística da obra “Pesca artesanal na Colômbia – história de uma dívida social”, junto à Biblioteca do Banco da República de Cartagena, fazendo chegar as minhas mãos e encurtando o tempo de acesso a este material.

Ao senhor Luiz Ataíde, historiador, mais conhecido como seu “Lulu”, ainda que não reconhecido pelo município de Tabatinga, mas que tem uma contribuição importantíssima, por manter viva a história desta região por meio de suas independentes e valiosas obras e acervos particulares.

Aos interlocutores indiretos que durante a trajetória desta pesquisa surgiram com suas contribuições, enriquecendo mais ainda este estudo.

Agradeço, também, aos filhos de pelos (pet’s), pela companhia e amor nas horas de estudo.

Cabe incluir ainda nestes agradecimentos algumas pessoas que duvidaram da minha capacidade intelectual de finalizar o mestrado e concluir esta Dissertação.

Por fim, registro meus agradecimentos a todos que compartilharam esse caminho percorrido, contribuindo, direta e indiretamente, com esta pesquisa.

Agradecimento especial

A minha companheira de afinidades emocionais e parceira de estudos acadêmicos. Ildete Freitas, pelo apoio incansável em todos os momentos

*difíceis desta trajetória acadêmica, sendo meu alicerce para todos os
momentos.
Meus sinceros agradecimentos e Gratidão, sempre.*

Mergulha a mente, quanto possível, no estudo.
O estudo liberta da ignorância e favorece a criatura com discernimento.
O estudo e o trabalho são asas que facilitam a evolução do ser.
O conhecimento é mensagem de vida.
Não apenas nos educandários puedes estudar.
A própria vida é um livro aberto, que ensina a quem deseja aprender.

Joanna de Ângelis
Psicografado por Divaldo Franco

RESUMO

Esta dissertação busca promover uma discussão sobre a constituição do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga-SINDPESCA/TBT. Nosso objetivo geral nesta investigação é **analisar** o protagonismo político do sindicato a partir dos movimentos sociais na sede do município, evidenciando as vozes por representação sociopolítica a esta categoria. No que compete aos objetivos específicos, buscamos **historicizar** a organização sociopolítica dos pescadores artesanais do município de Tabatinga; **verificar** o processo de organização sociopolítica e administrativa do sindicato dos pescadores, a partir de seus associados(a) no município de Tabatinga-AM, e **identificar e descrever** os diálogos interinstitucionais entre poder público e sindicato dos pescadores na constituição das políticas públicas. O cenário para essa atuação política do SINDPESCA é a microrregião do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, na tríplice fronteira, Brasil, Colômbia e Peru. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa (MINAYO, 2007), configurando-se como um estudo de caso (YIN, 2010), pautou-se num trabalho inicialmente bibliográfico de imersão no tema, seguido de observação participante, história de vida, entrevistas semiestruturadas e consulta a fontes documentais, fornecidas pelo SINDPESCA, Colônia de pescadores Z-24 e pela antiga EMATER/AM, hoje denominada IDAM. Como resultados obtidos, a pesquisa revelou que a formação e organização social dos pescadores do município de Tabatinga caminharam, simultaneamente, ao lado de dois momentos marcantes na história de Tabatinga: primeiramente com a fundação e os movimentos sociais e políticos do conselho comunitário, para a emancipação do município em meio à ditadura militar; o segundo com a instalação do escritório da empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, em 1977. No segundo objetivo, a pesquisa evidenciou um novo formato de organização institucional dos pescadores, com uma estrutura sindical, contestando as contradições na estrutura da organização política das Colônias, nessa nova estruturação social, o Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga percorreu os caminhos e descaminhos entre colônia, associação e delegacia sindical, e, finalmente, em sindicato, o atual SINDPESCA/Tabatinga. Promovidas pelos movimentos sociais dos seus associados(a) em busca de autonomia, reconhecimento e representação sociopolítica no Alto Solimões. E por último, a pesquisa constatou a importância dos movimentos sociais no que se refere aos diálogos interinstitucionais entre os pescadores e o Estado, representado em níveis federal, estadual e municipal, permitindo-lhes ter voz e visibilidade nesses cenários de luta, diante da atual conjuntura política do país.

Palavras-chave: Sindicato de Pescadores(as) Artesanais. Representação Sociopolítica. Movimentos Sociais. Tabatinga. Alto Solimões.

RESUMEN

Esta tesis busca promover una discusión sobre a la formación del sindicato de pescadores (as) artesanales de Tabatinga – SINDPESCA/TBT. Nuestro objetivo general en esta investigación, fue **analizar** el protagonismo político del Sindicato a partir de los movimientos sociales del municipio, evidenciando las voces para la representación sociopolítica a esta categoría. En lo que se refiere a los objetivos específicos, buscamos **historizar** la organización sociopolítica de los pescadores artesanales del municipio de Tabatinga; **verificar** el proceso de organización sociopolítica y administrativa del Sindicato de pescadores a partir de sus asociados(a) en el municipio de Tabatinga – AM, e **Identificar y describir** los diálogos interinstitucionales entre el poder público y el Sindicato de pescadores para la elaboración de políticas públicas. El escenario para la actuación política de SINDPESCA es la mesorregión del Alto Solimões (Rio Amazonas), en el Estado del Amazonas, de la triple frontera, Brasil, Colombia y Perú. La investigación es de forma cualitativa (MINAYO, 2007) configurándose como un estudio de caso (YIN, 2010), el trabajo se proyectó inicialmente con la búsqueda bibliográfica para entrar en el tema, seguido con observación del participante, historias de vida, entrevistas semiestructuradas y consulta en fuentes documentales suministradas por SINDPESCA, Colonia de pescadores Z-24 y por la antigua EMATER/AM, hoy denominada IDAM. Como resultados obtenidos, la investigación reveló que la formación y organización social de los pescadores del municipio de Tabatinga caminaron simultáneamente al lado de dos momentos que marcaron la historia de Tabatinga, primero con la fundación y los movimientos sociales y políticos del Concejo Comunitario para la emancipación del municipio en medio de la dictadura militar. Segundo con la apertura de una oficina de la Empresa de Asistencia técnica y de Extensión Rural del Estado del Amazonas – EMATER/AM en 1977. En el segundo objetivo la investigación logró evidenciar un nuevo formato de organización institucional de los pescadores, con una estructura sindical que respondía las contradicciones de las estructuras de organización política de las Colonia, en esas nuevas estructuras sociales el Sindicato de pescadores artesanales de Tabatinga, recorrió caminos de encuentros y desencuentros entre Colonia, asociación y delegación sindical, finalmente convertida en Sindicato, el actual SINDPESCA/Tabatinga. Promovidos por los movimientos sociales de sus asociados(a) en busca de autonomía, reconocimiento y representación sociopolítica en el Alto Solimões. Por último la investigación constató la importancia de los movimientos sociales en lo que se refiere a los diálogos interinstitucionales entre los pescadores y el Estado representado por los niveles federal, estadual y municipal, permitiéndoles tener voz y visibilidad en estos escenarios de luchas frente a la actual coyuntura política del país.

Palabras clave: Sindicato de Pescadores(as) Artesanales. Representación Sociopolítica. Movimientos Sociales. Tabatinga. Alto Solimões.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACAR/AM** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas
- ADAF** – Agência de defesa agropecuária e florestal do Estado do Amazonas
- ASOPESCAM** – Asociación de pescadores del Amazonas
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CESTB** – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga
- CFC** – Fondo Común para los Productos Básicos
- CFSOL** – Comando de Fronteira Solimões
- COMENALPA** – Confederação Mesa Nacional de Pesca Artesanal de Colombia
- COMITABA** – Comando da Colônia Militar de Tabatinga
- CPP** – Conselho Pastoral dos Pescadores
- CSB** – Central dos Sindicatos Brasileiros
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO** – Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura
- FECOLPAA** – Federación Colombiana de Pescadores Artesanales y Ambientalistas
- FEPESCA** – Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas
- FESIPEAM** – Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas
- FETAPE** – Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Amazonas
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

INFOPECA – Centro para los Servicios de Informacion y Asesoramiento sobre la Comercializacion de los Productos Pesqueros en America Latina y el Caribe

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMMAT – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tabatinga

SEMPDCT – Secretária Municipal de Proteção e Defesa Civil de Tabatinga

SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas

SINCHI – Instituto Amazônico de Investigações Científicas

SINDPESCA/TBT – Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga

SINPESCA/AM – Sindicato dos pescadores e pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas.

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores rurais, agricultores familiares

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Pará

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MPP – Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

NESAM – Núcleo de estudos Socioambientais da Amazônia

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGSCA – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

PT – Partido dos Trabalhadores

RGP – Registro Geral da Pesca

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Ata da última diretoria da associação de pescadores.....	61
Fotografia 2:	Ata de transição de associação para colônia de pescadores.....	62
Fotografia 3:	Sede da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga/AM.....	65
Fotografia 4:	Sede da ASOPESCAM no porto civil de Letícia-Colômbia.....	70
Fotografia 5:	Sede da Associação dos pescadores Luis Bacherro Rosi, Santa Rosa-Peru.....	76
Fotografia 6:	Sede do Sindicato dos Pescadores(as) Artesanais de Tabatinga.....	82
Fotografia 7:	Flutuante do SINDPESCA/Tabatinga.....	82
Fotografia 8:	Presidente da Colônia Z-24, ao centro.....	97
Fotografia 9:	Presidente do SINDPESCA/TBT.....	98
Fotografia 10:	Apresentação das chapas para a eleição.....	101
Fotografia 11:	Panfleto do candidato da chapa 01.....	101
Fotografia 12:	Panfleto do candidato da chapa 02.....	102
Fotografia 13:	Fila para entrar na seção de votação.....	103
Fotografia 14:	Pescadores aposentados exercendo o direito de votar.....	104

Fotografia 15: Presidente da Comissão Eleitoral anunciando a chapa vencedora.....	104
Fotografia 16: Chapa 01, vencedora da eleição.....	106
Fotografia 17: Mesa das autoridades (políticos e representantes de instituições públicas do Estado.....	111
Fotografia 18: Lideranças da pesca do Alto Solimões.....	112
Fotografia 19: Presidente do SINDPESCA/TBT, assinando o termo de cooperação técnica.....	113
Fotografia 20: A participação dos pescadores (as) do Alto Solimões no evento.....	114
Fotografia 21: Divulgação do <i>banner</i> sobre a III Assembleia intercomunitári..	123
fotografia 22: Comunitários e representantes de instituições públicas do Estado.....	126
Fotografia 23: Líder comunitário participando do debate.....	126

FOTOGRAFIAS AÉREAS

Fotografia Aérea 1: Vista panorâmica da sede do sindicato dos pescadores artesanais de Tabatinga – AM.....	36
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: A presença do prefeito militar ao centro da mesa numa reunião do conselho comunitário.....	57
Imagem 2: Reunião de pescadores e agricultores na antiga EMATER em Tabatinga.....	58
Imagem 3: Freio Ciro em uma das reuniões do conselho comunitário juntamente com os pescadores e agricultores.....	59
Imagem 4: Sede Provisória da Associação dos Pescadores(a) Artesanais de Tabatinga – AM.....	79
Imagem 5: Pescadores reunidos para Assembleia geral na Associação.....	79
Imagem 6: Substituição da sede de Associação para Delegacia Sindical.....	80
Imagem 7: Presidente do SINDPESCA/TBT, à esquerda, na mesa de abertura	115
Imagem 8: Panfleto de campanha.....	116
Imagem 9: Passeata no Centro de Manaus.	116
Imagem 10: Post da divulgação do I encontro.....	117
Imagem 11: Cerimonial de abertura do evento.....	118
Imagem 12: Diretoria executiva da FETAPE/AM, empossada.....	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Colônia de Pescadores Z-24.....	67
Figura 2: Organograma da ASOPESCAM.....	73
Figura 3: Cronologia do Tempo na Constituição do SINDPESCA/Tabatinga....	83
Figura 4: Organograma do Sindicato dos pescadores (as) Artesanais de Tabatinga/SINDPESCA.....	85
Figura 5: Estrutura hierárquica das instâncias representativas dos pescadores (as) do SINDPESCA/Tabatinga.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização geográfica dos Municípios do Alto Solimões no Estado do Amazonas.....	35
--	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1:	Fontes teóricas que abordam a temática pesquisada.....	39
Quadro 2:	Comunidades Ribeirinhas do Município de Tabatinga/AM.....	91
Quadro 3:	Comunidades Indígenas do Município de Tabatinga/AM.....	92
Quadro 4:	Comunidades Indígenas do Município de São Paulo de Olivença/AM.....	92
Quadro 5:	Comunidades Ribeirinhas do Alto Solimões/AM e do Território Peruano.....	92
Quadro 6:	Cenários de lutas sociais e os diálogos com o Estado.....	106
Quadro 7:	Distribuição dos espaços geográficos da Comunidade.....	128

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
Trajetórias do pesquisador e o objeto de estudo	23
INTRODUÇÃO	26
Os caminhos da investigação	28
Procedimentos adotados na pesquisa de campo	29
A descrição dos campos realizados: limites e desafios	32
De onde falamos: Contextualizando a região da pesquisa	34
De quem falamos: Os sujeitos sociais da pesquisa	36
A luta por representação sociopolítica: um dos pilares dos movimentos sociais da pesca.....	38
Tecendo a estrutura da dissertação	41
1 PESCA, PESCADORES E O ESTADO NO ALTO SOLIMÕES	43
1.1 A Gênese da institucionalidade da pesca Artesanal no Brasil: um breve histórico	43
1.2 A Amazônia como palco dos movimentos sociais dos pescadores(as) artesanais	49
1.3 Associação, Colônia e Sindicato: algumas definições.....	52
1.3.1 A primeira representação da Pesca Artesanal em Tabatinga: uma viagem ao passado	55
1.4 A organização sociopolítica dos pescadores artesanais na tríplice fronteira Amazônica.....	65
1.4.1 Colônia de Pescadores Z-24: a organização tradicional.....	66
1.4.2 Na margem da fronteira: ASOPESCAM uma Instituição Invisível aos olhos do Estado Colombiano: o caso de Letícia na Amazonía colombiana.....	70
1.4.3 Uma associação de pescadores artesanais na Amazônia Peruana	77
2 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS DO SINDPESCA: UM NOVO FORMATO DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DE TABATINGA	79
2.1 SINDPESCA/Tabatinga: processo histórico de constituição do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais	79
2.2 A organização sociopolítica e administrativa do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga	86
2.3 A participação das pescadoras e as relações de poder na constituição do SINDPESCA.....	90
2.4 A transição da nova diretoria do SINDPESCA – Tabatinga: A resistência contra o Estado	98

2.4.1	Atuais mudanças na conjuntura nacional referente aos movimentos sociais da pesca.....	100
2.4.2	Reorganização sociopolítica dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga: Modo de existência e resistência	102
3	DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS: SINDPESCA E O PODER PÚBLICO	109
3.1	Diálogos em nível Federal	112
3.1.2	Acordo de Cooperação Técnica, mais uma conquista dos pescadores(as) do Alto Solimões	112
3.2	Diálogos em nível Estadual	118
3.2.1	As lutas sociais dos pescadores nos eventos fomentados pelo Estado.....	118
3.2.2.	1º Encontro dos pescadores (as) do Amazonas ou a velha manobra política?	120
3.2.3	A nova representação da pesca no Amazonas: a rivalidade entre as representações políticas.....	123
3.3	Diálogos em nível Municipal.....	126
3.3.1	III Assembleia Intercomunitária do complexo do lago do Caiáu: projeto piloto pelo PROVARZEA	126
	Considerações finais.....	133
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXOS.....	143
	APÊNDICES	151

APRESENTAÇÃO

Trajetórias do pesquisador e o objeto de estudo

Nossas primeiras experiências no exercício da pesquisa se iniciaram desde a minha graduação no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga/UEA. Essa importante etapa de minha formação, só foi possível a partir do meu engajamento no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, em 2013, no desenvolvimento de pesquisas com Povos e Comunidades Tradicionais do Alto Solimões e da Amazônia. Posteriormente, em 2014, fomos convidados a compor o grupo de pesquisa vinculado ao CNPq. Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM.

Essa parceria nos possibilitou participar como voluntário nos projetos de extensão/PROGEX/UEA, intitulados “Cartografia social na Mesorregião do Alto Solimões: Instrumentos para a construção de representações socio territoriais¹”; "Oficinas de Mapeamento participativo para identificação de conflitos socioambientais entre trabalhadores da pesca: Elementos para a gestão territorial e ambiental no município de Tabatinga/AM²". Este último voltado à sede do sindicato dos pescadores artesanais de Tabatinga – SINDPESCA. Essas observações durante o período de graduação e as participações nestes dois projetos nos provocaram o desejo de realizar os primeiros estudos envolvendo os pescadores artesanais do município de Tabatinga, com um olhar para as questões sociais.

Se a graduação se despontou como uma grande e curiosa jornada à minha frente, após a conclusão da educação básica, instigada pela necessidade do mundo do trabalho, de forma oposta, a pós-graduação era o lugar onde eu já sabia que queria estar. Tomei gosto pelos estudos, e me sentia cada vez mais motivado a buscar novos patamares de conhecimento. Aguardei uma oportunidade de especialização que pudesse ser oferecida por

¹ Aprovado no Programa Institucional de Extensão/PROGEX, promovido pelo Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB/UEA, no período de setembro de 2014 a agosto de 2015 (voluntário).

² Registrado no Sisproj sob o nº 35165, aprovado no Edital nº 46/2015 do Programa Institucional de Extensão/PROGEX, no período de setembro de 2015 a Agosto de 2016 (voluntário).

uma universidade pública na cidade onde moro, não “caindo” nos encantos e facilidades de cursos oferecidos por pequenas empresas que nos rincões do país, como Tabatinga, oferecem cursos nem sempre de qualidade. Retornei à casa onde fui graduado, e novamente ocupei um banco na sala de aula do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga.

Na continuidade de minha formação acadêmica, surgiu no final do ano de 2016 a oportunidade de uma seleção para o curso de Relações Internacionais e Geopolítica da Pan-Amazônia, ofertada pela mesma universidade que eu havia feito minha graduação, Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CESTB, o processo de seleção foi orientado pelo edital nº.70/2016-GR/UEA. Esta nova etapa de estudos, foi então concluída em abril de 2018 com a entrega do trabalho monográfico, o artigo intitulado “Violência nas águas do rio Solimões: Análise da (in)segurança pública sofrida pelos pescadores ribeirinhos do Município de Tabatinga/AM”.

Como forma de dar continuidade a minha qualificação acadêmica e percebendo a atração que tinha pela pesquisa, ingressei no mestrado interdisciplinar em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, por meio do Edital Nº 048/2017- PROPESP/UFAM, na área de concentração: processos socioculturais na Amazônia, concorrendo a uma das vagas na linha de pesquisa: 2 – Redes, processos e formas de conhecimentos. Posteriormente, tive a oportunidade de ser bolsista da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES, devido a minha classificação no processo para entrada no mestrado. Durante a seleção dos projetos de pesquisa para orientação, tive o privilégio de ser selecionado pela professora Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, um nome reconhecido no meio acadêmico, nacional e internacionalmente.

Toda esta trajetória acadêmica, a partir da nossa inserção no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/PNSCA, e no Núcleo de Estudos Socioambientais na Amazônia-NESAM, contribuíram para o amadurecimento e reflexões que se desdobrariam na nossa escolha pelo objeto de estudo: o Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga SINPESCA/TBT. Na região do Alto Solimões da Amazônia Brasileira, trata-se de uma instituição recente em relação a outras instituições que representam a

pesca (associações e colônias), mas que nos últimos dez anos vem ganhando *status* de poder em busca dos direitos e da visibilidade a esta categoria que, historicamente, luta por espaço e direitos perante o Estado brasileiro.

INTRODUÇÃO

Alegra-nos a oportunidade histórica de apresentar a nossa Dissertação no ano em que o objeto dos nossos estudos completa uma década de existência no município de Tabatinga, no Estado do Amazonas. Percorrendo os caminhos e descaminhos de luta por representação sociopolítica e reconhecimento na região do Alto Solimões, ainda em um período obscuro da história do país, conduzido pelo regime militar e os anos subsequentes, a nova reorganização institucional das entidades representativas da pesca em todo o território nacional ganha novos ares no atual milênio.

A existência do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga/SINDPESCA, hoje constituída, percorreu três grandes momentos históricos, na cidade de Tabatinga, motivados pelos movimentos sociais dos seus associados(as) em busca de autonomia e reconhecimento. Cada instituição antecessora (colônia, associação e delegacia sindical) foi criada com um objetivo de atender com mais flexibilidade e serenidade aos interesses daquele grupo de trabalhadores(as) da pesca que iniciavam essa longa trajetória, como poderá ser vista com mais detalhes na sessão dois desta Dissertação.

Durante a nossa inserção no campo, deparamo-nos com a presença de mulheres indígenas e não indígenas envolvidas nas dinâmicas do Sindicato, algumas delas ocupando cargo dentro da diretoria e participando ativamente das reuniões e assembleias. Outra observação a respeito das mulheres é que elas passaram a demonstrar mais interesse nas questões políticas da sede, fazendo-se presentes nas composições das chapas para a última eleição da nova diretoria do SINDPESCA.

Mesmo que as pescadoras não tenham sido o nosso foco nas discussões, cabe ressaltar a importância delas nesse processo de participação política, uma vez que, historicamente, as mulheres da Amazônia³, ao se

³ Para maiores detalhes, sobretudo na questão voltada à figura da mulher nos movimentos sociais, leia-se: (CHAVES E CÉSAR, 2019); O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira (COSTA, 2011); As mulheres e o poder na Amazônia (TORRES, 2011);

considerar a literatura a respeito dos movimentos sociais, sempre estiveram invisibilizadas nos espaços públicos da sociedade, principalmente aqueles ocupados por homens. Na Amazônia essa questão torna-se mais evidente pelo seu contexto histórico de colonização e pela visão dos naturalistas. Por conta disso, reservamos um espaço na seção dois desta Dissertação para falarmos um pouco mais sobre a participação dessas mulheres amazônidas.

Inicialmente, tínhamos uma proposta de pesquisa para o mestrado mais densa, intitulada “Territórios da pesca: O sindicato dos pescadores e os processos de mobilizações sociais e o reconhecimento da identidade coletiva no Alto Solimões-AM”, mas durante o processo de seleção fomos orientados pela banca de defesa dos projetos a rever nossa intenção de pesquisa pela sua complexidade e o tempo para executá-la. Foi a partir das disciplinas ofertadas e as orientações encaminhadas que conseguimos ter outro olhar para reconstruirmos, ao longo do tempo de pesquisa, o nosso projeto, e fazermos o exercício de amadurecimento das ideias.

Em razão disso, os objetivos propostos precisaram ser readequados, assim como as leituras que davam respaldo ao teor científico desta pesquisa. Tornando-se necessário outro recorte epistêmico neste estudo, optamos por investigar a organização e representação sociopolítica do SINDPESCA/Tabatinga, no Estado do Amazonas. Por essa razão, nosso maior foco investigativo foi **analisar** o protagonismo político do sindicato a partir dos movimentos sociais na sede do município.

Especificamente, buscamos **historicizar** a organização sociopolítica dos pescadores artesanais do município de Tabatinga; **verificar** o processo de organização sociopolítica e administrativa do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais do município de Tabatinga – AM; **identificar e descrever** os diálogos interinstitucionais entre o sindicato dos pescadores(as) e o poder público na constituição das políticas públicas. Após todas essas adequações que foram reescritas e com olhar mais refinado, inspiramo-nos no

título “Caminhos e descaminhos do SINDPESCA/Tabatinga⁴”: A luta por representação sociopolítica no Alto Solimões/AM.

Desta maneira, este trabalho se justifica por promover uma discussão sobre a constituição do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga em decorrência dos movimentos sociais, evidenciando as vozes por representação sociopolítica a esta categoria que ainda guardam lacunas promovidas pelo Estado. No Amazonas, percebe-se pouca ou quase a inexistência de pesquisas acadêmicas que referenciem esta temática na região da área em estudo, fazendo com que este trabalho intelectual tenha o caráter de pioneirismo e ineditismo, servindo como referência para a região.

O fato de ter cursado um mestrado interdisciplinar na “Amazônia”, proporcionou-me adentrar em diferentes áreas do conhecimento das ciências sociais e humanas, e ser convidado a interagir e dialogar com autores das vertentes dos clássicos, contemporâneos e regionais. Esperamos contemplar a grande área de concentração do programa Sociedade e Cultura na Amazonia, sobre os processos socioculturais na Amazônia, assim como a linha de pesquisa: Redes, processos e formas de conhecimentos.

Os caminhos da investigação

Neste estudo, adotamos a abordagem qualitativa, pois segundo nos esclarece Minayo (2007), responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social e deve ser compreendido e interpretado pelo pesquisador por meio da vivência e experiência direta com seu objeto de estudos (MINAYO, 2007, p. 21).

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso, pois investiga “um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real,” especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente

⁴ Inspirados nas leituras da Dissertação de Petrônio Lauro Teixeira Potiguar Junior (2008) e na obra de Candido Grzybowski (1989) “Caminhos e (des)caminhos dos movimentos sociais no campo”, definimos o título desta Dissertação.

definidos como salienta Yin (2010, p. 32). Este autor enfatiza três situações nas quais o estudo de caso é indicado, a primeira ocorre quando o caso em pauta é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada; a segunda razão que justifica a opção por um estudo de caso é o fato de ele ser extremo ou único.

A terceira situação descrita por Yin (2010) é o caso revelador, que ocorre quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação científica [...]. Esta última situação indicada pelo autor, foi que nos permitiu o aprofundamento sobre o processo de organização sociopolítica dos pescadores artesanais do município Tabatinga – AM, através dos movimentos sociais para as primeiras organizações associativas, tornando-se, dessa maneira, um trabalho relevante do ponto vista social.

Com relação ao envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo, esta pesquisa foi de caráter participante. A razão por ter optado por esta modalidade corresponde à possibilidade de obter informações *in loco* e de acompanhar as atividades desenvolvidas pelos pesquisados, participando das assembleias gerais, reuniões internas e externas da diretoria do sindicato dos pescadores e de encontros de lideranças da pesca do Alto Solimões.

A pesquisa foi desenvolvida na sede do Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – SINDPESCA/TBT, localizada na rua T-16, nº 01, bairro do Petrobrás, na Mesorregião do Alto Solimões, na região fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Esta sede foi escolhida em razão dos projetos de extensão desenvolvidos de forma voluntária durante a graduação, como mencionado anteriormente na apresentação do pesquisador ao objeto de estudo.

Procedimentos adotados na pesquisa de campo

Este trabalho teve seus encaminhamentos de forma exploratória e descritiva, utilizou-se da articulação de diferentes técnicas de pesquisa, que orientaram o desdobramento da coleta e consolidação dos dados.

Na etapa exploratória, realizou-se uma revisão bibliográfica densa aos repositórios dos programas de Pós-graduação das Universidades públicas da

região Norte e Nordeste do País, onde se concentram as dissertações e teses sobre a nossa temática. Outro canal de busca, foi o catálogo de teses e dissertações da CAPES, o que nos permitiu filtrar aquilo que contribuísse com a pesquisa. E, por fim, fizemos visitas às bibliotecas públicas do Banco da Republica, em Letícia – Amazonas, e na Universidade Nacional da Colômbia-UNAL – sede Amazônia, outras visitas exploratórias foram feitas aos Sebos na cidade de Manaus.

A *Observação participante* é definida por Minayo (2007) como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

Neste sentido, nossas participações diretas estiveram atreladas ao cotidiano do nosso objeto de estudo por meio das assembleias gerais, reuniões internas e externas da diretoria do sindicato dos pescadores artesanais, assim como em outros espaços públicos nos quais éramos convidados a participar. Essas observações foram registradas no diário de campo e em registros fotográficos.

Outro procedimento técnico utilizado foi a *entrevista semiestruturada* que, de acordo com Minayo (2007, p. 64), pode ser considerada como uma combinação entre perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Por outro lado, por ser presencial, permite ao entrevistador observar gestos, expressões e entonações de voz, valorizando, assim, a comunicação.

O objetivo da entrevista como técnica foi registrar as falas dos membros da diretoria e do conselho fiscal do Sindicato; o roteiro das entrevistas foi constituído de questões abertas, cujas falas foram gravadas e depois transcritas para serem utilizadas como fonte primária neste trabalho.

A *pesquisa documental*, de acordo com Severino (2007, p.122-123) tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os

conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico são, ainda, matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Nesse sentido, a pesquisa documental teve o papel fundamental e importante para entendermos o processo de organização sociopolítica dos pescadores artesanais do Município de Tabatinga, e posteriormente a fundação do sindicato dos pescadores. Portanto, as fontes documentais acessadas gentilmente disponibilizadas pela Colônia de pescadores Z-24, e pelo sindicato dos pescadores(as) artesanais, foram documentos como: (ata de transição de associação pra colônia, registro em cartório da fundação do sindicato, atas das assembleias gerais, estatuto e registros fotográficos sobre a trajetória da instituição). Também foi possível ter acesso aos registros fotográficos da antiga EMATER/AM, hoje IDAM.

Outra técnica desenvolvida nesta pesquisa foi a *história de vida* que, na definição de Severino (2007), corresponde à coleta de informações da vida pessoal de um ou vários informantes, podendo assumir formas variadas: autobiografia, memorial, crônicas, narrativas em que se possam expressar as trajetórias pessoais dos sujeitos. Sendo assim, esta técnica foi aplicada a um pescador aposentado que participou na década de 1970 das mobilizações sociais, na organização sociopolítica dos pescadores, e ao senhor Luiz Ataíde, ex-funcionário da Emater/AM, que vivenciou momentos históricos na cidade de Tabatinga.

Usaremos o termo “imagem” para designar as representações fotográficas de um tempo anterior ao da pesquisa, obtidas por meio de terceiros ligados ao sindicato (associação dos pescadores artesanais de Tabatinga e Emater). As “fotografias” foram registradas durante o tempo da pesquisa e produzidas por este autor, por meio das participações nas assembleias gerais, reuniões internas e externas da diretoria do sindicato dos pescadores.

Outras duas ferramentas foram utilizadas neste trabalho, a fotografia aérea, que evidencia a localização do sindicato dentro do município de Tabatinga, permitindo-nos uma visualização ampla a ser interpretada. Esta fotografia aérea foi obtida por meio comercial, através da empresa imagens A. Caldas. O mapa, nesta pesquisa, evidencia a espacialidade das relações do

município de Tabatinga e do sindicato dos pescadores com todo o Alto Solimões e a capital Manaus, a produção deste mapa como recurso foi elaborado em parceria com um dos integrantes do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

A descrição dos campos realizados: limites e desafios

Nossas primeiras aproximações com o nosso objeto de estudo, surgiram em março de 2018, através de um diálogo espontâneo com o presidente, momento em que foi apresentada a proposta de pesquisa. Em maio do mesmo ano, fomos convidados pelo presidente, a participar de uma reunião extraordinária da diretoria do sindicato. Nesse primeiro momento, exercemos três princípios básicos da antropologia de Cardoso de Oliveira (1995) o olhar, ouvir e escrever, atitudes fundamentais a um pesquisador.

A partir desse momento e com o consentimento da diretoria, passaríamos a acompanhar as atividades do sindicato em outros espaços públicos, representando e defendendo os interesses dos seus filiados. Em 23 de junho de 2018, estávamos diante de um campo de maior envergadura que mobilizaria a cidade de Tabatinga com a reunião geral das entidades da categoria da pesca do Alto Solimões, debatendo com representantes de instituições públicas e parlamentares do Estado. Essa reunião impulsionaria a participação em massa dos pescadores e representantes de instituições da pesca, nesse ato político de manifestação e reivindicações diante do Estado.

Outra forma de poder assistir às discussões do sindicato, foi por meio das reuniões internas da diretoria, e das assembleias gerais (ordinárias e extraordinárias)⁵, sendo assim, estivemos envolvidos na assembleia geral do dia 29 de junho de 2018, em comemoração ao dia do pescador. Mais que comemorar, esse momento foi apropriado para os pescadores dialogarem e discutirem os interesses da classe com a diretoria, “estabelecendo” um espaço de socialização entre os pescadores da área urbana e da rural.

⁵ Conforme o Estatuto do SINDPESCA, no capítulo IV Art. 15 § 2º, as assembleias gerais ordinárias deverão ser convocadas anualmente dentro do período que vai de janeiro a março impreterivelmente, e no § 3º serão extraordinárias todas as demais assembleias gerais do sindicato.

Ao perceber a necessidade de ampliar o nosso olhar para o campo, aproveitamos uma viagem a Manaus, no mês de julho do mesmo ano, e articulamos um encontro para dialogarmos com senhor Ronildo Nogueira Palmare, presidente do sindicato dos pescadores artesanais no Estado do Amazonas – SINPESCA/AM e da federação dos sindicatos dos pescadores(as) artesanais do Estado do Amazonas – FESIPEAM/AM. Esse contato fez-se necessário para ouvirmos o outro lado sobre a fundação do sindicato em Tabatinga, e contradições contra a Colônia de pescadores Z-24, entidade pioneira na região.

Ao retornar de Tabatinga, no mês de setembro, já tínhamos outro campo em vista, desta vez tratava-se de uma assembleia geral extraordinária para a eleição da diretoria e do conselho fiscal do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga para o mandato quadriênio de 20/11/2018 a 19/11/2022. Essa reunião foi convocada pela diretoria em chamada pública para o pleito no dia 22 de setembro de 2018, e foi motivada pelas mudanças do governo atual na legislação brasileira, através da portaria nº 501, de 30/04/2019. O que causou entusiasmo aos pescadores e pescadoras em poder participar da escolha do seu representante.

No início do mês de abril de 2019, um campo nos era apresentado como um desafio para realizá-lo, pois se referia a embarcar para uma comunidade ribeirinha do município de Tabatinga, localizada à margem esquerda do Rio Solimões. O centro comunitário de Terezina III seria o cenário das discussões da III Assembleia Intercomunitária do complexo do Lago do Caiá, que acolhe mais três comunidades adjacentes: Terezina IV, Araçari e Bom Futuro.

Outra etapa dos trabalhos de campo seria reiniciada em julho de 2019, após o exame de qualificação, atendendo às sugestões e contribuições da banca, para corrigir e minimizar as lacunas que se apresentaram durante a avaliação. Sendo assim, aproveitando a nossa estadia em Manaus, no período pós-exame de qualificação, articulamos, por meio das nossas redes de contatos, uma reunião com o presidente da Fepesca e da CNPA. o Senhor Walzenir Falcão, que atendeu a nossa solicitação com data e horário marcado, ao saber do nosso estudo com o sindicato dos pescadores de Tabatinga, tendo-o como nosso alvo da pesquisa, acabou desistindo e desmarcando o

combinado. Logo, como em toda pesquisa o “não” já é uma resposta construtiva e já faz parte do cotidiano do pesquisador.

Ao retornar à cidade onde residimos, procuramos nos organizar para visitar no mês de agosto a Associação dos pescadores do Amazonas-ASOPESCAM, localizado no puerto civil de Letícia-Colômbia, e a Associação dos pescadores artesanais Luis Bancherro Rossi, no povoado de Santa Rosa, Distrito do departamento de Loreto no Peru. Nossa intenção nessas visitas foi conhecer as suas organizações institucionais e procurar dialogar com seus presidentes, buscando informações históricas relacionadas aos movimentos sociais dos pescadores artesanais de Tabatinga/Amazonas.

Quando pensávamos em encerrar o nosso trabalho de campo, as leituras nos direcionaram a realizar uma visita ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, em fevereiro de 2020. Esse órgão guarda toda a história de trabalhos em orientações técnicas sobre agricultura, pecuária, pesca artesanal, piscicultura, e organizações associativas. Após conversarmos com o gerente local do órgão, gentilmente nos permitiu ter acesso aos registros fotográficos das atividades desenvolvidas pela antiga Emater.

Essa visita nos remeteria a buscar uma personalidade importante na cidade de Tabatinga, o senhor Luiz Gonzaga Ataíde, popularmente conhecido como Lulu, ex-funcionário da Emater – AM, e militante político na década de 1970. As narrativas de história de vida seriam concedidas para o mês de março, encerrando, assim, este ciclo extenso de trabalhos de campo realizados.

De onde falamos: Contextualizando a região da pesquisa

A grandiosidade do “palco” em que recortamos o fenômeno social que ora investigamos, se dá, nas palavras de Porro (1996, p. 11), nos “mais de quatro milhões de quilômetros quadrados”, de uma “grande planície levemente ondulada (...)”. E que cortada quase ao seu meio pelo suntuoso rio Amazonas e seus afluentes, que desenharam uma gigantesca malha hidrográfica de mais

de 25 mil quilômetros, e que possibilitou a ocupação desse fabuloso “inferno verde” (RANGEL, 2008), coberto por florestas contínuas, até o século XX.

Estamos nos reportando à Amazônia brasileira ou à Amazônia legal brasileira. Generosa como sempre se apresenta, presenteia-nos com relações entre natureza e sociedade em uma de suas porções espaciais: o Alto Solimões, que convida o olhar curioso ou atento daqueles que, desejosos em compreender seus enigmas, buscam na pesquisa empírica, tanto quanto bibliográfica, essa articulação.

Mapa 1: Localização geográfica dos Municípios do Alto Solimões no Estado do Amazonas.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNSCA, 2020.

A região do Alto Solimões, apontada no mapa acima, localiza-se geograficamente na mesorregião Sudoeste do Estado do Amazonas, abrangendo os municípios⁶. As sedes municipais tiveram suas fundações ligadas às missões religiosas, às fortificações militares e ao comércio exploratório da borracha, madeira e pesca.

⁶ Atalaia do norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutá e Fonte Boa.

Esta região apresenta uma diversidade de povos indígenas de diferentes etnias, localizadas às margens do rio Solimões, sendo elas; Tikuna, Kambeba, Kokama e Kaixana, que sucumbiram ao poderio do colonizador (FERRARINI, 2013). Outras etnias como Marubo, Mayoúrana, Matis, Kanamari, kulina-Pano são encontradas na Terra indígena no Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte.

Nesse contexto geográfico de relações interculturais que surge a cidade de Tabatinga, constituindo-se como o polo do alto Solimões, estabelecendo fronteira fluvial com o povoado de Santa Rosa, distrito do departamento de Loreto no Peru e por via terrestre com a cidade de Letícia, capital do departamento do Amazonas na Colômbia. E é desse lugar enigmático, do ponto de vista histórico, cultural, social, econômico e político, que falamos sobre nosso objeto de pesquisa que ora apresentamos (ver fotografia aérea abaixo).

Fotografia aérea 1: Vista panorâmica da sede do sindicato dos pescadores artesanais de Tabatinga – AM.



De quem falamos: Os sujeitos sociais da pesquisa

Pelo fato dos nossos sujeitos sociais da pesquisa estarem em uma região fronteiriça e de haver uma diversidade cultural de povos indígenas, fez-se necessário realizar os critérios de inclusão da seguinte maneira: ser membro da diretoria do sindicato e participar das reuniões e assembleias; ter apenas uma nacionalidade; ser maior de 18 anos e estar de acordo em participar da

pesquisa conforme TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Já os critérios de exclusão foram os seguintes: pescadores(as) que não façam parte da diretoria; estejam associados a outra instituição de pesca em Tabatinga; e que tenham dupla nacionalidade.

A nossa amostra empírica foi composta por 7 (sete) entrevistas, sendo 6 (seis) homens, e 1(uma) mulher. Esse quantitativo faz referência aos principais cargos dentro da diretoria executiva (presidente, Vice-presidente, 1º e 2º secretário(a) e do conselho fiscal (presidente do conselho fiscal, 2º e 3º conselheiro fiscal), a função desempenhada pelo 3º conselheiro fiscal indígena é de traduzir para a língua nativa as discussões que são abordadas nas assembleias gerais e extraordinárias. Estes estão na linha frente para representar, perante autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da categoria dos pescadores (as) artesanais do sindicato, deste modo justifica-se o papel primordial destes interlocutores para a pesquisa.

A pesquisa também contemplou diálogos com 6 interlocutores indiretos, entre eles o presidente do Sindicato dos pescadores artesanais do Amazonas – Sindpesca/AM, e da federação dos sindicatos dos pescadores(as) artesanais do Amazonas – Fesinpeam (Manaus), da Colônia de pescadores Z-24 (Tabatinga), e da Associação de pescadores del Amazonas – Asopescam (Letícia/Colômbia). Um pescador aposentado de oitenta e cinco anos de idade, o senhor Luíz Ataíde, ex-funcionário da Emater/AM, e o ex-presidente do sindicato dos pescadores.

Estes interlocutores indiretos, que surgiram no transcorrer da nossa pesquisa, dialogam com o nosso objeto tanto pelos **movimentos políticos relacionados à pesca**, representado pelo presidente das instituições (Sindpesca/AM e Fesinpeam), na qual o sindicato de Tabatinga está vinculada, pelo **conhecimento histórico do sindicato** (a cargo do ex-presidente do sindicato, e o representante da colônia Z-24), pelas **relações transfronteiriças**, com (Asopescam/Colômbia), quanto pela **historicidade de Tabatinga**. Nas narrativas de Luiz Ataíde, ex-funcionário da EMATER-AM, e do pescador aposentado Leôncio Caldas, suplente do conselho fiscal da diretoria da associação dos pescadores de Tabatinga, fundada em 7 de julho de 1979.

Esses quatro pilares destacados em negrito e as participações dos interlocutores indiretos enriqueceram com mais detalhes o desdobramento

desta pesquisa, permitindo-nos, dessa maneira, outro olhar, mais cauteloso sobre o nosso objeto de estudo.

A luta por representação sociopolítica: um dos pilares dos movimentos sociais da pesca

Estudar as lutas por representação sociopolítica do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga como um dos pilares dos movimentos sociais da pesca, remete-nos a refletir sobre as abordagens dos autores clássicos da sociologia que são referências na temática dos movimentos sociais (GONH,1997; SCHERER-WARREN,1984).

Por essas questões evidenciaremos, os autores precursores que se dedicaram a pesquisar os movimentos sociais da pesca no Brasil, permitindo-nos desse modo o embasamento teórico, referente a nossa temática de investigação.

Os estudos sobre movimentos sociais de pescadores no Brasil surgiram em meio aos processos de redemocratização do país. Até o início dos anos 1980, as ciências humanas mantinham um silêncio generalizado sobre a temática, de acordo com Ramalho (1999) “raríssimas obras [...] detiveram-se em estudar com maior profundidade o aspecto da mobilização política dos pescadores e pescadoras em sua luta pela melhoria na qualidade de vida” (RAMALHO, 1999, p. 6 *apud* FOX, 2010, p. 15).

Um dos estudos pioneiros nesse campo foi desenvolvido por Callou (1986), que se dedicou a identificar e caracterizar os movimentos sociais dos pescadores de Pernambuco, no período de 1920 a 1983. Silva (1988) a pedido do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, realizaria outra pesquisa com o objetivo de discorrer sobre a trajetória desse grupo social e os aspectos políticos de suas participações em movimentos sociais no período colonial e no Brasil Império.

Fox (2010) ressalta que os estudos desenvolvidos por Callou (1986) e Silva (1988) mostraram a situação do contingente dos pescadores artesanais brasileiros, resultado das condições históricas e políticas do país e da convivência com um Estado que, durante muito tempo, atuou de forma opressiva e desagregadora. Mas para Ramalho (1999, p. 64), as relações de

poder entre o governo e as colônias de pesca sempre foram o estopim para a insurgência de movimentos sociais de pescadores no século XX.

A partir de 1970, com a mediação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), os pescadores passaram a reivindicar direitos previdenciários específicos, a lutar contra a expulsão das praias, pela direção de órgãos de representação (colônias, federações e confederação), contra o alto preço dos insumos e o baixo preço do pescado pago pelos intermediários. Também demandavam linhas de crédito para o setor pesqueiro artesanal (CALLOU, 1986; SILVA, 1988).

Fox (2010) relata que o estudo de Ramalho (1999, p. 117), *Pescadores Artesanais e o Poder Público*, revela novos aspectos da participação dos pescadores que deram sinais de uma nova postura política mais preocupada em assegurar direitos sociais, do que participar de esquemas clientelistas. Atitude esta que vinha se delineando desde o início dos anos 1980 quando as reivindicações dos pescadores pernambucanos se alastraram pelo Norte e Nordeste do país, estimuladas pela mediação do CPP. O quadro abaixo traz a relação dos principais autores que tem se dedicado aos estudos sobre movimentos sociais da pesca.

Quadro 1: Fontes teóricas que abordam a temática pesquisada.

Estado da arte sobre a Temática			
Autor(a)	Ano	Região	Título
CALLOU, Ângelo Brás Fernandes.	1986	Pernambuco	Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)
SILVA, Luiz Geraldo.	1988	Pernambuco	Os pescadores na história do Brasil ⁷
CAMPOS, Antônio João Teixeira.	1993	Pará	Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos.
RAMALHO, Cristiano Welligton Noberto.	1999	Pernambuco	Pescadores Artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de pesca de Itapissuma
SOUZA, Luiz Antônio Nascimento de.	1999	Itacoatiara /AM	Proposta de reforma aquática do movimento dos ribeirinhos do Amazonas em face às

⁷ O estudo foi sugerido por pescadores reunidos em um encontro regional, com a “Comissão Pastoral dos Pescadores”, em novembro de 1978, no seminário de Olinda, PE. O livro organizado pelo historiador Luiz Geraldo Silva, sintetiza um conjunto de informações sobre a trajetória dos pescadores artesanais no Brasil Colônia e Brasil Império.

			modificações das práticas pesqueira.
CARDOSO, Eduardo Schiavone.	2001	Nordeste e Ilha Grande - RJ	Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social
OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de.	2007	Tauarú /AM	A Organização Política dos Pescadores em uma Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga/AM
POTIGUAR, JUNIOR, Petrônio Lauro Teixeira.	2007	Pará	Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará.
MARINHO, Marcos dos Santos	2009	Amapá	Movimento social e conflitos na pesca
FOX, Verónica del Pilar Proaño de.	2010	Pernambuco	Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores-MONAPE
GALDINO, José Wilson.	2010	Ceará	Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense.
MARTINS, Egidio.	2011	Pará	Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA
BRITO, Carmem Imaculada de.	2016	Campos dos Goytacazes- RJ	Uma Abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP).
OLIVEIRA, Alex, Bendito Santos.	2015	Maceió	A Igreja Católica e a formação do Movimento Social da pesca em Pilar /AL (1975-1988).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A partir dessas leituras exploratórias compreendemos por movimentos sociais da pesca: grupos de pessoas que se organizam em busca de melhorias dos direitos individuais e coletivos envolvidos à ação pesqueira ou manejo de pescados, institucionalizados por meio de entidades representativas, tais como associações, cooperativas, colônias e sindicatos.

Tecendo a estrutura da dissertação

Como forma de apresentar e de organizar a proposta desta pesquisa, esta dissertação está estruturada em três capítulos, assumindo para tal a seguinte ordem.

A primeira seção, **Pesca, pescadores e o Estado no Alto Solimões**, apresenta uma revisão bibliográfica sobre o histórico da institucionalidade da pesca artesanal no Brasil, percorrendo os momentos marcantes de lutas e resistências dos pescadores artesanais. Em seguida, apresento a Amazônia como palco das mobilizações sociopolíticas de pescadores e pescadoras artesanais. Evidencio os dois fatos marcantes que constituíram para a primeira representação da pesca em Tabatinga em meio ao regime militar.

Para uma melhor elucidação da organização dos pescadores artesanais do município de Tabatinga, fez-se necessário apresentar definições entre associação, colônia e sindicato. Além de caracterizar de forma sucinta a organização sociopolítica dos pescadores artesanais da cidade de Letícia, na Colômbia, e do Povoado de Santa Rosa, no Peru.

A segunda seção, **Mobilizações sociais do SINDPESCA: um novo formato de organização sociopolítica dos pescadores (as) artesanais de Tabatinga**, foi realizado um esforço para evidenciar os caminhos e descaminhos do nosso objeto de estudo, iniciando pelo processo histórico de constituição a partir do desdobramento da Colônia de pescadores Z-24, no Município de Tabatinga.

Também evidenciamos a organização sociopolítica e administrativa do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga. Destacamos a participação e as relações de poder das pescadoras na constituição do SINDPESCA, espaço esse predominantemente dominado pelos homens, mas que aos poucos vem sendo conquistado por essas mulheres. Nesta seção, apresento também as atuais mudanças na conjuntura nacional referentes aos movimentos sociais da pesca e a reorganização do movimento sociopolítico dos pescadores artesanais de Tabatinga: modo de existência e resistências, estes, por sua vez, fazem uma alusão aos momentos de incertezas ocasionados por um governo antipopular.

A terceira e última seção, denominada **Diálogos interinstitucionais: SINDPESCA o poder público**, aborda informações acerca dos diálogos institucionais entre os pescadores e o poder público representado em níveis federal, estadual e municipal, decorrentes das mobilizações sociais e políticas articuladas pelos representantes da pesca do Alto Solimões e das participações em eventos públicos que abrangem a categoria, permitindo-lhes ter voz e visibilidade nesses cenários de lutas diante da atual conjuntura política do país.

1 PESCA, PESCADORES E O ESTADO NO ALTO SOLIMÕES

A Propositura desta seção é de caráter histórico. Aqui apresentamos de forma sucinta os antecedentes que culminaram para a institucionalidade da pesca artesanal no Brasil. O que nos proporciona subsídios para a escrita e reflexões desta primeira parte do trabalho direcionados ao nosso objeto de estudo: o sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – AM.

Desse modo, evidenciamos as principais causas que constituíram o legado histórico dos movimentos sociais dos pescadores no cenário amazônico, até chegarmos aos primeiros movimentos sociais para a origem da primeira representação dos pescadores artesanais de Tabatinga. Pelo fato de a pesquisa estar numa região geograficamente estratégica e diversificada, do ponto de vista cultural, faz com que apresentemos a organização sociopolítica dos pescadores artesanais da tríplice fronteira Amazônica Brasil, Colômbia e Peru.

1.1 A Gênese da institucionalidade da pesca Artesanal no Brasil: um breve histórico

Na história do Brasil o nascimento das primeiras instituições da pesca, surgem em meio a uma questão geopolítica do país pelas demarcações de territórios marítimos, e foram as primeiras organizações representativas legais do meio rural brasileiro. A criação destas tem seu nascedouro no período Colonial brasileiro, em 1818, por Dom João VI, que iniciou esse processo no Estado que hoje conhecemos por Santa Catarina, sendo desde aquele momento de responsabilidade da Marinha do Brasil (SILVA, 1988).

As colônias, por sua vez, tiveram sua expansão a partir de 1919 e foram motivadas, segundo Potiguar Junior (2007, p. 65) por dois grandes fatores: “a) o país iniciou o século XX importando peixe, a despeito do seu vasto litoral e b) depois da I Guerra Mundial, tornou-se necessário para o Estado brasileiro a garantia da “segurança nacional”. Para Kuhn (2009), a criação das colônias de pescadores nasce de uma representação instituída, que tem como base a defesa da nação. Zonar esses espaços aquíferos, destinando-os ao trabalho

da pesca, marca territorialmente os limites que garantiriam a segurança do país, frente a outros países.

Como órgão responsável pelas fiscalizações e segurança nas águas em território brasileiro, a marinha de guerra designou ao comandante Frederico Villar⁸ a Missão do Cruzador José Bonifácio⁹. Ele percorreu a costa brasileira, reuniu os pescadores e os organizou em cerca de oitocentas (800) colônias, consideradas, neste contexto e momento histórico, as únicas entidades corporativas representativas dos interesses deste segmento populacional.

Os pescadores eram cadastrados, e sua afiliação à colônia era compulsória. Ao serem fundadas, as colônias recebiam uma identificação composta pela letra “Z”, que tem por significado “zona de pesca”, acrescido do número referente à ordem cronológica de fundação, denominação esta que prevalece até os dias atuais (BRITO, 2016).

Na era Vargas (1930-1945), a pesca passa a ter a representação de dois grandes órgãos reguladores: a Marinha do Brasil e o Ministério da Agricultura, esse último responsável pelas economias agrícolas, pecuárias e extrativistas. Nesse período, ficou mais evidente o desejo de profissionalização do pescador, que é registrado na Marinha e tem a obrigatoriedade de estar associado à colônia mais próxima de sua residência, conforme o Decreto de Lei nº 794¹⁰, do código de pesca (SILVA, 2015).

Em 1950, a tutela do poder público observou a dificuldade de tornar todas as áreas de colônias em cooperativas, atribuídas pelo decreto de lei nº.

⁸ Frederico Villar ingressou na Escola Naval no ano de 1891, onde fez o curso preparatório que o habilitava como aspirante à guarda-marinha. Braz da Silva destacou no seu relato biográfico sobre Frederico Villar, que esse oficial era bastante elogiado pela sua conduta e por suas ações. Ao longo da sua carreira, Frederico Villar manteve intenso e íntimo contato com o mundo da pesca. (Para maiores informações sugerimos consultar o trabalho de Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho, 2018).

⁹ Missão do Cruzador José Bonifácio apresenta o relato da expedição ocorrida entre 1919 a 1923, que percorreu todo o litoral brasileiro, criando as primeiras oitocentas colônias de pescadores. A sua primeira edição foi publicada em 1945, com prefácio do então Presidente da República, Getúlio Vargas. (CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva (2018). “Aos pescadores, a modernidade!”: trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal).

¹⁰ Atualiza o código de pesca, com ênfase no capítulo sobre as associações de classe do pescador. Encabeçadas no Cap. II, no Art. 7º, a matrícula do pescador profissional será concedida gratuitamente pelo ministério da Marinha, e Art.8º todo pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona reside, ainda segundo Silva (2015).

530¹¹/1943, que determinou que as colônias fossem transformadas em cooperativas. Como medida o Ministério da Agricultura, através da portaria nº 478,¹² retomou a institucionalidade das colônias, assumindo diretamente a administração e controle delas, e ao mesmo tempo reduzindo a ação da marinha, ainda responsável pelo controle da navegação e das embarcações de pesca.

Essa situação inconstante da pesca em relação à definição do seu lugar na estrutura do Estado brasileiro sempre foi motivadora de fortes e históricas reivindicações, objetivando a criação de um órgão que atendesse às demandas específicas da pesca (KUHN, 2009, p. 68.). Desde então, o controle da pesca no Brasil passou por diversos órgãos até a criação do Ministério de Pesca e Aquicultura, durante o primeiro mandato do governo Lula, do partido dos Trabalhadores (PT), sendo eles: 1950 (Ministério da Agricultura); 1962 (SUDEPE); 1989 (IBAMA); 1998 (Ministério da Agricultura); 2003 (SEAP); 2009 (MPA).

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) foi criada no Governo de João Goulart, pela Lei Delegada nº. 10, de 11 de outubro de 1962, com objetivo de fazer cumprir o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas aos recursos pesqueiros. Silva (2015) ressalta que, entre 1962 e 1968, a SUDEPE dedicou-se a promover a industrialização do setor por meio de incentivos fiscais, entre outras estratégias voltadas à intensa ampliação dos estoques pesqueiros de ocorrência natural.

A trajetória pela institucionalização da pesca no Brasil passa a ser encarregada com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, pela Lei nº 7.735. Assumindo as atribuições e administração do setor pesqueiro, após a extinção da SUDEPE, órgão que era subordinado ao ministério de agricultura e abastecimento.

Dias Neto (2010), em um artigo publicado na revista CEPSUL, “Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro”, refere-se a essa nova instituição que assumiria as questões da pesca da seguinte maneira:

¹¹ Extinguiu as federações e confederações e determinou que as colônias fossem transformadas em cooperativas. Esse período durou até 1950.

¹² Aprovados os novos estatutos das confederações, federações e colônias, que voltam a ser entidades representativas dos pescadores do Brasil.

O IBAMA, ao ser criado, herdou “uma crise sem precedentes: significativa queda na produção da pesca extrativa nacional; principais recursos pesqueiros em situação de sobrepesca aguda”; descrédito da sociedade usuária da biodiversidade aquática nas representações do Estado; fim de todos os incentivos fiscais e creditícios; um parque pesqueiro superdimensionado e mal distribuído espacialmente; dentre outros aspectos (DIAS NETO, 2010, p. 68).

Essa transição institucional marcaria um momento histórico para o setor pesqueiro, pois se via uma transição para um órgão voltado às questões ambientais, fato esse que antes estava sob a competência do Ministério da Agricultura ou da Marinha.

Entre 1998 e 2002, as funções de desenvolvimento e fomento dos recursos pesqueiros foram transferidas para o Ministério da Agricultura, onde funcionou um Departamento de Pesca e Aquicultura. Entre 2003 e 2009, a gestão desses assuntos passou à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, vinculada à Presidência da República. Finalmente, por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura. (PEREIRA, 2012).

Em face ao momento transitório da política federal, com interface ao escopo do nosso objeto de estudo, acreditamos que o processo de perda, representação e poder para a categoria dos pescadores artesanais ocorreria com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA, em outubro de 2015, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), pela reforma ministerial, que obrigou a chefe de Estado, após pressões políticas, a reduzir Ministérios considerados de alto custos para o governo. O Ministério da Pesca e Aquicultura foi transformado em Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), passando a ficar subordinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Essa decisão do governo federal em 2015, sobre a extinção do MAPA e de transformá-la em uma Secretaria (SAP) dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, provocou um colapso a nível nacional para os trabalhadores da pesca, com a suspensão de quatro meses (120 dias) do benefício do seguro defeso. Essa postura da Ministra Katia Abreu, do MAPA, fez com que os movimentos sociais da pesca de todo o território nacional

saíssem às ruas para se manifestar contra a decisão da portaria interministerial 192 do MAPA.

Logo após a aprovação do golpe civil midiático e jurídico de Dilma Rousseff, assume em maio de 2016, como presidente interino, o governo transitório de Michel Temer (2016-2018) que ocupava a vice-presidência, essa interinidade pode ser transformada efetivamente em agosto de 2016, quando o congresso nacional aprova definitivamente o afastamento da presidenta Dilma. O governo interino de Michel Temer (PMDB) dificultou o acesso dos pescadores ao benefício do seguro defeso, alterando os critérios para a concessão e o endurecimento nas regras.

Outro ataque do governo Temer aos pescadores foi a transferência da secretaria de aquicultura e pesca vinculada ao MAPA para o ministério da indústria, comércio exterior e serviços, por meio do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017. Mas essa manobra política do governo Temer seria derrubada com o projeto de decreto legislativo (PDC) nº. 598/17, de autoria do Deputado Esperidião Amin (PP-SC) e outros parlamentares, porém aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos deputados, que susta os itens mencionados no decreto 9.004/17 que trata da transferência (Agência Câmara de notícias).

Apesar destas passagens, acreditamos que a força política das colônias na atualidade recebe a observação de Scherer (2013, p.12) nos seguintes termos: “Embora a hegemonia política das colônias venha sendo desmontada, elas ainda exercem forte tutela sobre os pescadores”. E esclarece ainda que, são as colônias essas primeiras instituições de organização do trabalho na pesca e, mais recentemente, os sindicatos, os responsáveis por definir quem é ou não pescador, emitindo o Registro Geral da Pesca (RGP)¹³, vinculadas aos segmentos políticos partidários.

¹³ Considerando o estabelecido na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 24, “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP”, e conforme categorias descritas no Decreto no 8.425, de 31 de março de 2015, será concedida Licença para pescador e pescadora profissional artesanal e pescador e pescadora profissional industrial. Os procedimentos para requerimento e concessão da Licença de Pescador Profissional são dados pela Instrução Normativa MPA nº. 06, de 29 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca/registro-pescador-profissional>

De modo que o movimento de organização pela busca de direitos sociais e pelo estabelecimento e o reconhecimento do trabalho com a pesca ganharam contornos importantes nos últimos anos. Especialmente na década de 1980, quando nacionalmente ocorreram eventos relevantes e definidores para o segmento. A Constituinte da Pesca em 1986, que antecedia a elaboração da Constituição de 1988, possibilitou a articulação dos trabalhadores da pesca em torno da autonomia política e sindical e, conseqüentemente, por melhores condições de vida e trabalho. Na esteira desses movimentos, e em nível nacional, também ocorre, e de maneira significativa.

Scherer (2013), escreve:

“[...] apoiados pela Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e outros movimentos sociais, resultantes dessas mobilizações políticas, criaram o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e outras instituições ligadas à pesca. O Monape e suas ramificações estaduais construíram as oposições às colônias, e os sindicatos e associações proliferaram. E mais, contribuíram para trazer ao âmbito do movimento dos pescadores a questão do gênero, quando se discutiram a invisibilidade e a subserviência das mulheres nos ambientes pesqueiros” (SCHERER, 2013, p. 8).

O movimento, ao ganhar força e visibilidade, passou a ampliar, com novas pautas, a necessidade de ações que contemplassem os diferentes sujeitos e seus direitos, através da reivindicação de políticas públicas que atendessem suas demandas. A respeito disso, ainda contribuiu com nosso entendimento. Scherer (2013, p. 10), pontua que,

A Constituição de 1988 garantiu aos pescadores e pescadoras a condição de segurados especiais da Previdência Social, equiparando-os aos demais trabalhadores rurais e indígenas, assegurando-lhes a aposentadoria por idade e invalidez, auxílio acidente, doença, reclusão, salário maternidade, pensão por morte, enfim, os direitos à seguridade social brasileira [...].

O fortalecimento do segmento dos pescadores e pescadoras artesanais se deu em uma trajetória longa e de muita resistência. Embora formado por boa parte de trabalhadores com baixa escolaridade, e, portanto, com pouco

conhecimento sobre seus direitos frente ao estado brasileiro, vivenciando situações precárias de trabalho e acesso a direitos como educação e saúde, ocorreu o engajamento dos mesmos nas Conferências Nacionais da Pesca¹⁴. Promovidas inicialmente pela Secretaria de Estado de Aquicultura e Pesca (SEAP), e posteriormente, por um período de anos considerável, foram desenvolvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), e na atualidade, por decisões políticas federais, converteu-se em apenas uma secretaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.2 A Amazônia como palco dos movimentos sociais dos pescadores(as) artesanais

Ao começarmos nossa revisão bibliográfica para subsidiar este tópico, deparamo-nos com a limitação de pesquisas que envolvem as representações da pesca e sobre os pescadores(as) artesanais, sendo ainda mais escassa a produção científica sobre os movimentos sociais dos pescadores, referida a esta temática no Estado do Amazonas, especificamente na região do Alto Solimões.

Na busca por essas fontes, encontramos a biblioteca do Museu Emílio Goeldi¹⁵ com que se concentram no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, assim como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região. Destacamos a obra intitulada “povos das águas:

¹⁴ Conferências promovidas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, inconformados com as conferências oficiais. Em 2009, essa Secretaria Especial foi transformada em Ministério. A criação do Ministério da Pesca e da Aquicultura – MPA, pela Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, foi recebida com grande euforia por distintos segmentos da pesca e aquicultura do Brasil.

¹⁵ O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região. Biografias importantes para a história do Museu Goeldi: Emílio Goeldi (1859), Jaques Huber (1867-1914) e Emília Snethlage (1868-1929). Disponível em: www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/historia-1

realidade e perspectiva na Amazônia”, da coleção Eduardo Galvão, que foi publicada em 1993¹⁶.

Para Oliveira (2007) algumas pesquisas buscaram resgatar, historicamente, a participação de pescadores nos movimentos políticos que ocorreram no Brasil, especificamente, entre o período colonial e o II Reinado do império. E que em 2006, pesquisadores do já citado museu paraense Emílio Goeldi, realizaram uma pesquisa com objetivo de aprofundar a discussão acerca da organização política dos pescadores, porém centrada no estado do Pará.

Após a criação em 1988 do movimento nacional dos pescadores – MONAPE, iniciou um processo de luta e defesa pela construção dos direitos sociais dos pescadores artesanais. No mesmo ano, na região Amazônica, foi criado no estado do Pará o MOPEPA, Movimento dos Pescadores do Estado do Pará, por iniciativa de um grupo de pescadores que não aceitavam a estrutura tradicional de organização dos pescadores (PAIXÃO *et al*, 2005).

O mesmo autor ainda ressalta que em outros estados da região Amazônica, ainda que com muitas dificuldades os pescadores(as) artesanais vinham buscando, lentamente, a organização da categoria. Os pescadores da região Amazônica, mais particularmente dos estados do Pará, Amazonas, Tocantins e Amapá, apresentaram as principais dificuldades, ações desenvolvidas, conquistas e mudanças provocadas pelas organizações dos pescadores(as) artesanais, enquanto movimento sindical.

Via de regra, na história oficial do Brasil, os registros sobre a “participação dos pescadores no processo de desenvolvimento brasileiro, não foram realizados de forma explícita desde o período de colonização” (CAMPOS, 1993, p. 232). E da mesma forma, a história recente omite a existência dos pescadores como categoria participante da produção de

¹⁶ Coletânea de trabalhos de pesquisadores de renomadas instituições amazônicas de pesquisa, nos quais são abordados temas relativos à análise de espaço e território aquático, implantação de reservas pesqueiras pelos moradores tradicionais, organização de movimentos sociais, técnicas tradicionais de pesca, impactos das atividades econômicas modernas sobre ecossistemas fluviais, lacustres e estuarinos e populações ribeirinhas tradicionais. Constitui importante contribuição para a conservação da biodiversidade ecológica e cultural da região amazônica. Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão, Alex Fiuza de Mello (Organizadores). Disponível em: www.museu-goeldi.br/assuntos/publicacao/catalogo-de-publicacoes/povos-das-aguas-realidade-e-perspectiva-na-amazonia

riquezas do Brasil atual. Este é um dos motivos pelos quais os pescadores não possuem uma tradição organizativa de lutas sociais, como ocorre com os agricultores, operários e outras categorias de trabalhadores.

Todavia, o mesmo autor destaca que na Amazônia, de forma particular no estado do Pará, a história registra, nesse processo de luta e mobilização dos pescadores, uma ação popular de grande importância histórica, conhecida como o movimento dos Cabanos. Teve caráter de oposição do povo ao regime governamental estabelecido, e culminou no primeiro governo popular que a história do Brasil registra.

Destaca-se ainda que, esse relevante movimento, ocorreu entre os anos de 1835 e 1836 do século XIX, no período imperial de nossa história, na então província do Grão-Pará.

(...) os cabanos eram a maioria dos revoltados por pessoas pobres que moravam em cabanas as margens dos rios e igarapés da região, por onde o movimento insurrecional se alastrou. É íntegro evidenciarmos neste tópico este movimento popular, pelo fato da participação ativa dos pescadores. Se o grupo de Cabanos era composto também de ribeirinhos, é de se supor que os pescadores tenham tido grande participação (CAMPOS, 1993, p. 234).

Em terras em que hoje é o estado do Amazonas, temos nos escritos de Santos (2010), que de 1836 a 1840, no Alto Amazonas, ondas de rebeldes oriundos da cabanagem, vindo de Manaus, avançaram pelos rios Negro e Solimões/Amazonas, perpetrando violentos ataques, e que iam ganhando adesões sem a necessidade de utilizar armas de fogo.

A cabanagem, na sua proposta de revolução popular, apresentou-se como o contexto em se que registrou as primeiras mobilizações políticas de pescadores. Silva (1988) publicou uma obra considerada clássica para a temática, intitulada “Os pescadores na história do Brasil”, em que o grau de participação do coletivo de pescadores nesse evento histórico é apresentado. Dando ênfase aos postulados por que lutavam os pescadores, como as normas que proibiam as suas atividades naquela província, a cobrança exorbitante de impostos e a imposição das classes dominantes do Grão-Pará sobre seus trabalhos.

Já Veríssimo (1895 *apud* RUFFINO, 2004, p. 65), apresenta uma importante coleção de informações históricas com maior enfoque no Baixo

Amazonas, onde se destaca que, já no século XIX a administração do império colonial aproveitava o potencial pesqueiro da região para alimentação local e o comércio, utilizando-o como moeda de pagamento e troca no século XVII (FURTADO,1981).

Tais preocupações geraram necessidades de controle da produção, o que foi consolidado com a criação dos chamados “pesqueiros reais”, sendo que em 1667 já havia três destes na Amazônia Central (VERÍSSIMO, 1895). Os Estados do Amazonas, Pará e Maranhão tiveram pesqueiros-reais que foram extintos em 1827 (CAMPOS, 1993).

O seu texto “Movimentos Sociais de pescadores Amazônicos”, (CAMPOS, 1993), nos leva a saber que a história registra que os pescadores dessa porção territorial estão organizados por uma legislação que tem como modelo o confederativo de organização sindical. De modo que essa organização se deu pela criação de organizações formais que representam esse segmento social como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNP), com sede em Brasília¹⁷.

1.3 Associação, Colônia e Sindicato: algumas definições

Para uma melhor compreensão sobre a organização dos pescadores artesanais do município de Tabatinga faz-se necessário observar os parâmetros que nos permitem fazer a dissociação entre as formas organizativa e de representação da classe trabalhadora da pesca artesanal, entre associação, e colônia de pescadores. Esta última, perante à constituição de 1988, o *status* de sindicato.

No município de Tabatinga, foi instituída a Colônia de pescadores Z- 24 assim como o sindicato dos pescadores(as) artesanais – SINDPESCA, e representantes da categoria fincou suas raízes no associativismo, ocorrendo de forma diferenciada do restante do país e em diferentes temporalidades do município.

Associação

17 Disponível em: <http://www.cnpa.org.br/>

Do ponto de vista conceitual optamos pela definição de Scherer–Warren (1999) quando argumenta que as associações são [...] “formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificação e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. [...]”.

Pautando-nos na legislação brasileira, na qual as associações estão regulamentadas, tanto na Constituição Federal (artigo 5º, XVII a XXI, e artigo 174, § 2º) quanto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002, artigos 53 a 61). Em ambos, estão descritas as leis que regem o modelo em nosso País e que embasam sua organização.

Colônia

O termo colônia significa agrupamento, aglomeração, e foi isso que a Marinha fez, agrupou os pescadores em função de seus interesses implementando as primeiras colônias a partir de 1919. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois os pescadores eram dotados de um conhecimento específico sobre os labirintos dos mares para exercerem a fiscalização das águas marítimas. Após a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, as colônias foram equiparadas em seus direitos sociais aos sindicatos de trabalhadores rurais, pois o artigo 8º trata exclusivamente destas questões. As colônias passaram a ter autonomia, sem a intervenção do Estado.

Sindicato

No dicionário de Sociologia, encontramos a definição para o termo sindicato da seguinte maneira, “associações privadas que representam um agrupamento de indivíduos ou de instituições encarregadas de defender os seus interesses (sindicatos operários e patronais, sindicatos de interesses locais)”.

Mas, de acordo com a Carta Magna – a Constituição Federal de 1988 –, em seu capítulo II, Art. 8º, está disposta a definição do que vem a ser considerado um sindicato nos moldes legais, reconhecidos pela vigente legislação, a qual expressa que:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Para Silva (1988-1991), somente após a promulgação da Constituição de 1988 é que verdadeiramente a categoria dos pescadores artesanais obteve uma representação de classe com força de expressão equiparável a de um sindicato, visto que desde 1919, com a fundação das Colônias de Pescadores efetuada pela Marinha Brasileira, havia a intervenção do Estado no setor.

Nesse sentido, em nível de institucionalidade, o sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – SINDPESCA está reconhecido legalmente dentro dos três níveis do governo. Na esfera municipal, o sindicato foi reconhecido pela câmara Legislativa como entidade de utilidade

pública através de um projeto de Lei nº. 758/2016¹⁸, de autoria do Ex-vereador Zilmar de Abreu, na gestão de 2012/2016, e sancionada pelo prefeito Municipal de Tabatinga em Exercício Carlos Donizetti Gomes (ver anexo nº. 1).

Na esfera Estadual o sindicato é representado e reconhecido pela Federação dos Sindicatos dos pescadores e pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas – FESINPEAM como entidade sindical representativa da pesca. Na esfera Federal, é reconhecido legalmente pelo Ministério do trabalho e emprego – MTE, com registro sindical de entidade representativa da pesca no município de Tabatinga Estado do Amazonas. O sindicato a nível federal é filiado à Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB, desde o ano de 2015.

No tópico seguinte, nos pautamos na narrativa de um pescador aposentado que participou dos movimentos sociais para a fundação da associação de pescadores de Tabatinga em 1979; nos relatos do senhor Luiz Gonzaga Ataíde¹⁹; nos arquivos fotográficos da antiga EMATER/AM, hoje IDAM; nos livros de atas da associação dos pescadores; e na obra “Tabatinga sua história: no Contexto do Alto Solimões e da região tri-fronteiriça”²⁰. Todos esses procedimentos são relevantes e promissores para o que elucidamos a seguir.

1.3.1 A primeira representação da Pesca Artesanal em Tabatinga: uma viagem ao passado

Os movimentos sociais para a criação do que seria a primeira representação institucional da pesca no município caminhou simultaneamente ao lado de dois momentos marcantes na história de Tabatinga. O primeiro com

¹⁸ Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios e serviços de portarias das Secretarias e da prefeitura Municipal, na data supra, em obediência ao disposto no Art. 100, de Lei Orgânica do Município de Tabatinga – AM.

¹⁹ Funcionário aposentado do Estado pela ACAR/AM, EMATER/AM, líder do movimento político para a emancipação de Tabatinga, foi um dos presidentes do conselho comunitário, escritor e historiador tornou-se uma referência em reproduzir a história de Tabatinga, possui uma vasta documentação, arquivos e fotografias sobre a história local.

²⁰ Lançado no dia 16 de março de 2020, no auditório Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB/UEA. Nele o autor faz o exercício de resgatar e reproduzir a história de Tabatinga como alguém que vivenciou fatos marcantes nesta região da Amazônia. O trabalho está dividido em 11 (onze) capítulos, abordando temas relacionados ao Alto Solimões.

a fundação do “conselho comunitário²¹” e o segundo com a instalação do escritório da empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, em 1977, que passou a assumir e ampliar as atividades da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas-ACAR/AM.

As atividades desenvolvidas pela ACAR no período de 1974 a 1976 eram de assistência ao INCRA e estavam ligados ao Projeto Integrado de Colonização - PIC²², instalado no ano de 1973, no município de Tabatinga, durante o regime militar (Luiz Ataíde, ex-funcionário da EMATER/AM e escritor, 2020).

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) tornaram-se políticas do Estado para a colonização da Amazônia no início da década de 1970, e foi a primeira forma de assentamento rural realizado pelo recém-criado INCRA, determinado pelo Decreto nº. 1.110, de 09 de julho de 1970. Em Tabatinga, esse projeto foi contemplado pela presença do Comando de Fronteira do Solimões e 1º Batalhão Especial de Fronteira (CFSol/1ºBEF)²³. Nesse cenário, e articulada a parceria entre o exército brasileiro com o INCRA, que beneficiaria os militares da reserva, que após prestarem o serviço militar nas forças armadas presentes no município, foram beneficiados com os lotes do Projeto Integrado de Colonização – PIC Tabatinga (LUIZ ATAÍDE, 2020).

²¹ Grupo de pessoas que se reuniam clandestinamente desde 1975, debatendo os problemas da comunidade do Marco, nome dado para o povoado civil da fronteira. Oficializada em 08 de julho de 1976, com a presença do prefeito militar, recebendo a denominação de “conselho de desenvolvimento comunitário do Marco”. Na ocasião, foi feita a 1º eleição para a formação do conselho, sendo eleitos presidente, vice-presidente e as comissões de trabalhos (saúde, educação, produção, urbanização, esporte e relações públicas). Esse conselho se tornaria o núcleo para a emancipação do Município de Tabatinga nos de 1980.

²² Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem-terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infraestrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização socioeconômica dos parceiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela.

²³ Nova mudança verifica-se a partir de 1972, quando pela portaria Ministerial nº. 001-Res. de 10 de Janeiro de 1972 do Ministro do Exército, transforma, a partir de 13 de Janeiro de 1992, o 1º. Batalhão Especial de Fronteira, em Comando de Fronteira do Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva-8º BIS (extraído do livro Tabatinga sua História no contexto do Alto Solimões e da Região Tri-Fronteiriça, 2020).

Segundo Oneti (2010), foi partir de 1985 que a política agrária se deslocou dos projetos de colonização para os projetos de assentamento. Nessa transição, o PIC em Tabatinga foi remanejado e estruturado em PA – Projeto de Assentamento Urumutum²⁴, em função das cobranças da população que ocupava desordenadamente a área do PIC, além de novos interessados que exigiam o direito à terra para viver e produzir. Toda essa conjuntura deixava as margens os agricultores(as) e pescadores(as) das comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga sem subsídios por parte do Estado, fazendo surgir os primeiros movimentos sociais para a criação das organizações associativas de diferentes classes na cidade.

E assim, esse grupo menosprezado passou a se envolver com as ações do conselho comunitário que tinha como objetivo reivindicar os direitos da população junto às autoridades, civis e militares entre outras. Pela EMATER/AM, os pescadores(as) e agricultores(as) passaram a contar com as atividades desenvolvidas de orientações na agricultura, pecuária, pesca artesanal, piscicultura, preservação do meio ambiente, organizações associativas e noções sobre bem-estar social às famílias dos produtores rurais. Entre estas atividades que seriam desenvolvidas pela equipe técnica de três funcionários (gerente, técnica e auxiliar administrativo), uma seria primordial para impulsionar a legalidade dos pescadores de Tabatinga: as organizações associativas. Pois nos relatos do senhor Luiz Ataíde, que assim nos descreve:

Em meados de 1975, Tabatinga tinha uma população estimada em 12 mil habitantes, período em que surgiam as primeiras e tímidas iniciativas para organização de classes associativas, pequenos grupos compostos de **pescadores**, empresários, taxistas, presidentes de clubes de futebol, autônomos etc. A iniciativa para a formação desses grupos partia da iniciativa do autor, Guilherme Farias Galindo e Amazonina Félix dos Santos. No início todo o cuidado era pouco, o que era óbvio, pois além de vivermos na época do regime de exceção, era proibido fazer reunião sem autorização do comandante, ou no mínimo do prefeito militar, além do mais existiam os X-9, espiões do S-2 (Serviço Secreto de Exército) infiltrados na comunidade (grifo nosso) (ATAÍDE, 2020, p. 193).

²⁴ Em 1987, o INCRA criou o Projeto de Assentamento Urumutum, com intuito de assegurar a produção agrícola para o município. Na época, a legislação fundiária permitia que após o quinto ano de posse da terra, o detentor se tornasse proprietário definitivo da terra, tendo plenos direitos inclusive de alienação da mesma. Devido a essa política, o PA Urumutum se tornou alvo de especulação imobiliária e os agricultores familiares foram perdendo espaço. Informação Extraída da dissertação de (BATISTA, p, 36, 2018).

Nessa época, o Brasil vivenciava a ditadura militar, surgindo cenários onde as práticas de autoritarismo, censura e tortura eram constantes, e manifestações coletivas eram proibidas por um governo que achava comum essas práticas. Em Tabatinga, a situação se agravava ainda mais pelo fato de que “o povoado do marco-divisório²⁵”, como era conhecido, ainda não havia se emancipado e era considerado um dos municípios do alto Solimões, região declarada como área de segurança nacional.

Conforme ressalta a publicação da Lei nº. 5.449, de 4 de junho de 1968, sancionada pelo General e presidente Arthur da Costa e Silva (ATAÍDE, p, 127, 2020), podemos confirmar, na imagem 1, a presença de uma autoridade militar representando o Estado brasileiro e exercendo os poderes de controle, fiscalização e ordem contra o movimento social do conselho comunitário.

Imagem 1: A presença do prefeito militar ao centro da mesa em uma das reuniões do conselho comunitário.

²⁵ Para o Historiador e escritor Luiz Ataíde (2020), o povoado do marco-divisório surgiu da camada social mais humilde da região. Entre a vila Militar e Leticia, ali, foram se estabelecendo seus primeiros moradores civis composto por migrantes oriundos das ilhas circunvizinhas e dos seringais de onde conseguiam sair da exploração dos patrões e coronéis de barranco que dominavam os seringais do Alto Solimões, e foram ocupando a margem esquerda do igarapé Santo Antônio, desde sua nascente nas proximidades do atual cemitério São Lazaro, até a desembocadura no rio Solimões. [...] estes moradores sempre foram vistos como os “excluídos”, marginalizados, abandonados, sem perspectiva (sic.) de um paradigma capaz de delinear e implantar programas públicos que auxiliasse a suplantar as questões sociais e econômicas que se abatia na região ocasionada com o fim dos períodos áureos da borracha.



Fonte: Arquivos fotográficos da EMATER/AM, 1976.

Por essas razões os pescadores, junto a outras classes sociais que buscavam se organizar, passaram a se reunir de forma cautelosa às escondidas em lugares que pouco chamaria a atenção de alguma autoridade local. Algumas vezes essas reuniões aconteciam também em uma sala disponibilizada pela EMATER, que tinha o grande interesse de colaborar com esse grupo (ver imagem 2 abaixo).

Imagem 2: Reunião de pescadores e agricultores na antiga EMATER em Tabatinga.



Fonte: Arquivos fotográficos da EMATER/AM, 1978.

No início de 1976, a Diocese do Alto Solimões, por intermédio do Frei Ciro²⁶, conhecedor da iniciativa do movimento organizacional (ver imagem 3), fez questão também de se envolver, colocando à disposição do conselho comunitário sua residência para realização de reuniões, o que era feito uma vez por semana sempre nas quartas feiras [...]” (ATAÍDE, 2020, p, 193).

A foto abaixo confirma a presença da igreja católica nos movimentos sociais das organizações associativas dos pescadores e agricultores por intermédio do Frei Ciro.

Imagem 3: Freio Ciro em uma das reuniões do conselho comunitário junto aos pescadores e agricultores.



religiosa às praças do Comando de Fronteira do Solimões/1º Batalhão Especial de Fronteira (CFsol/1º BEF). De 1983 a 1989, Frei Ciro foi Pároco da paróquia dos Santos Anjos. Em 1992, foi vice Pároco de Tabatinga, em 1995 deixa Tabatinga, quando foi transferido para assumir a Paróquia de Amaturá. Em 2000, é vigário da Diocese do Alto Solimões, Pároco e confessor dos postulantes. Em 2001 é Pároco de Santo Antônio do Içá. Em 21 de junho de 2001, Frei Ciro, depois de 28 anos no Alto Solimões, mesmo contra sua vontade, mas fiel aos votos sacerdotais, deixa a missão do Amazonas, retornando a sua província de origem São Paulo. No dia 29 de maio de 2002, registra-se o falecimento do Frei Ciro, no Hospital Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Piracicaba-SP (informações retiradas do livro “Tabatinga – Crônicas Fronteiriças”, 2015).

Fonte: Arquivos fotográficos da EMATER/AM, 1977.

Outros espaços²⁷ também fizeram parte desses movimentos uma busca pelo reconhecimento da classe dos pescadores de Tabatinga, próximo de sua oficialização, as últimas reuniões concentravam-se na sede do Clube Independente Tropical²⁸, situada na rua Marechal Mallet, s/n, e que hoje abriga o templo Testemunhas de Jeová, este logradouro foi palco de grandes decisões para a vida política e acontecimentos históricos do município.

Segundo Chaves *et al* (2004), a mobilização dos pescadores no município de Tabatinga, não foge à regra da dificuldade enfrentada no processo de organização em outros municípios da região, sendo construída a partir da defesa do direito de exercer a atividade pesqueira e do acesso aos direitos trabalhistas e sociais (*apud* OLIVEIRA, 2007, p, 68). Fato que segue a dinâmica de formação das entidades representativas da pesca citado anteriormente.

E assim a trajetória de representatividade pela legalização institucional dos pescadores no município se conciliaria com a fundação da associação de pescadores de Tabatinga, em 7 de julho de 1979, no mesmo endereço mencionado acima. Analisando o acervo documental da colônia de pescadores Z-24 e buscando discorrer sobre a sua historiografia, essa instituição se idealizou com a associação de pescadores na qual funcionou até o ano de 2001, nas atas baixo podemos observar o momento de transição da associação para colônia de pescadores de Tabatinga, por meio das assembleias ordinárias e extraordinárias, convocando os seus associados.

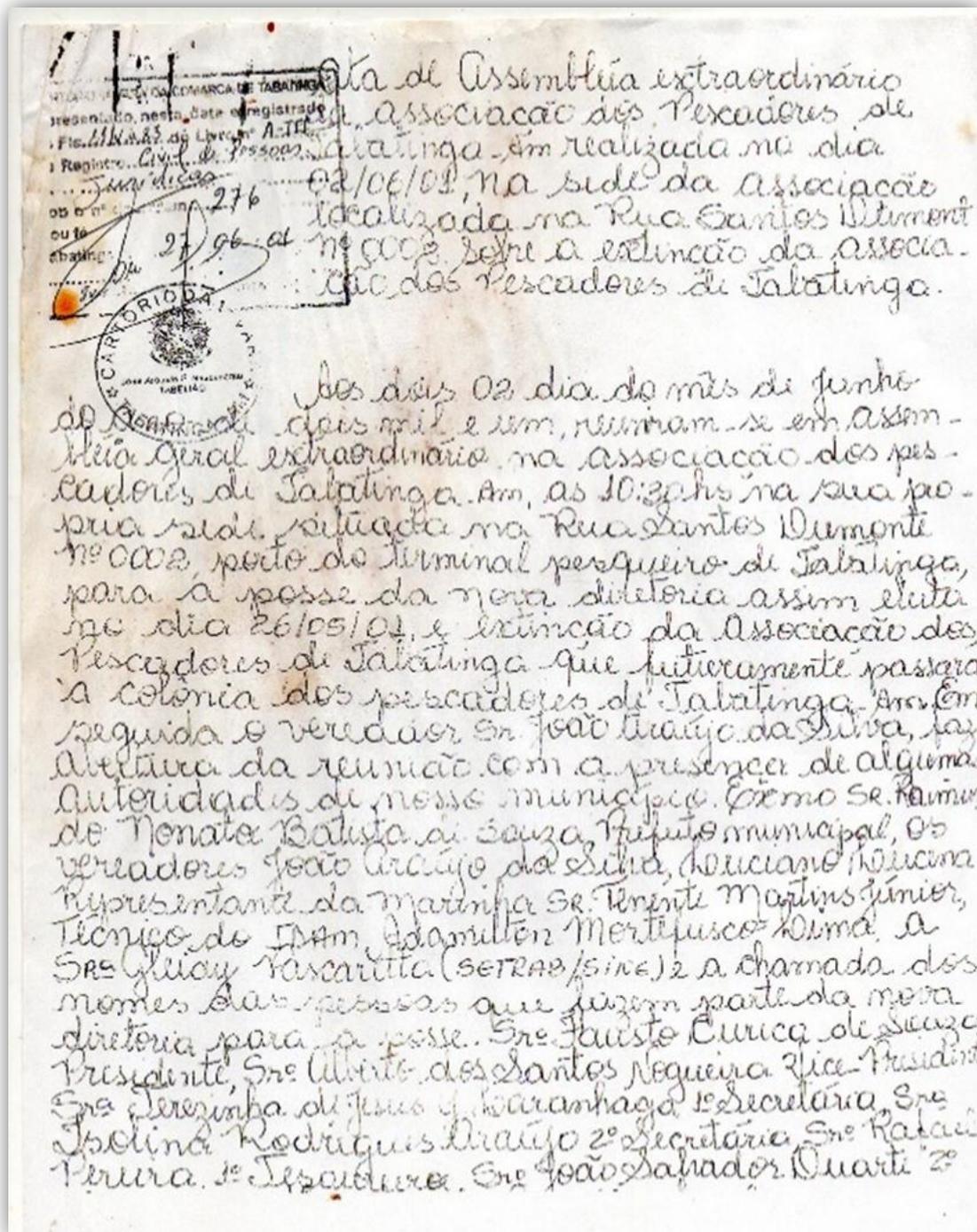
²⁷ Residência de algum membro, bares, salão paroquial, barracas na feira, mas sempre de forma discreta, pois era proibido aglomeração de pessoas para reuniões sem autorização do prefeito militar, conforme a memória popular registrada pelo historiador local Luís Ataíde.

²⁸ Casa de show que recebia apresentações de cantores famosos do sul do país. Também neste local aconteceram os principais eventos de grande envergadura na cidade, porém sempre com a presença do comandante ou do prefeito militar. Esses eventos foram principalmente: Fundação do conselho comunitário (1976), fundação da Associação dos pescadores de Tabatinga (1979), fundação do 1º Partido Político (PDS, 1982), posse dos primeiros vereadores eleitos e a emancipação do município de Tabatinga (1983).

Fonte: Livro de Atlas da Colônia de Pescadores Z-24.

Na foto acima, observa-se a ata da assembleia ordinária para a posse da última diretoria reeleita a dirigir a associação dos pescadores com mandato de 25 de abril de 2000 a 25 de abril de 2001. Por outro lado, vejamos na foto abaixo, a posse da nova diretoria e a extinção da associação.

Fotografia 2: Ata de transição de associação para colônia de pescadores.



Fonte: Livro de Atlas da Colônia de Pescadores Z-24.

Na fotografia 2, temos a ata da assembleia de 02 de junho de 2001 com as seguintes pautas: posse da nova diretoria eleita em 26/05/2001, e a extinção da associação dos pescadores na qual passaria a ser denominada de Colônia dos pescadores de Tabatinga/AM.

Cabe ressaltar que, conforme a análise dos acervos e das atas de registro da colônia, essa medida foi tomada na assembleia do dia 28/04/2001, para a escolha de uma nova diretoria e a mudança da nomenclatura de associação para Colônia. O prefixo de Z-24 só foi acrescentado em outra assembleia realizada no dia 27/10/2001, com a presença do presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas (FEPESCA), o senhor Walzenir Falcão.

Essa assembleia contou com a participação de 98 (noventa e oito) pescadores além de autoridades, e representantes de outras instituições. Então, de 1979 a 2001, foram 22 anos em que a associação buscou representar a classe dos pescadores, associando as mudanças e fatos que estavam acontecendo em Tabatinga e na tríplice fronteira amazônica.

Esses e outros fatos serão retratados no próximo subitem, incluindo a continuação da nova organização dos pescadores da colônia Z-24, que por sua vez vinha acontecendo em todo o Brasil. Dada a localização da região do Alto Solimões estar estratégica e geograficamente posicionada em uma tríplice fronteira, trataremos de apresentar esta organização dos pescadores também da cidade colombiana de Letícia e o povoado de Santa Rosa, pertencente ao departamento de Loreto no Peru.

1.4 A organização sociopolítica dos pescadores artesanais na tríplice fronteira Amazônica

As organizações sociopolíticas dos pescadores artesanais desta porção da Amazonia estão configuradas pela presença de um rio de integração transfronteiriça, entre os países Brasil (Solimões), Colômbia (Amazonas) e Peru (Marañon). Esse rio, com nomenclaturas diferentes em cada país, faz com que diversas tarefas sejam desenvolvidas em uma dinâmica que envolve múltiplas maneiras de usar esse espaço geográfico, com algumas situações que mancham as fronteiras entre o lícito e o ilícito. O curso aquático tem sido o cenário de movimentações entre os pescadores, mantendo forte relação vivencial com a sua sazonalidade.

Aqui, tratamos sobre os movimentos sociais dos pescadores no que diz respeito às organizações sociopolíticas na cidade que conformam a tríplice

fronteira. Esta questão se faz necessária por duas razões: 1) a localização da pesquisa se encontra num espaço geográfico e estratégico para a realização e manutenção vinculada espacialmente à atividade social e pesqueira, e 2) os pescadores conviverem diariamente de maneira transfronteiriça sem limites marcados ou controle de deslocamento, salvo em épocas de eleições ou questões de segurança a nacional, sendo fechada a fronteira terrestre e fluvial.

Cabe ressaltar que o nosso foco de investigação é cerca de como o trabalho com a pesca está relacionado às questões sociais e institucionais que envolvem a categoria dos pescadores. Conforme podemos levantar na produção do instituto amazônico de investigações científicas – SINCHI, com sede na capital do departamento do Amazonas, em que o principal interesse dessa instituição colombiana está nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da biologia e economia.

1.4.1 Colônia de Pescadores Z-24: a organização tradicional

A organização social e política dos pescadores de Tabatinga, desde os movimentos ocorridos na década de 1970, apresentaram-se de forma retraída e insegura, por várias questões que anteriormente apresentamos. Como referência à essa questão, no estudo de Mello (1996), observa-se que, ao longo da história desse segmento social no referido município, o processo de organização não acompanhou as mobilizações mais gerais, no âmbito regional e nacional, ocorridas no setor da pesca.

Oliveira (2007) ressalta que a Colônia de Pescadores Z-24, ao ganhar *status* de colônia centrou suas ações na expedição de documentos e concessão de benefícios sociais. No entanto, com limitadas mobilizações políticas, junto à categoria dos pescadores, no sentido de ampliação dos direitos sociais, bem como de políticas voltadas ao setor da pesca.

Essa nova roupagem que a instituição dos pescadores passa a assumir criou uma expectativa e euforia entre os seus associados na busca pela aquisição do Registro Geral da Pesca (RGP), o documento tido como importante na vida de um pescador, pois garante sua existência civil, além dos direitos previdenciários, que veio a ser garantida pela lei nº. 10.779/2003,

assinada pelo então presidente Lula, no seu primeiro mandato (2003-2007), reduzindo o tempo de acesso ao benefício do seguro defeso de três para um ano. Conforme nos esclarece Scherer (2013),

Desde 2003, quando a Lei da Pesca (Lei n. 10.779/2003) foi redimensionada, os pescadores e pescadoras artesanais ganharam maior visibilidade, e sobretudo reconhecimento. A política de Seguro Defeso ao Pescador Artesanal (PSDPA) se estendeu aos pescadores e pescadoras das águas continentais. As colônias se tornaram a instituição de referência para os pescadores. Ao mesmo tempo, elas não deixaram de lado os velhos vícios trazidos de tempos pretéritos, as práticas clientelistas se evidenciaram” (SCHERER, 2013, p. 189).

Essa demanda pela antecipação do benefício provocou a reestruturação e o aumento das instituições representativas do Estado do Amazonas. O que acarretou num marco divisor entre as principais representações dos trabalhadores da pesca, provocando os conflitos sociais e as divergências políticas. Corrobora essa reflexão a ideia apontada por Ferreira, em entrevista para Scherer (2013), onde Estevam Ferreira, ex-secretário da SEAP/PR, no ano de 2003, ressaltou que: o aumento dessas representações no Amazonas ‘complica’ o ambiente de representação dos pescadores no Estado. Mais adiante, no capítulo 3, retomaremos essa discussão, pautando-nos nas reflexões de Ferreira.

A razão para a criação desses movimentos (associativos e sindical) foi a rejeição quanto à forma centralizadora, autoritária e estúpida com que a FEPESCA agia. Nos dias atuais, essa situação não foge à regra, pois se criou uma disputa pela representação da classe, onde cada instituição procura aliar-se a políticos para representá-los na esfera Estadual e Federal, mantendo as práticas do clientelismo.

Fotografia 3: Sede da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga-AM.



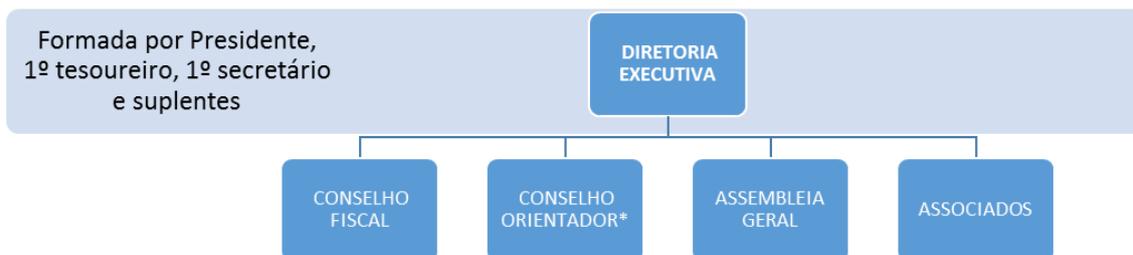
Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

A Colônia dos pescadores Z-24 está localizada na rua Santos Dumont, nº. 02, próximo ao terminal de pesca no bairro do Don Pedro I, no município de Tabatinga. O terreno onde a colônia começou a exercer suas atividades após sua fundação em 1979, como associação, foi doado pela Prefeitura da COMITABA em 22 de fevereiro de 1983, subordinada ao CMA-CFSOL 1º. BEF do Ministério do Exército (ver anexo nº. 2).

Os membros da diretoria da Colônia de Pescadores Z-24 não possuem remuneração, tendo uma posição estatutária de representação dos associados. Assim sendo, Oliveira (2007) refere-se a expressão usada por Ilse Sherer (2007), a Colônia de Pescadores é “auto-governada”, pois possui estatuto e regimento próprio.

Para encaminhar as ações política e de representação dos seus associados a Colônia de pescadores Z-24 está estruturada da seguinte maneira:

Figura 1: Organograma da Colônia de Pescadores Z-24.



* Inclui suplentes

Fonte: Estatuto da entidade, 2020.

Em questionário respondido pelo presidente da Colônia dos pescadores Z-24, via e-mail, a estrutura organizacional da colônia de pescadores é constituída em assembleia geral, reuniões feitas com os associados que estejam em dia com a entidade e tem direito a voz e voto. Nessa estrutura de organização a mesma é dirigida por uma diretoria que atua na reponsabilidade de gerenciar as ações, representar e defender os interesses de seus associados.

No que compete ao conselho fiscal, as suas atribuições são: manter de forma constante a fiscalização sobre as ações, todo o patrimônio e o movimento financeiro da colônia. Cabe ainda ressaltar que nessa estrutura de organização da colônia dos pescadores existe o papel do conselheiro orientador que nas palavras de Oliveira (2007) atua como assessor no que se refere às ações implementadas pela Colônia.

A colônia de pescadores possuía vínculo institucional em 2007, [...] com a Federação de Pescadores do Estado do Amazonas e, concomitantemente, com a Confederação Nacional dos Pescadores que atua no sentido de aglutinar as Colônias de Pescadores do Brasil [...] (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Nos dias atuais, o presidente da Colônia se posiciona dizendo que a colônia não possui vínculo com federação bem como com a confederação. Alega que esta passa por um momento transitório. Essa reposta do atual presidente reforça a instabilidade das organizações representativas da classe se manterem constantes numa estrutura hierárquica, a exemplo disso um fato marcante ocorrido em Manaus traria de volta essas questões conflitantes com

a Fundação da FETAPE/AM, Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Amazonas (Dissertaremos com mais detalhes na seção 3, exclusiva aos diálogos institucionais entre os pescadores e o poder público).

A segunda instituição representativa dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga e o “Sindicato” que surge do desdobramento da colônia Z-24, após divergências e conflitos internos, será abordada na seção 2 dedicada a discorrer toda sua trajetória histórica.

1.4.2 Na margem da fronteira: ASOPESCAM uma Instituição Invisível aos olhos do Estado Colombiano: o caso de Letícia na Amazonía colombiana.

A cidade de Letícia é a capital do departamento do Amazonas na Colômbia, com distância geográfica de 1.100 quilômetros de Bogotá, acessível apenas por via aérea e isolada do resto do país por grandes distâncias e selvas de difícil acesso. Esta cidade tem se consolidado com o tempo como um dos principais centros de apoio para a comercialização e exportação do pescado que chega dos países vizinhos e do Alto Solimões. Esta envergadura a faz manter-se como a principal base para as relações sociais entre os pescadores das cidades vizinhas que circulam nesta região fronteiriça, desenvolvendo uma dinâmica recíproca entre a classe.

“El Estado colombiano está presente para cobrar impuestos, inspeccionar y conceder las demandas del país, pero no está presente para incentivar y dar subsidios a los miembros de ASOPESCAM. No tiene el apoyo del Estado Colombiano em subsidios no se ven como seres humanos, son invisibles”.

(José Claudino Villa Corta, Presidente da ASOPESCAM)

Ao refletir acerca da epígrafe, que expõe as palavras do presidente da ASOPESCAM, a mesma faz referência a uma metáfora da obra de Gabriel Garcia Márquez intitulada *“Ninguém Escreve ao Coronel”*, na qual narra a história de um coronel que aguarda uma carta há mais de quinze anos, a sua pensão pelos serviços prestados à pátria. Nessa lógica, essa seria a situação mais retratada sobre a realidade da ASOPESCAM, que desde sua fundação vem contribuindo com o desenvolvimento econômico da cidade de Letícia sem

ter ainda o verdadeiro reconhecimento, e que atualmente ainda continua as margens do estado.

Pantevis Yohana Girón, em 2013, realizou estudo histórico e de relevância para a cidade de Letícia que, conseqüentemente envolveu os países vizinhos: Brasil e Peru. Nesse estudo, a autora retrata a importância da pesca e o papel dos pescadores para o desenvolvimento da cidade colombiana. A autora ressalta que na década de 1950, a cidade de Letícia passou por um importante processo de crescimento e modernização, gerado principalmente por investimentos estatais e pela consolidação de atividades comerciais que permitiram o surgimento e a consolidação da comercialização de peixes.

A exploração pesqueira na cidade de Letícia, não apenas contribui para a construção da história da cidade, mas, também, serviu de referência para a abordagem histórica de outras cidades amazônicas ou pesqueiras, onde a pesca comercial definiu ou redefiniu o espaço, as formas ou métodos de apropriação e a relação da sociedade com o meio ambiente, neste caso com o recurso pesqueiro (PANTEVIS, 2013).

Nesse sentido, a história da Associação dos pescadores artesanais do Amazonas (ASOPESCAM) está evidenciada em um novo cenário da economia da cidade de Letícia nos anos de 1970, quando inicia a comercialização dos peixes lisos chamados na Colômbia de (Bagres), pois anterior a essa atividade, existia somente nos anos de 1950 o comércio de peixe seco ou “a era dos peixes secos”.

Os pescadores da ASOPESCAM começaram a se organizar e pensar em ter sua própria instituição, contrapondo-se aos empresários que vinham de diferentes estados da Colômbia com as instalações das bodegas (localizadas nos bairros Águia, Victoria Regia e Puerto Civil, todos próximos às margens do rio Amazonas) para armazenamento e comercialização de peixes, onde compravam essa produção a preços muito baixos. Em outros casos, os empresários usavam os regatões²⁹ para a captura de peixes lisos nesta região da Amazônia.

²⁹ Para o Geógrafo David McGrath, em “Parceiros no crime o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional” (1999), o regatão tem uma história longa e controversa na Amazônia: de um lado, é visto como um pioneiro heroico, trazendo a civilização para produtores isolados na floresta (Goulart, 1968); de outro, como um atravessador sem escrúpulos, explorando os pobres da zona rural e roubando comerciantes locais em seus

Durante os 12 anos em que a associação ficou sem reconhecimento e legalização pelo Estado da Colômbia, os associados resistiam e lutavam contra os grandes empresários que haviam se instalado na cidade de Letícia, contra o Estado e o sistema capitalista, mantendo viva a ASOPESCAM em um momento em que, o único incentivo e subsídio estavam voltados aos empresários. Nesse sentido, Pantevis (2012) reforça as intenções do Estado em subsidiar esse grupo quando;

Em 1988 se posesionó como alcalde el señor Fausto dos Santos Barbosa y em apartes de su discurso de posesión publicada poe el período Anaconda insistia em que la ciudad debía seguir transitando hacia la economia formal y para ello su administración estaria enumbada al dessarrollo turístico y “el mundo debe pagar la celanduría del Amazonas”.Pero curiosamente esse mismo año se inauguro ASOPESCA (asociación de comerciantes del Amazonas).

Fica evidente no que foi publicado no jornal local “Anaconda”, o posicionamento do prefeito de Letícia representando o Estado colombiano, deixando de lado a legalização da Associação dos pescadores do Amazonas – ASOPESCAM, e que já tinha suas instalações desde 1974, por considerá-los como um grupo de marginais, sem nenhuma importância para o momento em que a economia local se desenvolvia e se expandia para outras regiões do país. Preferindo, assim, dar toda a assistência e subsídios aos comerciantes que ali havia se estabelecido. A fotografia 4 mostra a localização da sede que divide espaços com as grandes bodegas.

Fotografia 4: Sede da ASOPESCAM no porto civil de Letícia-Colômbia.

negócios (PENA, 1973). Henrique e Morais, em artigo publicado na revista Scielo “Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)” (2014), definem o regatão da seguinte maneira: O surgimento do mascate fluvial na Amazônia estaria, portanto, ligado às características ambientais da região, em função da existência de grande número de “estradas líquidas” (rios, lagos, furos e igarapés) que marcam sua geografia e que não eram atendidas pelos navios de maior porte.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2019.

A ASOPESCAM foi fundada em 1974, com os esforços dos próprios pescadores para terem representação. Num terreno às margens do rio Amazonas, porém, somente em 1987 foi reconhecida pelo ministério de agricultura, através da resolução nº. 0289 de 16 de junho de 1987, em nível nacional na Colômbia.

Esta falta de legalización hizo que los pescadores de la asociación se organizaran en grupos para discutir las demandas de sus miembros y mantener viva a la entidad resistiendo a las burocracias y la falta de políticas públicas por parte del estado colombiano (pescador asociado, C.M.S).

No marco Institucional e Jurídico, o setor pesqueiro da Colômbia é governado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, por meio da Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca (AUNAP), entidade encarregada de exercer a autoridade de pesca e aquicultura, sendo responsável pelo planejamento, pesquisa, ordenação, promoção, regulamentação, registro, informação, inspeção, vigilância e controle das atividades de pesca e aquicultura, sob a coordenação da Diretoria de Cadeias de Pecuária, Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em relação ao arcabouço jurídico, a atividade pesqueira colombiana é regida pela Lei de número 13, de 15 de janeiro de 1990, que determina o "Estatuto Geral da Pesca", a qual visa regulamentar a gestão abrangente e a

exploração racional dos recursos pesqueiros, garantindo seu aproveitamento sustentável, a Lei é regulamentada pelo Decreto Regulamentar nº. 2.256, de 4 de outubro de 1991. De maneira mais específica, é complementada por outros decretos e resoluções institucionais sobre assuntos específicos da pesca.

Em nível nacional, a associação dos pescadores do departamento do Amazonas na Colômbia, apenas começou trilhar os caminhos para filiar-se a organizações vigentes no país, que busca representar e defender os interesses dos pescadores artesanais, numa hierarquia de 2 e 3 nível de organicidade como a FECOLPAA – Federación Colombiana de Pescadores Artesanales y Ambientalistas e, posteriormente, a Confederación Mesa Nacional de Pesca Artesanal de Colombia – COMENALPA³⁰. Esse intuito da ASOPESCAM visou buscar mais participação diante do Estado e ser mais bem visto em nível nacional.

Os pescadores da ASOPESCAM exercem outras atividades para complementar a renda familiar, uma vez que na Colômbia não há nenhum subsídio para os pescadores (Benefícios sociais, aposentadorias, entre outros), entre algumas atividades desenvolvidas estão: pedreiro, vigia, madeireiro, carpinteiro, faxineira, mototaxista e feirante. E para manterem-se ativos como associados, os pescadores pagam uma mensalidade no valor de cop\$13.500 pesos para despesas com a própria instituição.

Do ponto de vista da estrutura física, a associação possui uma sala para reuniões, escritório, banheiro e três câmaras refrigeradoras na sua sede, sendo 2 (duas) para o armazenamento dos peixes-lisos e 1 (uma) para a fabricação de gelo. Fruto de um projeto de grandes expectativas, denominado “Desenvolvimento do acesso ao mercado dos produtos pesqueiros e aquícolas da Amazônia”³¹, desenvolvido pelas organizações INFOPECA, junto à

³⁰ A confederação da Mesa Nacional de Pesca Artesanal é uma organização que se constitui como entidade democrática, nacional, representativa e porta-voz de pescadores artesanais marítimos e continentais na Colômbia. A mesa será um interlocutor com o governo nacional e representará as organizações de primeiro, segundo e terceiro níveis que fazem parte dela e que desejam vincular-se ao longo do tempo. Suas decisões serão tomadas através de canais democráticos e de forma que, privilegiando o consenso, as opiniões de todas as organizações afiliadas sejam coletadas nas posições oficiais da mesa. Disponível em: <http://www.comenalpac.com/>

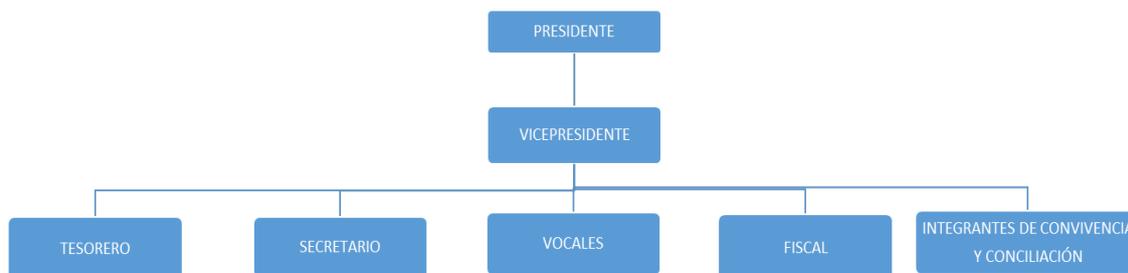
³¹ O objetivo deste projeto foi incentivar e promover a comercialização de produtos pesqueiros amazônicos, assim como atingir e desenvolver um fluxo constante destes produtos com um

Organização das Nações, para a Alimentação e Agricultura (FAO), e o Fundo Comum para os Produtos Básico (CFC), abrangendo os países que compõem a tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru, no período de janeiro de 2011 a dezembro 2012 (Disponível em: www.infopesca.org/listaproyectos).

Para encaminhar as ações da ASOPESCAM, enquanto organização representativa dos seus associados, a sua estrutura institucional se caracteriza conforme o estatuto no Artigo 27, os dirigentes da associação são distribuídos da seguinte forma: Presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, os vogais e os membros da convivência e conciliação, conforme se pode observar no organograma abaixo:

ASOCIACIÓN DE PESCADORES DEL AMAZONAS (Leticia- Colômbia)
- ASOPESCAM -
ORGANOGRAMA

Figura 2: Organograma da ASOPESCAM.



Fonte: Estatuto da Instituição.

O Presidente é o gestor orçamental da despesa e exerce a representação legal da associação em todas as instâncias. Ele assina os atos e contratos em representação da mesma e concede os poderes necessários para a defesa total dos interesses da associação.

O Vice-Presidente substitui o Presidente em suas ausências temporárias, no máximo três (3) meses cada e, definitivamente, no caso de

elevado padrão de qualidade para as regiões localizadas fora do espaço hidrológico amazônico.

<https://www.infopesca.org/node/92>

ausência do Presidente por qualquer motivo. O secretário, entre suas atribuições a serem desempenhadas na associação, duas delas detém maior responsabilidades, 1) comunica a convocação às reuniões da assembleia geral e extraordinária, de associados e da diretoria executiva, e 2) tem sob seus cuidados o preenchimento dos livros de registro de associados e as atas das reuniões gerais, extraordinárias e da diretoria, que devem ser devidamente registradas na autoridade competente, entregues ao secretário no momento da substituição.

A associação tem dois membros (vogais) e terá seus poderes e obrigações conforme a seguir: 1) comparecer às reuniões da assembleia geral, ordinário, extraordinário e da diretoria executiva, com direito a voz e voto; 2) garantir o cumprimento dos estatutos, regulamentos internos e acordos delegados pela assembleia geral ou da diretoria executiva. O tesoureiro é responsável pelo cuidado e gerenciamento dos recursos da associação e dos bens pessoais e imóveis. Também é responsável pela administração e manutenção dos livros da tesouraria (diários, balanços, livros auxiliares e inventários), os quais devem ser devidamente registrados no órgão competente.

Ainda no estatuto da ASOPESCAM, no Capítulo X, Artigo 49, ele dispõe de uma comissão de convivência e conciliação para auxiliar os trabalhos na associação. Sendo ela descrita da seguinte forma:

La comisión de convivencia y conciliación es el órgano de justicia, control asociativo y de conciliación de la asociación, encargada de velar por que todos y cada uno de los asociados cumplan con la legislación vigente, los estatutos y reclamos internos de trabajo; es la encargada de dirimir las discrepancias que surgen entre los asociados, entre estos y los diferentes órganos o los órganos entre sí. Esta comisión estará integrada por tres (3) asociados de la asociación, elegidos por la asamblea general de asociados (Capítulo X, Artículo 49º. p. 17, del estatuto de ASOPESCAM).

Em seu livro "Pesca Artesanal en Colombia: historia de una deuda social", Romero Matos (2012) revisita a história da pesca artesanal no período Republicano, em diferentes fases, atendendo às circunstâncias específicas das relações entre o Estado – pescador artesanal. Essa questão exposta pelo autor é reforçada por Moreno (2018), ao apresentar características semelhantes

entre o Brasil e a Colômbia, ao afirmar que, “en el período republicano veremos que la relación Estado-Pescador tiene unas características parecidas al caso brasileño, a través de la cual estos sujetos sociales siempre sufrieron la falta de atención y políticas por parte del Estado” (MORENO, 2018, p. 350).

Desse modo, recordamos uma vez mais Romero Matos, quando nos adverte que: “La pesca artesanal em Colombia sigue invisibilizada y sometida al olvido, carente de proyección y esquemas claros para el desarrollo, em médio de la inestabilidad dada a la institucionalidad pesquera em el país” [...] (MATOS, 2012, p.154). Sua reflexão soa lúcida e atual para o quadro social e de trabalho que podemos verificar na nossa imersão no campo junto à associação e seus membros.

1.4.3 Uma associação de pescadores artesanais na Amazônia Peruana

Santa Rosa do Javari ou Isla Santa Rosa é um pequeno povoado localizada a margem direita do rio Marañon. Na divisão político-administrativa do Estado peruano, pertence à província de Mariscal Ramón Castilla, no distrito do Javari, cuja capital é Iquitos, a maior cidade da Amazônia peruana, com uma população de 776 habitantes.

Este tópico encerra as discussões sobre a organização sociopolítica dos pescadores artesanais desta tríplice fronteira, que fica a cargo da Associação dos pescadores artesanais do povoado de Santa Rosa no Peru. A associação de Pescadores artesanais “Luis Banchero Rossi”, do povoado de Santa Rosa, é uma das organizações sociais que juntamente a outras nove associações fazem parte do Departamento de Loreto no Peru (GALLO, 1999). A associação de pescadores (fotografia 5) agrupa 17 pescadores do povoado de Santa Rosa. Está registrada com o comprovante de registro N°. 044-2012-DGPA, Registro da Diretoria Geral de Pesca Artesanal do Ministério da Produção (PRODUCE)³².

A fotografia abaixo retrata uma das nossas idas a campo, do lado peruano está a sede fechada.

³² Disponível em: <https://www.produce.gob.pe/index.php/shortcode/servicios-pesca/organizaciones-pesqueras-artesanales>

Fotografia 5: Sede da Associação dos pescadores Luis Bacherro Rosi, Santa Rosa-Peru.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2020.

A organização social dos pescadores de Santa Rosa surgiu no ano de 2011, por falta de uma representação, mesmo com um pequeno número de pescadores, e em meio a conflitos e divergências por demarcações de territórios de pesca em um ponto específico do rio Solimões/Amazonas entre Tabatinga (Brasil) e Santa Rosa(Peru). O que levaria, no ano seguinte, a um acordo de pesca entre as entidades do sindicato de pescadores artesanais de Tabatinga e a associação de pescadores Luis Banchero Rossi, de Santa Rosa, a decidirem regras e regulamento entre os pescadores de ambas as representações. O termo foi aprovado pelos presidentes de cada entidade em 05 de julho de 2012, no escritório do Sindicato (ver anexo nº 3).

Durante a realização do campo, nos deparamos com alguns obstáculos referentes a nossa visita à associação de pescadores artesanais Luis Bacherro, onde por algumas vezes encontramos a sede fechada e a divergência por não estar definida a sua diretoria, estando sem representação. Insistimos em superar esses obstáculos, dispomo-nos a atravessar o rio Solimões em horários de vulnerabilidade, no intuito de encontrar algum membro que pudesse nos atender, mas novamente éramos surpreendidos com o silêncio dos moradores e a sede fechada.

Esse fato se estendeu e dificultou ainda mais com o fechamento da fronteira fluvial, decretado pelos países vizinhos da Colômbia e Peru, diante da pandemia do covid-19, que chegou a esta região da Amazônia no mês de

março de 2020. Por essas questões, as informações sobre a associação de Santa Rosa foram extraídas de *sítes* oficiais.

2 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS DO SINDPESCA: UM NOVO FORMATO DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DE TABATINGA

Nesta seção, abordamos sobre os caminhos e descaminhos do Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais – SINDPESCA, do município de Tabatinga. Desde a sua origem até os movimentos sociais de luta pela representação sociopolítica no alto Solimões, resistindo aos entraves do Estado e de outras organizações civis nesta região da Amazônia. Motivos pelos quais a fazem ter um papel de destaque e protagonismo diante das outras representações da pesca das cidades circunvizinhas.

2.1 SINDPESCA/Tabatinga: processo histórico de constituição do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais

O nascedouro do SINDPESCA/Tabatinga se deu a partir do momento em que a associação de pescadores se transformou em Colônia dos pescadores, a Z-24, entre os anos de 2001/2002. A associação, na primeira organização dos trabalhadores da pesca, em um período em que Tabatinga³³ ainda não havia se emancipado política e administrativamente, ocorreu em 1979. A partir de 2002, os pescadores da Colônia Z-24 começaram a se mobilizar e repensar sua instituição, do ponto de vista de representação e de organização estrutural, em decorrência da organização da estrutura representativa dos pescadores em todo o território brasileiro.

Nesse tocante, nos esclarece Scherer (2013) que, com a Lei da Pesca (Lei nº. 10.779/2003), que garantia maior visibilidade, e sobretudo reconhecimento aos pescadores e pescadoras artesanais. Por exemplo,

³³ Tabatinga, por longos anos foi Distrito do Município de Benjamin Constant. Em 10 de dezembro de 1981, por iniciativa do Governador José Lindoso, pela Emenda Constitucional nº 12 do Estado do Amazonas, Tabatinga passa a ser Município, sendo instalado em 1º de fevereiro de 1983, com a posse de seus primeiros vereadores no ano anterior. (Tabatinga - crônicas Fronteiriças, Historiador Luiz Ataíde, 2015).

através da extensão aos trabalhadores da pesca de águas continentais, garantiu a política do Seguro Defeso ao Pescador Artesanal (PSDPA), instigou a esses trabalhadores às mobilizações e reorganizações de suas coletividades. Nesse sentido, as colônias se tornaram a instituição de referência para os pescadores. Ao mesmo tempo, “elas não deixaram de lado os velhos vícios trazidos de tempos pretéritos, as práticas clientelistas se evidenciaram” (SCHERER, 2013, p.189).

Assim, no ano de 2008, surgiram as primeiras mobilizações sociais para uma nova instituição da pesca no município, após escândalos de fraudes e denúncias no que diz respeito ao seguro-desemprego do pescador ou o mais conhecido como seguro defeso, na Colônia dos pescadores Z-24. Versão essa que pode ser constatada em um dos trechos da entrevista realizada com o presidente do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga:

O desejo da criação da associação, ela partiu dos pescadores que faziam parte da colônia de pescadores Z-24, Tabatinga. Então neste período houve muitas denúncias por pescadores e da sociedade como um todo, que a colônia tinha mais pescadores que recebiam o seguro que não eram pescador do que os próprios pescadores realmente, que exercem atividade e que teriam direito de requer esse seguro pela lei [...] (Entrevista concedida em 19/11/2018).

A partir de então, um grupo de pescadores revoltados com a situação, insatisfeitos e desacreditados com a presidência da Colônia começaram a se articular para dar início ao que se tornaria hoje o sindicato, a constituição da “Associação de pescadores e pescadoras profissionais Artesanais do Município de Tabatinga/AM – ASPTBT.” Fundada em 13 de setembro de 2008, com um total 37 pescadores e pescadoras (ver anexo nº 4). Encontramos em De Paula (2018), às razões existentes entre as instituições representativas da pesca da seguinte maneira:

Tomando por base essas instituições, cabe enfatizar os limites do diálogo, sobretudo, entre associações e colônias de pescadores. Isto porque muitas **vezes as associações são criadas frente aos descontentamentos dos pescadores com as colônias. O autor ainda ressalta dizendo que** sendo assim, se estabelece um contexto de disputas, por qual entidade tem o direito de representar os pescadores artesanais. Estas situações conflituosas acabam por dividir as comunidades de pescadores em grupos políticos e existem implicações nos territórios tradicionais (Grifo nosso) (DE PAULA, 2018, p, 347).

O autor nos destaca que as divergências entre instituições são decorrentes da falta de diálogo e de espaços democráticos entre presidente e os seus associados. Além de Tabatinga outros municípios do Estado do Amazonas também tiveram situações parecidas com a que mencionamos acima.

Imagem 4: Sede Provisória da Associação dos Pescadores (as) Artesanais de Tabatinga/AM



Fonte: Arquivos do SINDPESCA, 2008.

Imagem 5: Pescadores reunidos para Assembleia geral na Associação.



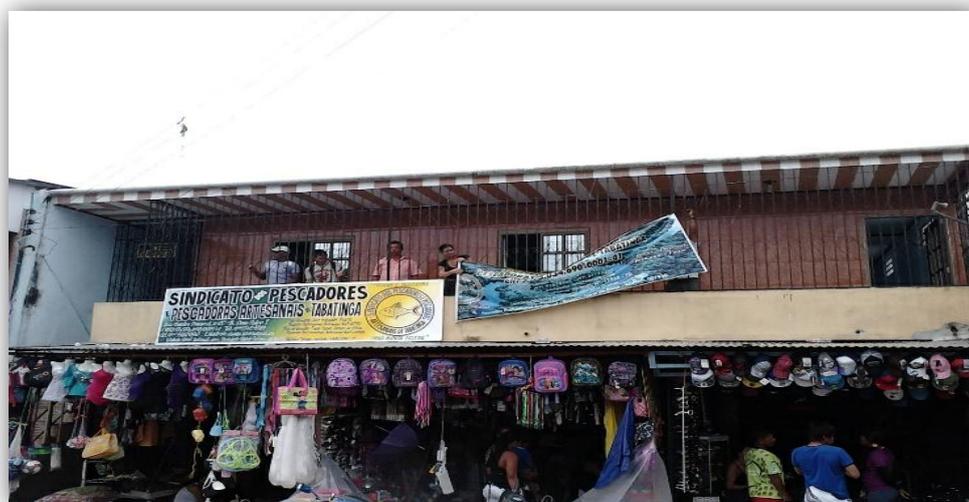
Fonte: Arquivos do SINDPESCA, 2008.

A Associação dos pescadores, no primeiro momento, teve suas instalações e funcionamento nos fundos de uma loja de roupas na rua Santos

Dumont, nº 109, bairro D. Pedro I, conhecida popularmente como feira do bagaço, próximo ao porto fluvial de Tabatinga. As atividades concentraram-se neste ponto por mais de um ano.

Ao mesmo tempo em que a associação ganhava corpo e mais adeptos, a nova instituição da pesca precisava de um espaço maior para desenvolver suas atividades. Nessa perspectiva, os dirigentes passaram para outro local alugado, na mesma rua, onde continuou o funcionamento da associação a partir desse momento, mais próximo ao rio Solimões. Fato curioso é que, o novo endereço, se estabeleceu de frente para a Colônia dos pescadores Z-24, condição essa que foi interpretada pelos membros da diretoria da Colônia, como provocação e confronto à instituição da pesca mais antiga da cidade.

Imagem 6: Substituição da sede de Associação para Delegacia Sindical.



Fonte: Arquivos SINDPESCA/Tabatinga, 2009.

Nesse novo endereço, um momento histórico marca mais uma conquista dos pescadores e pescadoras artesanais, com a substituição da categoria de associação para delegacia sindical do sindicato dos pescadores no Estado do Amazonas em Tabatinga – AM (filial), em julho de 2009 pelo Sindicato dos pescadores no Estado do Amazonas, SINDPESCA – AM, onde se instituiu o mandato por dois anos de funcionamento e passou a ser filiada ao SINDPESCA – AM. Respaldação pela Resolução da diretoria R.DI 003-2009 e pela carta Sindical – L017 P015 A1946 (ver anexo nº. 5).

Essa mudança de categoria se institui em virtude da necessidade da diretoria da associação alcançar autonomia para representar e defender os seus associados diante das burocracias das instituições públicas do Estado. Nas palavras do presidente, em entrevista, percebemos a motivação para a idealização da delegacia sindical em Tabatinga:

Foi criada essa delegacia sindical justamente pelo motivo de associação não poder emitir a declaração para o pescador se aposentar, nós tivemos muitas dificuldades, então essa delegacia foi criada por Manaus, foi feita por lá e aqui nós implantamos ela, mas a declaração ela vinha com a ordem de Manaus do sindicato de lá [...] *(Entrevista concedida em 19/11/2018).*

Para Scherer (2013, p. 12), essa situação

[...] ocorre que a decantada universalidade dos direitos sociais não atinge a grande maioria dos pescadores e pescadoras artesanais. Para acessá-los, eles se submetem a uma miríade de exigências e também de certos constrangimentos, sobretudo quando se deparam com a tecnoburocracia previdenciária.

A fundação e posse da diretoria do Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – SINDPESCA/TBT, ocorreu em 20 de novembro de 2010, em assembleia geral extraordinária (ver anexo nº. 6), com um total de cento e trinta e dois (132) pescadores e pescadoras presentes, na antiga instituição situada à Rua Santos Dumont, bairro Dom Pedro no município de Tabatinga. De acordo com o Edital de convocação publicado no Jornal do Comércio, em 07 de Novembro de 2010, pagina C4, Publicações Legais, no Jornal Diário Oficial da União-Seção 3, em 09 de Novembro de 2010, página 173, ISSN1677-7069, Jornal Diário do Amazonas 06 de Novembro de 2010 de acordo com as orientações da Portaria 186 de 10 de Abril de 2008 do Ministério do Trabalho e Emprego. Baseados no artigo 8º da Constituição Federal de 1988.

O Sindicato após percorrer essa longa trajetória de lutas por melhores condições de trabalho, e de representatividade nos seus direitos sociais, chega ao seu nível de maior *status* de autonomia como instituição na cidade, que representa a classe dos pescadores.

Fotografia 6: Sede do Sindicato dos pescadores (as) Artesanais de Tabatinga.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Como resultado dessa trajetória, os filiados e filiações ao sindicato conseguiram adquirir, por meio de compra, um terreno localizado no beco T-16, nº. 01, bairro Portobrás, no valor de 15.000, 00 (quinze mil reais), para a construção da sua atual sede. Essa localização foi estratégica pelo fato de que, ao lado Oeste do terreno está a margem esquerda do rio Solimões que conta com um flutuante que recentemente o sindicato conseguiu adquirir para atender às necessidades de seus filiados(as), e para usar como meio de captar recursos financeiros.

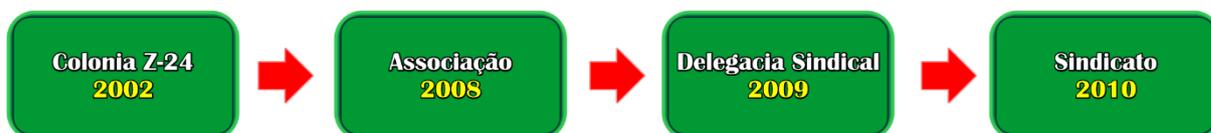
Fotografia 7: Flutuante do SINDPESCA/Tabatinga.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Abaixo, apresentamos um organograma que construímos com o período temporal de surgimento das instituições de representação da pesca artesanal no município de Tabatinga. Desde a primeira, como já apresentado nesse texto, a Colônia Z-24, em seguida a associação, grupo formado por remanescentes insatisfeitos da Colônia, em seguida novas adesões, que se transforma em delegacia sindical, e finalmente em sindicato, o atual SINDPESCA/Tabatinga.

Figura 3: Cronologia do Tempo na Constituição do SINDPESCA/Tabatinga.



Fonte: Arquivo elaborado pelo Autor, 2019.

A existência do Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – SINDPESCA, hoje constituído, percorreu três grandes momentos históricos na cidade de Tabatinga, motivadas pelas mobilizações sociais dos seus associados(as) em busca de autonomia e reconhecimento. Cada instituição foi criada com um objetivo de atender com mais flexibilidade e serenidade aos interesses daquele grupo de pescadores e pescadoras que iniciavam essa longa trajetória.

A fundação da Associação dos pescadores(as) profissionais de Tabatinga – ASPTBT ocorreu em 2008, movida por um grupo de associados que faziam parte da colônia Z-24, com o objetivo de moralizar e engrandecer o pescador e sua atividade.

A delegacia Sindical do Sindicato – SINDPESCA/TBT foi instituída em Tabatinga em 2009, em virtude da necessidade da Diretoria da associação precisar de autonomia para a emissão de declarações e documentos específicos para os seus associados e associadas. Pois como Associação, a diretoria não poderia emitir declaração para o pescador(a) se aposentar,

atribuições essas que somente eram permitidas pelas colônias e sindicatos homologados pelo INSS.

A fundação do sindicato em 2010 surgiu como uma maneira de superar todas as lacunas e obstáculos que a Diretoria e seus associados e associadas vinham passando anteriormente, nas outras instituições constituídas (associação e delegacia sindical) com as burocracias e exigências das repartições públicas do Estado, e ao mesmo tempo se tornar independente e começar a caminhar com suas próprias pernas em busca dos seus direitos e reconhecimento dessa nova instituição da pesca.

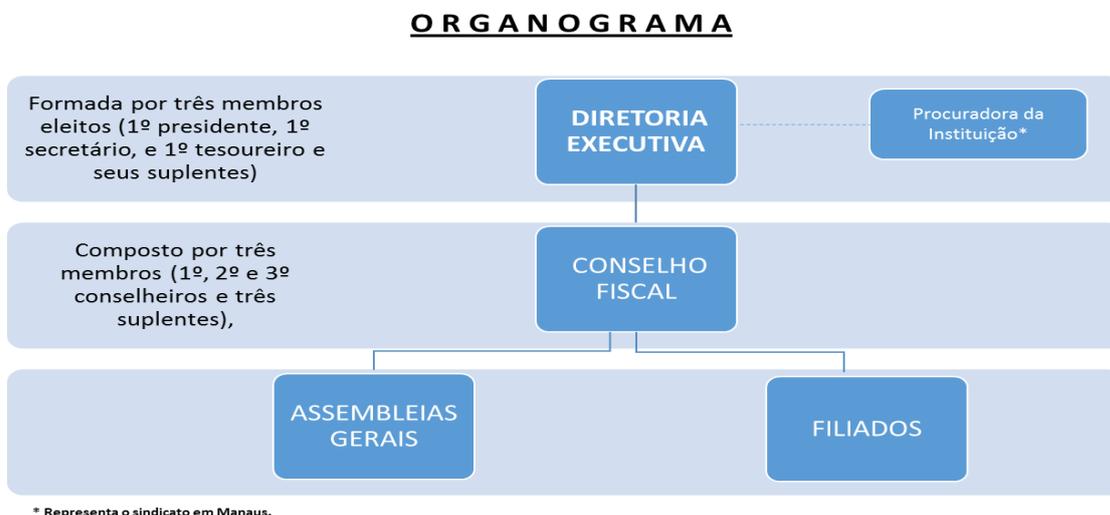
2.2 A organização sociopolítica e administrativa do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga

Uma vez constituído o novo espaço de organização político-social dos pescadores e pescadoras remanescentes da Colônia Z-24, e de novas adesões que ainda não haviam participado de nenhum coletivo do segmento de trabalho pesqueiro, estabelecia-se as marcas iniciais de existência dessa representação. Um estatuto, então, foi construído para o ordenamento das ações e mobilização dos seus partícipes.

O Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga-AM, denominado SINDPESCA/TABATINGA – AM, é constituído por pescadores e pescadoras artesanais, profissionais residentes e domiciliados no Município de Tabatinga e comunidades ribeirinhas adjacentes sendo ilimitado o número de filiados, com princípios constitucionais no seu artigo 8º inciso I, entidade sindical de primeiro grau, associação civil de direitos privados, autônoma, classicista, democrática, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, tem sede e foro jurídico na cidade de Tabatinga – AM, e área de atuação no Município de Tabatinga – AM, é constituído estatutariamente para fins de estudos, visando à defesa, à coordenação, à proteção e à representação legal dos pescadores e pescadoras filiados e filiadadas da categoria artesanal e profissional que exerçam atividades individualmente, regime de parceria ou de regime de economia familiar, com intuito de colaboração com os poderes públicos ou privados e demais entidades sindicais, no sentido do fortalecimento da solidariedade social e subordinação aos interesses nacionais (Art.1º do capítulo I, Estatuto do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga – SINDPESCA – TBT/AM).

Para conduzir as ações políticas enquanto organização representativa dos pescadores, a estrutura organizacional do Sindicato configura-se da seguinte forma:

Figura 4: Organograma do Sindicato dos pescadores(as) Artesanais de Tabatinga/SINDPESCA.



Fonte: Arquivo elaborado pelo Autor, 2019.

A diretoria executiva tem como responsabilidade gerenciar as ações do sindicato, numa perspectiva de representação e defesa dos interesses dos seus filiados. O Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga – SINDPESCA está administrado da seguinte forma: A diretoria Executiva é formada por três membros eleitos (1º presidente, 1º secretário, 1º tesoureiro e seus suplentes). O conselho fiscal efetivo é composto por três membros (1º, 2º e 3º conselheiros e três suplentes), somando um total de 12 pescadores(as) eleitos pela assembleia geral, que administram a diretoria do sindicato, pautada em Ata do dia 20 de novembro de 2010, em assembleia geral e registrada em cartório.

Além dessa diretoria, fazem parte uma pessoa do sexo feminino como procuradora da instituição, que representa o sindicato em Manaus. Indicada e aprovada em assembleia geral pelos pescadores e pescadoras artesanais do sindicato, conforme consta em Ata de reunião do dia 29 de junho de 2017 e registrada em 1º. Cartório de Registro – Títulos e Documentos Tabatinga – AM.

Podemos evidenciar essa informação de um trecho escrito na ata da reunião abaixo:

O presidente do sindicato dos pescadores(as) de Tabatinga Walmir Barboza dos Santos colocou para aprovação, delegar poderes a senhora Valdeneide Barbosa dos Santos, residente na cidade de Manaus, rua Guarani, beco Ceará, nº. 04, Bairro vila da Prata, casada, formada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas e Técnica em Enfermagem pelo CETAM, como Procuradora do Sindicato dos pescadores e pescadoras Artesanais de Tabatinga na Cidade de Manaus, a indicação e aprovação da senhora Valdeneide Barbosa dos Santos como procuradora do sindicato dos pescadores (as) de Tabatinga na cidade Manaus pela assembleia geral foi unânime por todos os pescadores e pescadoras.

Compõe ainda o quadro da instituição, um secretário contratado com carteira assinada pela diretoria do sindicato, com nível superior para assuntos específicos e de interesses dos pescadores. As assembleias gerais serão de teor ordinária e extraordinária, nas quais terão a participação dos seus associados e associadas com o objetivo de dialogar, discutir interesses da classe com a diretoria, além de manter-se informados sobre as mudanças e os direitos sociais, pois a maioria dos pescadores moram nas comunidades da zona rural do município, entre outras localidades do Alto Solimões.

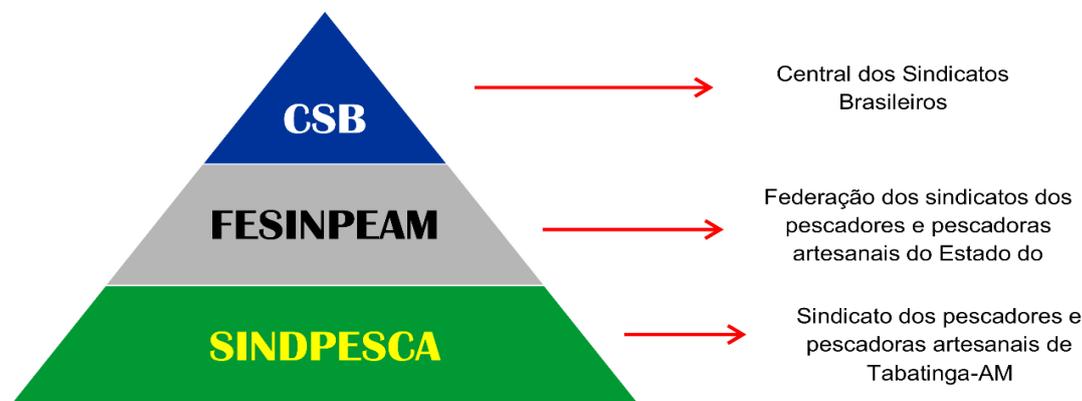
As assembleias gerais ordinárias ocorrem três vezes ao ano, em datas específicas: a primeira em fevereiro para a prestação de contas da diretoria com seus associados; a segunda em junho, sendo está em comemoração ao dia de São Pedro e dia do pescador; e uma terceira no mês de outubro para informações sobre o recadastramento do seguro defeso. Estas assembleias, ocorrem sempre no final dos meses citados.

Podem ocorrer assembleias extraordinárias em casos específicos como, por exemplo, quando o presidente ou a maioria da diretoria ou do conselho fiscal entender conveniente; ou ainda havendo requerimento dos associados e associadas em porcentagem superior a 20% (Vinte por cento do seu efetivo, que deverão especificar os motivos da convocação; e em caso de novas eleições para a diretoria e conselho fiscal do SINDPESCA.

O sindicato, no intuito de fortalecer cada vez mais a instituição, possui vínculo institucional com a federação dos sindicatos dos pescadores e

pescadoras artesanais do Estado do Amazonas (FESINPEAM)³⁴, e consequentemente com a Central dos sindicatos brasileiros (CSB)³⁵ que atua no sentido de aglutinar os sindicatos do Brasil em relações diretas e indiretas com o setor pesqueiro, conforme pode ser visto na estrutura da escala hierárquica.

Figura 5: *Estrutura hierárquica das instâncias representativas dos pescadores (as) do SINDPESCA/Tabatinga.*



Essa hierarquia na qual o Sindicato dos pescadores está vinculada passou a dar mais reconhecimento e autonomia à instituição, assim como aos seus filiados que percorreram todo esse processo de constituição do Sindicato. Filiar-se a essas entidades sindicais que podem representar o sindicato e defender os direitos dos seus filiados tanto no âmbito estadual como no federal

³⁴ Art. 6. A Federação dos sindicatos de pescadores e pescadoras artesanais do Estado do Amazonas é uma organização de grau superior de carácter classista, Autônoma e democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e dos pescadores e pescadoras artesanais, a luta por melhores condições de vida, de trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira, agindo em conjunto com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional. (Cap. II Princípios e objetivos do Estatuto da Federação dos sindicatos de pescadores do Estado do Amazonas)

³⁵ A Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB é uma associação sindical de direito privado, com atuação em todo o território nacional, que tem por objetivo a defesa de interesses sindicais, sociais e políticos das entidades sindicais a ela filiadas, dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados, e dos trabalhadores em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos, inativos ou aposentados. A CSB é, em suma, uma central que está em pleno processo de construção. Nossas estaduais estão sendo organizadas, nossa direção está em formação, enfim, é a central que reserva um excelente espaço para os dirigentes sindicais que queiram construir uma organização combativa, plural, ativa e moderna. A Central já agrega 800 sindicatos, 31 federações e 1 confederação (Disponível em: <https://csb.org.br/conheca-a-csb>).

é o ápice desse grupo, que iniciou essa trajetória com 37 (trinta e sete) pescadores, numa associação não reconhecida pelo estado.

Nesse contexto de constituição do sindicato, institui-se com maior visibilidade a participação das mulheres, com suas mobilizações sociopolíticas ainda que em uma menor escala, mas se fazendo presente e derrubando a ideia de que o lugar da mulher pescadora não é nas instituições da pesca, essas questões sobre o gênero feminino, serão abordadas e discutidas no próximo tópico.

2.3 A participação das pescadoras e as relações de poder na constituição do SINDPESCA

Construir a historicidade da criação do SINDPESCA/Tabatinga, indicando e analisando a trajetória dessa instituição, é ação que não pode se eximir em compreender a constituição desse espaço, em consonância com as lutas das mulheres e seus desdobramentos, num contexto em que já se sabe, tradicionalmente do predomínio masculino. E isso significa evidenciar um campo novo, ainda pouco explorado pelas ciências sociais e humanas na academia, em se tratando especificamente da região do Alto Solimões, com todas as suas particularidades, o que produz profundas diferenças em relação a outras regiões do Estado do Amazonas.

As mulheres pescadoras vêm aos poucos conquistando espaço em entidades que representam a classe daqueles que tiram dos rios o seu alimento e o seu sustento no Alto Solimões, com destaque para os municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença, que contam com duas representações desse segmento: a Colônia Z-24 e o Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais (SINDPESCA).

O espaço de lutas por poder que vem sendo ocupado por essas mulheres forma um bojo num cenário maior em que estão todas as mulheres do nosso tempo, especificamente, as que se encontram em regiões de lento desenvolvimento econômico, ou em regiões em que o desenvolvimento econômico se faz aos moldes do capital na contramão do modo de existir dos povos tradicionais que ali habitam.

Nesse sentido, Ferreira (2016, p. 71) pontua que “na pesca artesanal participam homens e mulheres, mas o trabalho da mulher ainda não é reconhecido como de uma pescadora, mas sim como ajudante de pescador”. Sem dúvida, a dominação masculina vivenciada pelas mulheres pescadoras remete a uma invisibilidade social, política e econômica.

A partir do ano de 2010, com a fundação do Sindicato, as pescadoras que estavam associadas à colônia começaram a se mobilizar em busca de novos espaços e por políticas públicas que atendessem às necessidades da classe trabalhadora a que fazem parte. Antes, porém, da fundação do SINDPESCA, essas e outras mulheres também acompanharam toda a trajetória histórica de constituição dessa nova sede, que começou pela criação da associação dos pescadores, passando pela delegacia sindical e, por fim, a criação do sindicato, que hoje ganha *status* de forte representação dos trabalhadores da pesca, frente a outras instituições que organizam e representam a classe trabalhadora no município.

Para compreendermos melhor essa questão, temos em Scherer (2013, p. 9), a seguinte afirmativa:

(...) os trabalhadores e trabalhadoras na pesca artesanal, hoje, entram em cena seja reivindicando direitos, seja questionando a condução política das colônias de pescadores, suas práticas clientelistas e assistencialistas herdadas de tempos pretéritos, criam sindicatos e associações, assim como lutam pelos territórios de pesca, pela gestão participativa e pela conservação dos ambientes aquáticos por meio dos planos de manejo.

Historicamente, as mulheres sempre ocuparam lugares de menor prestígio social. Sendo reservado a estas o espaço do privado, enquanto o espaço público, o que conferia notoriedade aos que o ocupavam, se legitimava como único e exclusivo da masculinidade (COSTA, 2005). Para as mulheres indígenas, por exemplo, constituintes dos povos autóctones, só poderia restar a profunda invisibilidade.

Sendo consideradas seres sem almas, os povos originários das Américas, tanto homem quanto mulher não tinham nenhum valor para o poder hegemônico de períodos como o colonial. No Estado do Amazonas, essa questão se torna mais evidente pelo seu contexto histórico conferido pelo

processo de colonização sofrido nessa porção territorial brasileira e que se confirma entre algumas fontes, pela visão dos naturalistas, das expedições de exploração e pesquisa, ocorridas desde o século XVI até o século XX.

Para Torres (2005), há um propósito evidente por parte dos homens que, desempenhando suas funções de investigação e levantamento por meio das expedições, impunham sua visão patriarcal sobre o que viam, incluindo as mulheres e o seu modo de vida. Utilizando de maneiras próprias de atribuir significados ao seu entorno, retratam as mulheres indígenas como lascivas sexuais, parideiras e depravadas.

Diante desse quadro, dois viajantes que atuaram pela Amazônia brasileira nos séculos XVII e XVIII destacam-se de forma singular, ao registrar visões baseadas nas observações que realizaram sobre as mulheres aqui encontradas, ou seja, como estes as percebiam. Nos referimos ao Padre João Daniel e a Elizabeth Agassiz. O primeiro, um jesuíta, em sua incursão pelas novas terras de sua coroa, a portuguesa, registrou um olhar de maior compreensão sobre os povos originários e sua forma de viver. Seus relatos mostraram a organização social destes, as suas produções artesanais, como comiam, seus rituais e destacou o papel das mulheres, retirando dele, a pecha de que o sexo feminino era lascivo sexual, e observou que estas eram vítimas de abusos cometidos pelos homens (DANIEL, 2004).

Para Elizabeth Agassiz (1975), o cotidiano das mulheres indígenas aqui contatadas pela sua expedição é esboçado nos seus relatos. Desde descrições sobre como se vestiam e se enfeitavam, até o modo como reagem aos presentes dados pela sua equipe, fazem parte dos escritos realizados numa expedição liderada pelo seu marido, mas que tinha da sua lavra todas as anotações. Desse modo, Elizabeth Agassiz mesmo não intencionando, inicia uma importante discussão sobre o papel da mulher na Amazônia.

A pesca, trabalho considerado pesado e que outrora era exercido somente por homens, se vê hoje realizado por mulheres que tem quebrado esse *tabu* na Amazônia. Essa discussão tem em Torres (2011) um importante esclarecimento, a partir da mitologia indígena que expressa toda uma rede de significados; “O mito do *panema*, responsável por fazer sobressair o papel dito masculino no trabalho da pesca, proibindo categoricamente a presença das mulheres na pescaria é hoje um exemplo típico de transmutação cultural”

(TORRES, 2011, p.110). Ou seja, ocorreu uma mudança no direcionamento no conjunto de simbologias dada a condição econômica desenvolvida pelas mulheres que passaram a compor a manutenção das famílias, além do acesso a benefícios sociais que sua entrada no mundo do trabalho formal, seguida de sua filiação sindical, lhes permitirá.

Essa atividade laboral, por sua vez, se dá e se organiza nos chamados territórios fluviais, que para Rapozo (2015) tornaram-se territórios sociais, ou seja, espaços sociais demarcados tanto pela pesca comercial como pela pesca de subsistência, localizados no rio Solimões, em comunidades indígenas, ao longo dos municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença, que contam com a presença feminina indígena no trabalho pesqueiro.

Ainda sobre os territórios fluviais, dialogamos com Tocantins (2001, p. p. 278) que nos informa que “até meados do século XX foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas”. Para esse pensador, os rios contribuíram para o progresso da Amazônia, pois tornaram possível a sua conquista ao assegurarem a presença humana na região. Desse modo, podemos dar ênfase a seguinte concepção: os rios serviram para diferentes atividades que foram desenvolvidas com a finalidade de explorar a floresta, os campos e a várzeas.

A organização espacial hoje é constituída pelo papel fundamental e da presença das mulheres pescadoras, estes territórios são ressignificados, neles também se disputam relações de poder e de gênero, expressas no trabalho da pesca da mulher, trabalho este que permite maior visibilidade na composição dos processos de mobilização política, ocupando cargos administrativos e representativos nas associações e sindicatos.

Quadro 2: Comunidades Ribeirinhas do Município de Tabatinga/AM.

COMUNIDADE RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE TABATINGA				
	Comunidade	Pescadoras	Pescadores	Total
01	Praia de Fátima	04	08	12
02	Vila Eternidade	01	06	07
03	Bom Futuro	04	06	10
04	Terezina I	01	04	05
05	Terezina II	01	03	04
06	Terezina III	08	17	25
07	Terezina IV	01	01	02
08	Vila Nova	01	03	04

09	Araçari	01	04	05
PESCADORES(AS) NA ZONA URBANA DE TABATINGA/AM				
10	Cidade	Pescadoras	Pescadores	Total
		14	94	108

Fonte: SINDPESCA/TBT, adaptado pelo Autor, 2018.

Quadro 3: Comunidades Indígenas do Município de Tabatinga/AM.

COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE TABATINGA						
	Comunidade	Etnia	Terra Indígena	Pescadoras	Pescadores	Total
01	Umariacú I	Tikuna	Éwaré I	03	09	12
02	Umariacú II	Tikuna	Éwaré I	08	16	24
03	Nova Extrema	Tikuna	Ewaré I	00	02	02
04	UrumutumTakana	Tikuna	Ewaré I	00	03	03
05	Belém do Solimões	Tikuna	Éwaré I	03	08	11
06	Bananal	T/kokama	Éwaré I	05	17	22
07	Barrerinha	Kokama	Éwaré I	03	05	08
08	Vista Alegre	Kanamari	Éwaré I	01	02	03
09	Palmares	Tikuna	Éwaré I	01	04	05
10	Sapotal	T/Kokama	Sapotal	03	09	12
11	Sacambu I	Kokama	Tauaru	08	07	15
12	Sacambu II	Tikuna	Éwaré I	00	01	01
13	Novo Brasão	Kokama	Tauaru	01	02	03

Fonte: SINDPESCA/TBT, adaptado por GOMES, 2018.

Quadro 4: Comunidades Indígenas do Município de São Paulo de Olivença/AM.

COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO OLIVENÇA					
Comunidade	Etnia	Terra Indígena	Pescadoras	Pescadores	Total
Mirasol	Kokama	Éwaré I	01	03	04
Nova Esperança	Tikuna	Éwaré I	01	01	02
Nova reforma	Tikuna	Éwaré I	00	05	05
Vera cruz	Tikuna	Éwaré I	01	04	05
Vendaval	Tikuna	Éwaré I	01	01	02
Nova extrema	Tikuna	Éwaré I	00	01	01

Fonte: SINDPESCA/TBT, adaptado por GOMES, 2018.

Quadro 5: Comunidades Ribeirinhas do Alto Solimões/AM e do Território Peruano

COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO ALTO SOLIMÕES

	Município	Comunidade	Pescadora	Pescador	Total
01	São Paulo de Olivença	Tupi I	02	02	04
02	São Paulo de Olivença	Tupi II	03	06	09
03	Benjamin Constant	Ilha do Arariar	00	01	01
04	Benjamin Constant	Pesqueira	00	02	02
05	Benjamin Constant	Novo Airão	04	05	09
06	Benjamin Constant	Cristo Rei	06	11	17
07	Atalaia do Norte	Pirapitinga	00	01	01
COMUNIDADES RIBEIRINHAS EM SANTA ROSA/PERU					
	Comunidade	Pescadoras	Pescadores	Total	
01	Santa Rosa	01	06	07	
02	Da praia	00	01	01	
03	Rondinha I	02	03	05	
04	Gamboa	01	03	04	

Fonte: SINDPESCA/TBT, adaptado por GOMES, 2018.

Podemos perceber nos quadros acima que a participação feminina ainda se apresenta relativamente pequena entre os sindicalizados, mas já existente. A reprodução social do que lhes é atribuído como fazer feminino em sociedades rurais, ainda reforça papéis em que o privado é o local destinado às mulheres, como casar-se, cuidar da casa, dos filhos e dos afazeres domésticos.

Todavia, os números de associadas apresentado nos quadros construídos a partir dos dados do SINDPESCA não revela valores absolutos de mulheres e homens que vivem da pesca nas comunidades mencionadas. Pois, nessas e em outras comunidades dos dois municípios que o sindicato atende existem mais mulheres, assim como homens, trabalhando na pesca e que não estão registrados. Pois, nem todos os trabalhadores da pesca tem filiação sindical. E, para torna-se sindicalizada/sindicalizado, a pescadora ou o pescador, passa por um processo diante do SINDPESCA, e isso pode levar algum tempo, além de seguir critérios estabelecidos em seu regimento, no capítulo II – Dos direitos e deveres dos associados e associadas, e no artigo sexto, para essa finalidade. A importância de instituições em que os trabalhadores possam se organizar é explicitada nas discussões elaboradas por Ferreira (2016, p. 82) quando esta evidência que

a invisibilidade se torna algo naturalizado socialmente, embora hoje já exista um crescimento da participação feminina nos órgãos classistas da pesca, como colônias e associações. Essas mulheres estão,

muitas vezes, privadas de direitos, principalmente os trabalhistas e sociais, condição que reforça sua invisibilidade na sociedade.

Acerca do processo de filiação sindical, podemos confirmar essas informações, através de uma entrevista que pontua que,

Quando a gente associava procurávamos saber onde a pessoa pescava, com quem pescava, pra filiar tinha que trazer duas testemunhas pra comprovar que ele é mesmo pescador, o fazia assinar que a gente podia acompanhar ele e o conselho fiscal pra verificarmos se ele é mesmo pescador ou não. A gente sempre buscou filiar só quem era pescador mesmo (Entrevista, julho de 2018).

A interrupção no processo de sindicalização de novos filiados, como apresentado pelo presidente do sindicato, havia acontecido quando nos foi concedida essa entrevista, por contingências de gastos pelo governo federal à época, que resultava em um congelamento dos pagamentos do Seguro Defeso. Medidas que o país vem presenciando em relação a vários setores da sociedade e na descontinuidade de políticas públicas sociais, a partir de uma pretensa crise econômico-política ao longo do ano de 2018, e de forma mais intensa e agressiva recentemente.

Em relação à participação feminina e filiação ao sindicato, obtivemos em entrevista de uma mulher membro da diretoria a razão pela qual ela buscou a sindicalização, migrando da colônia dos pescadores Z-24 para essa nova forma de organização político-social.

Me filiei, porque a gente não tinha nenhum apoio em relação a algum benefício, auxílio maternidade, auxílio-doença. E essas coisas ajudam muito a gente. O senhor Valmir disse que muita gente quer se associar por causa do seguro, mas, a maioria se associa mesmo por essas outras coisas e por causa da aposentadoria, que vem quando a gente alcançar a idade (Entrevista, julho de 2018).

A fala de nossa interlocutora corrobora a de Ferreira (2016, p. 75) quando afirma que,

a entrada das mulheres no trabalho profissional da pesca tem sido vista como um fenômeno novo, resultante de dificuldades econômicas do companheiro e/ ou marido (não que antes elas não fossem pescadoras, mas não eram oficializadas). Essa entrada da mulher como profissional decorre da luta das pescadoras para terem acesso às políticas públicas que historicamente eram oferecidas só aos homens [...].

Personagens marginalizadas no processo produtivo, as mulheres trabalhadoras da pesca ocupam essa condição, dadas as políticas de Estado que ao longo do tempo quase nunca foram pensadas e voltadas para às necessidades das mesmas. Situação que as exclui de participarem de forma relevante das relações de poder que se estabelecem quando um segmento social é contemplado na coisa pública.

Segundo nos esclarece Alencar e outros autores (2015), no tocante à mobilização das mulheres em organizações voltadas à pesca, em nível nacional, se deu a partir dos anos de 1990, do século passado. O seu propósito era influenciar as ações do Estado na construção de políticas públicas que atendessem o setor da pesca artesanal, incluindo questões relacionadas às especificidades de gênero. Apesar de ser garantido em lei o direito de se associarem, elas encontram dificuldades para incluir questões de gênero nas pautas dessas instituições, e para ocupar cargos de direção, o que pode ser comprovado pela discreta presença de mulheres em cargos de direção (ALENCAR *et al*, 2015, p. 39).

A história não mente, ou poderíamos dizer que, a versão da história que opta por esclarecer as condições de produção histórica das classes desfavorecidas política e economicamente tem encaminhado no seu intento, e por isso, podemos entender como, por exemplo, o porquê das mulheres pescadoras ao longo do tempo não apareceram como ocupantes desse espaço. Instituído pela Marinha de Guerra, a não-participação de mulheres em seus quadros de trabalho, conseqüentemente esses sujeitos sociais não poderiam surgir como pescadoras compondo a cadeia produtiva da pesca, conforme nos esclarece Leitão (2014).

A trajetória por reconhecimento da categoria e direitos sociais dos pescadores é longa, e só teve evidência a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, a chamada “constituição cidadã”. Assim como outros grupos sociais desguarnecidos de legislação específica quanto às suas existências diante do estado brasileiro, os trabalhadores da pesca, conquistaram benefícios sociais na letra da lei e para que se aplicassem os movimentos sócio-políticos, diuturnamente precisam ser exercidos por esses trabalhadores nos seus grupos de representação.

As mulheres que ao longo do tempo são excluídas de participarem dos processos de produção pesqueira e os benefícios decorrentes deles, ou serem chamadas apenas de ajudantes de pesca, reconhecem na legislação a oportunidade de trazerem para si os direitos que, inicialmente, eram aplicados apenas aos homens. O espaço político das conferências nacionais sobre a pesca mostrou-se fértil para esse empreendimento, que inicialmente eram promovidas pela Secretária Especial da Pesca e Aquicultura, e posteriormente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. E que hoje, no atual governo federal, volta a ocupar uma secretaria dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Desse modo, o engajamento político de mulheres pescadoras, traz para o campo de lutas desse segmento, não apenas o reconhecimento da figura feminina em espaço predominantemente masculino. Mas todas as lutas em prol dos territórios de pesca constituídos também pelo poder feminino, como: a privatização das terras em que vivem, a articulação na elaboração de planos de manejo, o enfrentamento dos conflitos socioambientais, as reivindicações por uma legislação para o setor e políticas sociais.

Podemos assim pontuar que, no Alto Solimões, a participação feminina em coletivos organizacionais, ainda que relativamente pequena, indicam a ressignificação das identidades dessas mulheres, que compoem um movimento sindical em nível do estado do Amazonas, e nacionalmente, tem produzido importantes ganhos para os povos das águas e das florestas.

2.4 A transição da nova diretoria do SINDPESCA – Tabatinga: A resistência contra o Estado

No decorrer da nossa pesquisa nos deparamos com um momento marcante em relação ao nosso objeto de estudo, com a chamada pública para novas eleições através da convocação da assembleia geral extraordinária para a eleição da nova diretoria executiva e conselho fiscal do SINDPESCA/TBT, com mandato de 20/11/2018 a 19/11/2022, o que provocou grande euforia e mobilizações por parte dos pescadores para as composições das chapas (ver anexo nº. 6).

Na ocasião dessa assembleia, foi convidada a Colônia de pescadores Z-24 e seus associados para discutirem demandas do interesse da classe de forma coletiva, em um momento importante em que os caminhos do Brasil tomariam outros rumos, estávamos em ano de eleições para presidente, governador, senador, deputados federais e estaduais.

O encontro dessas duas instituições representativas da pesca registraria um momento histórico em Tabatinga, a união entre os pescadores e pescadoras para refletirem sobre suas escolhas quanto aos pré-candidatos às eleições de outubro de 2018. Porém os pescadores eram orientados pelos seus presidentes a seguirem suas indicações vindo de outras instâncias (FESINPEAM e CNPA)³⁶. Estávamos diante de uma velha estratégia política, as relações clientelistas muito usadas por pessoas que ocupam cargos de lideranças relacionadas a políticos. Para reforçar este trecho evocamos Carvalho (1998) para reafirmar que,

qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, [...] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite (CARVALHO, 1998, p. 240).

O autor evidencia que, de modo geral, o clientelismo é uma relação de troca entre os sujeitos sociais que de um lado dependem dos serviços públicos do Estado e que muitas vezes não chegam ao alcance de todos, e do outro lado o agente político que administra e mantém sobre o seu poder o acesso a esses serviços, decidindo a quem será concedido. Essa relação de troca, segundo Pase (2012), ocorre através de uma moeda política, cujo débito provavelmente será cobrado na próxima eleição.

Fotografia 8: Presidente da Colônia Z-24, ao centro.



³⁶ Federação dos sindicatos dos pescadores(as) artesanais do Estado do Amazonas- FESINPEAM e Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores – CNPA.

Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Fotografia 9: Presidente do INDPESCA/TBT.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

2.4.1 Atuais mudanças na conjuntura nacional referente aos movimentos sociais da pesca

Vimos anteriormente que a conjuntura política nacional, por meio de decretos e projetos de lei alteraram a natureza dos movimentos sociais dentro de cada governo. Entendemos que as mudanças são transitórias e marcam tempos de incertezas promovidas por um governo (antipopular) que se manifestam como ameaças e perseguições aos trabalhadores da pesca, uma vez que estes eram vistos e amparados por um governo (PT), que possuía uma agenda de atendimento às classes trabalhadoras. Esses novos tempos de lutas e manifestações são retomados pelo movimento dos pescadores e pescadoras artesanais (MPP) e o conselho pastoral da pesca – CPP.

O retrocesso que o Estado brasileiro apresentou aos pescadores artesanais iniciou por meio do art. 37, com a medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Que estabeleceu a reorganização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Entre essas mudanças e reorganização do governo Bolsonaro estava a extinção do Ministério do

Trabalho, Emprego e Previdência Social – MTE,³⁷ em 07 de janeiro de 2019, sendo incorporado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

Essa mudança na legislação brasileira através da portaria nº. 501, de 30/04/2019³⁸, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, revogaria as portarias do Ministério do Trabalho e Emprego nº. 186, de 10 de abril de 2008, e Portaria nº. 326, de 1º de março de 2013, que amparava todos os diretos trabalhista dos pescadores no governo anterior (PT).

Nessa nova portaria nº. 501, de 30 de abril de 2019, o artigo 5º da solicitação do registro sindical deverá ser acompanhada de alguns documentos, entre eles está o item IV que diz:

Declaração da entidade, registrada em cartório, de que **os dirigentes foram devidamente eleitos e estão no exercício da atividade** ou na condição de aposentado, na representação pleiteada, contendo os nomes completos, o número de registro no CPF, em consonância com os dados informados no CNES (*Grifo nosso*) (Art. 5º, IV da Portaria nº 501, 30/04/2019).

Diante do que dispõem o item IV, do Art. 5º, os filiados ao sindicato, foram forçados pelas mudanças do governo Bolsonaro a realizar uma convocatória para a eleição da nova diretoria como uma forma de existir e resistir às pressões que começam a sofrer os pescadores artesanais de Tabatinga. Ao mesmo tempo em que aconteciam essas mudanças também era exigido pela instrução normativa do Ministério da Justiça que o representante da instituição estivesse com o registro geral de pesca, que é a carteira profissional do pescador, e estivesse em pleno gozo da atividade da pesca.

Fato esse que não seria mais possível para o presidente e fundador do sindicato a continuação de sua representação, pois este exercia o cargo como técnico em recursos pesqueiros, apesar de ter suas raízes indígenas e sua militância na defesa dos direitos sociais dos pescadores, ficaria incapacitado de continuar à frente da instituição pelas burocracias do Estado Brasileiro.

³⁷ Em 2015, por meio da medida provisória 692/15, sancionada pelo ex-presidente do Brasil Michel Temer, o TEM se uniu ao Ministério da Previdência, tornando-se o Ministério do Trabalho e previdência social

³⁸Dentro do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Com as mudanças do governo federal, os pescadores artesanais vivenciam os tempos de incertezas e momentos instáveis entre Ministérios do atual governo. O histórico de retrocesso da categoria pode ser visto em dois anos de gestão, em 2019 os pescadores foram remanejados e “amparados” para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, um Ministério frágil e sem atuação na proteção e defesa dos direitos dos pescadores. No ano de 2020, os trabalhadores da pesca e suas instituições representativas passaram a incorporar o Ministério da Economia, através Secretaria Especial de previdência e trabalho pela portaria nº. 17.593, de 24 de julho de 2020 (ver nos apêndices o documento).

Em uma breve análise dessa mudanças, o governo atual basicamente manteve a mesma estrutura das portarias anteriores, porém a nova portaria exige no seu Artigo 43, que as entidades sindicais estejam atentas sobre a atualização de seus dados cadastrais, acompanhando ainda mais de perto toda a movimentação, sendo de sua exclusiva reponsabilidade a consulta periódica, a fim de verificar o seu recebimento.

2.4.2 Reorganização sociopolítica dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga: Modo de existência e resistência

A notícia sobre uma nova eleição despertou em muitos pescadores a liberdade de se expressar e opinar mais para a escolha dos seus representantes, ao final de muitas conversas entre os grupos, surgiam dois candidatos para comporem as chapas representativas, atendendo aos critérios do estatuto³⁹. Cada uma com suas propostas e ideias apresentadas em assembleia geral no dia 29 de junho do ano de 2018, em comemoração ao dia do pescador.

Fotografia 10: Apresentação das chapas para a eleição.

³⁹ Como uma das exigências para a composição das chapas, o estatuto do sindicato em seu capítulo III do processo de eleição e votação, Art. 13, item XI, explana a seguinte afirmação “A obrigatoriedade das chapas concorrentes conterem no mínimo de 30% (trinta por cento) de mulheres, 20% (vinte por cento) de juventude e 10% (dez por cento) da terceira idade, em todos os órgãos de direção e fiscalização, efetivos e suplentes.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

A chapa 01 com o *slogan* “juntos seremos fortes, lutar sempre, desistir jamais” tinha à frente um pescador que apresentava discordância nas tomadas de decisão da anterior gestão do SINDPESCA, e que vinha atuando como secretário desta, desde sua fundação, mais jovem que o segundo candidato, apresentava catorze (14) propostas de campanha, caso fosse eleito.

Fotografia 11: Panfleto do candidato da chapa 01.



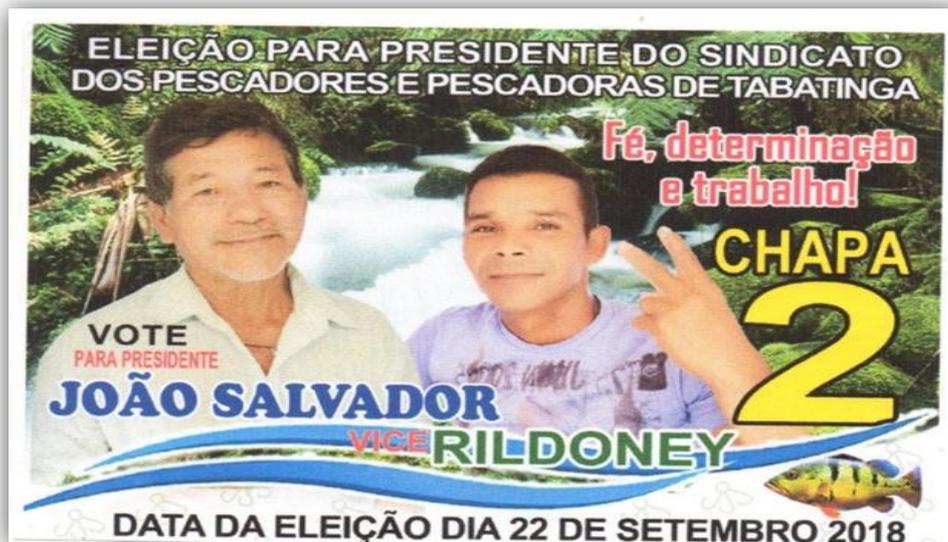
Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

As propostas eram as seguintes:

1) fazer nossa administração conforme o estatuto; 2) manteremos a nossa tradição em comemorar a festa do dia de São Pedro em homenagem ao dia do pescador; 3) Eleger um representante do Sindicato nas comunidades do Bananal e Sacambu; 4) dar continuidade ao restante das obras do sindicato com o apoio dos pescadores; 5) Buscar parceria junto ao município para a construção de uma feira para o pescador; 6) ser mais participativo nas comunidades ribeirinhas junto à diretoria; 7) trabalhar ombro a ombro com a diretoria e pescadores, para que possamos fazer algo melhor; 8) buscar parceria junto aos nossos deputados estaduais e federais e governos; 9) manter o cuidado em filiações, para que não venhamos ter problemas no futuro; 10) zelar rigorosamente de todos os bens do sindicato; 11) criar um fundo de recurso para auxiliar os pescadores em caso de doenças ou perda de materiais de pesca justificada; 12) estaremos a disposição para ouvir a sugestão de qualquer um dos pescadores a respeito do sindicato; 13) manter a procuradora em Manaus; e 14) comprar um celular de linha para contato com os pescadores e agendamento de aposentadoria e outros benefícios.

A chapa 02 também com o *slogan* “fé, determinação e trabalho” estava representada pelo pescador mais experiente e antigo da entidade, pois desde 1977 já esta à frente do movimento social para fundação da primeira instituição representativa da pesca em tabatinga, e em 1979 passava a compor a diretoria executiva na associação dos pescadores, ocupando o cargo de diretor social.

Fotografia 12: Panfleto do candidato da chapa 02.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Esse pescador e candidato trazia consigo as propostas que, segundo ele, guardava a tempos, e era chegado o momento de apresentá-las:

- 1) Administrar com transparência e bom zelo o sindicato e ser responsável com seus bens;
- 2) dar continuidade nos trabalhos que o presidente anterior estiver deixando;
- 3) convidar o presidente atual do sindicato para ser acessor e procurador do sindicato na ausência do presidente em seus afazeres diversos, reuniões cursos etc.;
- 4) seguir e por em prática o estatuto do sindicato;
- 5) fazer parceria com as entidades e órgãos públicos do município de Tabatinga;
- 6) continuar realizando a festividade em homenagem ao dia do pescador 29 de junho de cada ano;
- 7) continuar reivindicando os direitos e projetos que visem a melhoria e qualidade de vida do pescador, familiares e de sua profissão;
- 8) defender os direitos dos pescadores e assisti-los em suas reivindicações;
- 9) terminar as obras que o sindicato ainda tem para executar;
- 10) estar sempre presente junto ao pescador quando necessário e para requerer seus direitos;
- e 11) firmar parceria junto aos órgãos que visem a melhoria do sindicato e de seus pescadores.

Uma comissão eleitoral do Sindpesca – Tabatinga (presidente, 1 e 2 membro da comissão), foi composta por representantes de outras entidades sindicais responsáveis por organizar e coordenar o processo eleitoral, assim como a posse dos novos membros da diretoria e conselho fiscal do sindicato que o correu em assembleia geral no dia 20 de novembro de 2018.

A eleição ocorreu no dia 22 de setembro de 2018, na sede do sindicato dos pescadores artesanais no horário das 08:h00min as 14:h00min com a

presença de 182 pescadores aptos a votar e 50 (cinquenta) pescadores aposentados que tiveram o voto facultativo na eleição para a nova diretoria e conselho fiscal. Cabe ressaltar que, nem todos os pescadores e pescadoras filiados, puderam estar presente para o pleito devido a distância geográfica entre suas comunidades e o município Tabatinga.

Fotografia 13: Fila para entrar na seção de votação (Observação no membro indígena).



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Fotografia 14: Pescadores aposentados exercendo o Direito de votar.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

A apuração dos votos no final da tarde foi apresentada pela comissão eleitoral, que indicou o seguinte resultado: dos 250 pescadores(as) aptos a votar e em dias com o sindicato, apenas 182 compareceram e participaram do pleito. A chapa 01 venceu com 87 (oitenta e sete) votos contra 53 (cinquenta e três) votos contabilizados da chapa 02, diferença de 34 (trinta e quatro) votos, sendo o total de 140.

Fotografia 15: Presidente da Comissão Eleitoral anunciando a chapa vencedora. válidos e 06 votos nulos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Fotografia 16: Chapa 01 vencedora da eleição.



Fonte: Arquivos pessoal do Autor, 2018.

Com as eleições ocorridas em 2018, encerra-se uma década em que o sindicato esteve nas mãos de um representante mesmo que não tenha sido um pescador profissional com registro e atividades laborais, mas que deixa um legado histórico na cidade de Tabatinga e no Alto Solimões. No que diz respeito à organização social e política dos pescadores e pescadoras

artesanais, contrapondo-se ao modelo tradicional de organização da colônia de pescadores Z-24.

Entre as mobilizações realizadas pelo Sindicato está o papel do presidente que exerceu o cargo de vereador suplente e 1º. secretário da Câmara municipal de Tabatinga por dois anos de mandato (de março de 2018 a março de 2020). Mesmo estando afastado, o ex-presidente do sindicato exerceu e exerce atualmente a função de assessor local, este por sua vez volta a concorrer um cargo político nas eleições municipais de 2020.

A seção a seguir apresentará os diálogos interinstitucionais entre o sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga e o poder público nas reivindicações e lutas pelos direitos sociais dos trabalhadores da pesca ocorridos durante a nossa pesquisa.

3 DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS: SINDPESCA E O PODER PÚBLICO

A Proposta da referida seção é discorrer acerca dos diálogos interinstitucionais que foram identificados durante a pesquisa entre o sindicato dos pescadores(as) artesanais e os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), na constituição das políticas públicas voltadas aos trabalhadores da pesca no município de Tabatinga.

Os diálogos interinstitucionais que foram identificados surgiram a partir das mobilizações sociais e políticas dos pescadores e pescadoras artesanais do sindicato de Tabatinga, juntamente a outros representantes da pesca dos municípios do Alto Solimões, evidenciando as vozes, por representação sociopolítica e participação nos espaços públicos, resistindo às incertezas da atual conjuntura do Estado.

Para fins didáticos de exposição, elaboramos a partir de um acompanhamento minucioso, tanto pessoalmente (no levantamento dos dados de pesquisa em campo) quanto à distância, (através das redes estabelecidas com importantes interlocutores, utilizando recursos da *internet*) as participações do nosso objeto de estudo em um quadro onde é possível perceber em um recorte temporal de dois anos de pesquisa (2018-2020).

A identificação desses diálogos interinstitucionais apresenta informações detalhadas sobre o tipo de evento, caracterização do evento, público envolvido, local e data. Sendo assim, apresentaremos nesta seção os principais diálogos que repercutiram dentro desses espaços, os quais foram relevantes para os nossos sujeitos sociais da pesquisa, e que estão destacados em negrito. Segue o quadro abaixo:

Quadro 6: Cenários de lutas sociais e os diálogos com o Estado brasileiro.

Evento	Público envolvido	Caracterização do evento	Data e Local
Encontro das lideranças da pesca do Estado do Amazonas, organizado pela CSB Central dos Sindicatos Brasileiros, com	77 lideranças da pesca dos 62 municípios do estado do Amazonas, representantes da Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e cientistas políticos.	Seguro-defeso, recadastramento, relações institucionais, gestão, sustentabilidade financeira, acordos de cooperação técnica, projetos voltados à produção da pesca artesanal. Atual	5 e 7 de fevereiro de 2018, em Manaus.

sede em Manaus		conjuntura política e a estratégia para as eleições parlamentares.	
1º Congresso Extraordinário da Federação dos Sindicatos dos pescadores (as) do Estado do Amazonas-FESINPEAM	Diretorias e conselhos fiscais dos sindicatos, Colônias e Associações filiadas à FESINPEAM.	Eleição e posse para composição da nova diretoria executiva e conselho fiscal, mandato de 19/08/2018 a 19/08/2022. Outros	19 de Agosto de 2018. Auditório casa do trabalhador Manaus.
Reunião geral das entidades da categoria da pesca do Alto Solimões com representantes de Instituições públicas e Políticos	Ministro da secretaria executiva da Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza, Coordenador Federal do Escritório de Pesca e Aquicultura no Amazonas, Diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca, Superintendente do INCRA no Amazonas, Gerente executivo do INSS de Manaus, Presidentes dos sindicatos e Colônias dos pescadores do Alto Solimões, Políticos do poder executivo e legislativo, e pescadores da região	Propostas de parcerias de implantação de políticas públicas, direcionadas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura industrial, artesanal e amadora e comercialização dos produtos da região do Alto Solimões. Assinatura do termo de cooperação técnica do INSS digital.	23/06/2018 Casa de Show Beer-House, Av, Amizade Tabatinga/A M
Encontro de 80 lideranças das entidades representativas de pescadores com o governador Amazonino Mendes (PDT)	Lideranças da pesca do Estado do Amazonas, Deputado Estadual Dermilson Chagas (PP).	Firmar acordo político eleitoral, sob a intermediação do Deputado Dermilson Chagas (PP).	04/07/2018 Residência do Governador, no Tarumã, Manaus.
Palestra sobre cadastramento dos pescadores e pescadoras do Amazonas	Secretaria da pesca e lideranças das entidades da pesca (Sindicatos, Colônias e Associações).	Debater cadastro de pescadores e orientações acerca da respectiva regularização.	Escritório Federal de Aquicultura e pesca no Amazonas (EFAP/AM)

			15/10/2019 Manaus
III Assembleia Intercomunitária do complexo do Lago do Caiu.	Representantes das instituições da pesca (Sindicato e Colônia), Lideranças das comunidades rurais (Terezina III, IV, Araçari e Bom futuro), Parlamentares da câmara Municipal de Tabatinga, SINTRAF, IDAM, IBAMA, FUNAI, SEPROR, ADAF, SEMMAT, SEMMA, SEBRAE, IFAM, SMPDCT e UFAM	Articular a Formalização e validação do acordo de pesca e preservação do Lago do Caiu envolvendo as comunidades de Terezina III, IV, Araçari e Bom Futuro.	05 de Abril de 2019, no centro comunitário de Terezina III, no Município de Tabatinga – AM.
“Amazonas Presente”	Governador do Amazonas e Comitiva, Representantes das instituições da pesca (Sindicato e Colônia), Vereadores da câmara Municipal de Tabatinga, Secretário de Estado da SEPROR, Representantes do SINTRAF, IDAM, SEPROR, Agricultores, pescadores e População em geral	Inauguração da unidade de beneficiamento e comercialização de pescado em Tabatinga. Lançamento da chamada pública para a licitação do local a ser administrado. Entrega de certificados aos 45 Piscicultores que concluíram o curso de manejo de piscicultura ofertado pelo IFAM/ Campus Tabatinga.	29/08/2019 na Unidade de Beneficiamento e comercialização de pescado de Tabatinga situado na Rua T- 12 bairro do Portobras.
1º Encontro de Pescadores e Pescadoras do Estado do Amazonas	Secretário de Aquicultura e Pesca do Governo Federal, Jorge Seif Júnior; Raimundo Pereira Silva Neto, gerente executivo do INSS Amazonas. Raimundo Braga, presidente da FESIPEAM, representantes das instituições da pesca (Sindicatos Colônias associações), e participantes ligados ao setor pesqueiro	Esclarecer as principais dúvidas dos pescadores em relação aos benefícios sociais e apresentar as novas políticas que deverão ser mantidas pelo Governo Federal.	25/10/ 2019 Auditório anexo da Faculdade Boas Novas (Complexo Canaã, Avenida Rodrigo Otávio, 1.655, Japiim) Manaus

Fundação da Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Amazonas FETAPE/AM.	O Presidente da confederação brasileira dos trabalhadores da pesca e aquicultura- CBPA, Abraão Lincoln, advogados da FETAPE-AM, e da Comissão da Agricultura Familiar, Agro Extrativismo e Pesca da OAB, Serafim Taveira, e Euthiciano Mendes Muniz. Representantes do INSS, CONAB e organizações indígenas. Presidentes de sindicatos da pesca do Estado do Pará. Presidentes e representantes da pesca do Estado do Amazonas, Ronildo Palmere, representando a comissão fundadora da FETAPE/AM. Parlamentares, da Câmara Municipal de Manaus e da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Fundação e posse da diretoria eleita para a FETAPE/AM. Previsão estatutária de acolhimento de todas as organizações da pesca (sindicatos, associações e colônias), além das associações de indígenas e quilombolas que puderem comprovar a existência de Pescadores.	29/06/2020. No Dan Vinci Hotel Adrianópolis, Manaus.
--	--	--	--

Fontes: Elaborado pelo Autor a partir do engajamento presencial nos eventos, alguns a distância por meio do sites [www.http://sindpescaam.blogspot.com](http://www.sindpescaam.blogspot.com)/<https://csb.org.br/am> e via grupos de WhatsApp, FESINPEAM e Sindicato dos pescadores Artesanais de Tabatinga/Am, 2018 a 2020.

Podemos notar que entre 2018 a 2020 todos os eventos acima mencionados estiveram paralelos a uma linha do tempo e, conseqüentemente, resultaram no desdobramento das questões políticas do país atendendo aos interesses para as eleições gerais no Brasil. No que se refere aos diálogos interinstitucionais que estão aqui apresentados, iremos seguir a hierarquia institucional do Estado brasileiro.

3.1 Diálogos em nível Federal

3.1.2 Acordo de Cooperação Técnica, mais uma conquista dos pescadores(as) do Alto Solimões

Um dos primeiros diálogos ocorridos em nível federal, mas que de certa forma envolveu os níveis estadual e municipal, foi a reunião geral das entidades da categoria da pesca do Alto Solimões, com representantes de instituições públicas e parlamentares. O evento mobilizou os representantes da pesca dos municípios que compõem a mesorregião do Alto Solimões para discutirem com o ex-Secretário Nacional de Pesca e Aquicultura, Dayvson Franklin de Souza, assuntos pertinentes ao acordo de cooperação técnica-ACT⁴⁰ e ao cadastro de termo de adesão das entidades representativas dos pescadores da região do Alto Solimões. Acordo esse que já vinha se concretizando no Estado do Amazonas desde o ano de 2015⁴¹, e somente em 2018 chegou ao Município de Tabatinga, representando o polo do Alto Solimões.

Esses cenários de diálogos que atualmente se apresentam como espaço de voz e de lutas para os pescadores e pescadoras da região do Alto Solimões são percebidos em Alves (2015), ao ressaltar a importância desses cenários da seguinte maneira:

[...] ao vivenciar **os diálogos nesses espaços, revelam o campo das forças** em que se constitui a atividade pesqueira artesanal, atualmente, por medidas que preservem o direito de manter suas atividades, a cooperação, companheirismo. As ações coletivas se fazem presentes para atender os desejos em comum (grifo nosso) (ALVES, 2015, p, 81).

Alves (2015) é bastante convincente ao dizer que esses cenários de diálogos em que nos dias atuais os pescadores artesanais do sindicato vivenciam e manifestam suas reivindicações como forma de luta, já se manifestavam de maneira discreta e sem visibilidade desde a abolição da escravatura e da revolta dos cabanos, mas é no século XX que se inicia o rompimento de invisibilidade e esquecimento que se instalou aos pescadores e

⁴⁰ Os Acordos de Cooperação Técnica permitem a formalização de parcerias entre o INSS e organizações da administração pública e da sociedade civil para alcançar objetivos de interesse público e recíproco que não envolva a transferência de recursos financeiros, conforme estabelece a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. (fonte: <https://www.inss.gov.br/tag/pescador/>)

⁴¹ ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 35011.000387/2015-44 assinado em 21 de dezembro de 2015 entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, CNPJ 29.979.036/0010-31 e a Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas – FESINPEAM CNPJ 07.075.115/0001-94, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 28 de dezembro de 2015. ABRANGÊNCIA: Estado do Amazonas.

pescadoras por intermédio do Movimento Constituinte da Pesca constituído na década de 1980.

Nesse sentido, Cardoso (2005) refere-se a esse fato da seguinte maneira “é na história recente do movimento de pescadores, a Constituinte da Pesca pode ser considerado um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. [...] este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80”.

A reunião das entidades representativas da pesca do Alto Solimões, ocorrida na cidade de Tabatinga, representou um marco histórico para esse segmento, uma vez que os representantes da pesca conseguiram dialogar e unir força para cobrar do Estado brasileiro os seus direitos, aproximando-se do que o autor Eduardo Schiavone menciona sobre o movimento da constituinte (vejamos as fotografias 17 e 18 abaixo).

Fotografia 17: Mesa das autoridades (políticos e representantes de instituições públicas do Estado).



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Fotografia 18: Lideranças da pesca do Alto Solimões



Clissares Santana, Gerente executivo de Manaus, e que representou o presidente do INSS, destacou na sua fala a seguinte afirmação *“este evento trouxe o reconhecimento da legitimidade dos sindicatos, e colônias representarem os pescadores junto à previdência social e sobre o acordo de cooperação técnica que prevê a inclusão do pescador artesanal no cadastro nacional de informações sociais (CNIS) do segurado especial”*.

Mas, para a professora Catia Antonia da Silva da UERJ, essa afirmação é contraditória para o atual contexto político do país:

É notável, de norte a sul do Brasil, a crise da **legitimidade** das colônias que nascem de forma autoritária, criadas como braço do Estado. Aliás, nos anos 1970, já em plena ditadura, o pescador para ser reconhecido como tal necessitava ser filiado a uma colônia próxima de sua residência (grifo nosso) (SILVA, 2015 p. 70).

Concordamos com a autora quando menciona a crise da legitimidade que existe no país, envolvendo as classes minoritárias ou vulneráveis. Assim mencionadas por esta autora, pois como já sabemos e já foi confirmado por Geraldo (1988), na história do Brasil registra-se a invisibilidade dos pescadores sobre suas lutas nos movimentos sociais, onde apenas eram vistos como um contingente braçal para defender a costa litorânea.

Os termos de cooperação entre o INSS e as entidades públicas e civis é fundamental para que o órgão possa atingir sua meta de reconhecer direitos do cidadão e oferecer uma qualidade de vida melhor. Essa parceria com o INSS

pode ser realizada por organizações da sociedade civil, entidades de representação, empresas e órgãos da administração pública direta e indireta. No caso dos pescadores e pescadoras artesanais do Sindicato e do Alto Solimões, o termo se enquadra em entidades de representação, pois ainda se mantém firme e forte a tradição da pesca artesanal no Amazonas.

Para o Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga o termo de cooperação técnica firmado com o INSS é mais uma conquista para a categoria, pois com esse termo alguns serviços passaram ser mais flexíveis para os pescadores sem que esses precisem deslocar-se até a agência do instituto nacional do seguro social, pois com esse acordo o pescador pode solicitar diretamente na entidade a qual está vinculado. Entre esses serviços estão o pedido de aposentadoria, o seguro defeso entre outros.

Fotografia 19: Presidente do SINDPESCA/TBT, assinando o termo de cooperação técnica.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Fotografia 20: A participação dos pescadores(as) do Alto Solimões no evento.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

Em nível federal, os pescadores buscaram e buscam manter em seus diálogos, junto ao governo federal, pela manutenção dos direitos sociais adquiridos desde a década de 1980, resistindo aos obstáculos e contratempos de um governo que ignora e deixa as classes trabalhadoras mais fragilizadas às sombras do poder público. Nesse sentido, uma das medidas do sindicato dos pescadores de Tabatinga foi aderir e se filiar a central dos sindicatos brasileiros, a CSB, para o fortalecimento político da classe pesqueira e a união com todos os sindicatos do Brasil, com o intuito de apresentar propostas e pautas para o diálogo junto ao governo federal.

Percebemos que, a partir do ano de 2018, todas as pautas não só do nosso objeto de pesquisa, mas de todas as instituições representativas da pesca em território brasileiro, mantiveram e mantêm, em seus discursos proferidos nas assembleias gerais ou em outros espaços públicos, o caráter político. E é nesse sentido que as federações e confederações irão representar e defender os interesses de uma classe que insiste em ser invisibilizada pelo atual Governo Federal.

Essas representações ganham força com os movimentos sociais da pesca através do Conselho pastoral dos pescadores – CPP, Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais – MPP, Movimento nacional dos pescadores – MONAPE, Movimento dos pescadores do Estado do Pará/ MOPEPA, entre outros que tiveram um papel fundamental na história do país em favor dos pescadores e que hoje, a nosso ver, retoma e vivencia essas questões sociais. O que pretendemos, aqui, é explanar que mesmo distante da sede do país e em uma região emblemática como a Amazônia, os pescadores e pescadoras serão sempre representados tanto pelas suas afiliações superiores como pelos movimentos sociais da pesca.

Outros diálogos em nível federal foram realizados em Brasília, destes o sindicato dos pescadores artesanais de Tabatinga foi representado pela sua maior autarquia, a Fesinpeam, que dentre suas atribuições no seu estatuto, Capítulo I, Artigo 3º., foi constituída para promover a coordenação, proteção e representação legal e orientação dos pescadores e pescadoras artesanais, organizados em Sindicatos no Estado do Amazonas.

3.2 Diálogos em nível Estadual

3.2.1 As lutas sociais dos pescadores nos eventos fomentados pelo Estado.

Como uma das lutas dos movimentos sociais do sindicato de pescadores e pescadoras artesanais são os diálogos interinstitucionais com o poder público, permitindo com que a categoria pudesse ter participação e voz nesses espaços públicos, um desses primeiros momentos iniciou no primeiro semestre de 2018 com o encontro de lideranças da pesca do Estado do Amazonas organizado pela CSB Central dos Sindicatos Brasileiros.

Imagem 7: Presidente do SINDPESCA/TBT, a esquerda na mesa de abertura.



Fonte: <https://csb.org.br/am>. Acesso em: 05/05/2020.

Esse encontro mobilizou um total de 150 pessoas, entre elas a participação de 77 (setenta e sete) lideranças da pesca do estado do Amazonas que tiveram a oportunidade de participar de mesas de debates com os representantes dos órgãos da caixa econômica federal, e o Instituto nacional do seguro social INSS, buscando esclarecimentos sobre atrasados e pendências em relação aos direitos sociais da categoria.

O encontro também proporcionou diálogos entre os representantes da pesca com suas demandas em cada município, no final de três dias de debates os pescadores produziram um documento contra as irregularidades que estariam prejudicando os pescadores, o que seria encaminhado diretamente aos órgãos mencionados. Dentre os assuntos apresentados na abertura do encontro foi reservado o último dia para discutirem a questão política e ouvirem

o posicionamento das lideranças da pesca sobre os desdobramentos da atual conjuntura política do país, entre elas, as eleições de 2018.

Também foi lançada a possibilidade de um pré-candidato a deputado federal eleito pela categoria dos pescadores, fato que aconteceria mais adiante com a candidatura de Ronildo Palmere, presidente do sindicato dos pescadores no Estado do Amazonas – SINDPESCA/AM, e presidente da Federação dos sindicatos dos pescadores e pescadoras artesanais do Estado do Amazonas – FESINPE – AM.

Imagem 8: Panfleto de campanha.



Fonte: Sindepesca/AM, 2018.

Imagem 9: Passeata no Centro de Manaus.



Fonte: Sindepesca/AM, 2018.

Embora todos os esforços de mobilizações tenham sido feitos pra eleger um deputado federal que saísse da categoria dos trabalhadores da pesca, e que os representasse na câmara dos deputados em Brasília, porém os 8.591⁴² votos não foram suficientes para colocá-lo entre os oito deputados federais eleitos do Amazonas. Ao mesmo tempo ficou a insegurança dos pescadores e pescadoras do estado do Amazonas em eleger alguém com pouca experiência em um cargo político e sem conhecer os labirintos da política brasileira.

3.2.2. 1º Encontro dos pescadores (as) do Amazonas ou a velha manobra política?

No segundo semestre de 2019, na capital amazonense, outro diálogo ficaria marcante na memória dos pescadores devido ao 1º encontro de pescadores e pescadoras do Estado do Amazonas.

Imagem 10: Post da divulgação do I encontro.



Fonte: FESINPEAM, 2019.

Imagem 11: Cerimonial de abertura do evento.



Fonte: FESINPEAM, 2019.

O encontro foi promovido pelo vice-presidente da frente parlamentar da pesca no congresso nacional, deputado federal Silas Câmara (Republicanos/AM) e pelo deputado estadual Dermilson Chagas (PP/AM), ambos defensores das políticas públicas voltadas aos pescadores e pescadoras do Estado do Amazonas. Também fizeram parte desse evento o novo secretário nacional de Aquicultura e pesca do Governo Federal, Jorge Seif Júnior, Raimundo Braga, presidente da Federação dos sindicatos dos pescadores e pescadoras artesanais do Estado do Amazonas (FESINPEAM), e Raimundo Pereira Silva Neto, Gerente executivo do INSS do Estado do Amazonas.

Entre os objetivos apresentados durante o evento, dois deles tiveram destaque e eram aguardados pelos pescadores; 1) esclarecimentos e dúvidas em relação aos benefícios sociais na transição do novo governo, e 2) apresentação das novas políticas que ficariam mantidas pelo governo federal aos pescadores artesanais.

Sobre esse encontro tivemos a opinião do presidente dos sindicatos dos pescadores e pescadoras artesanais do Estado do Amazonas (SINPESCA/AM) Senhor Ronildo Palmare⁴³, para ele, esse encontro teve um *“olhar de politicagem, não foi um encontro de pescadores foi pura maquiagem política,*

⁴³ Diálogos estabelecidos remotamente em virtude da pandemia do covid-19.

deveria ter sido mais organizado e terem convidado os pescadores e pescadoras, as federações das colônias – FEPESCA, a federação das Associações – FEPESCAAM, mas só a federação dos sindicatos ainda não pode ser chamada de 1º. encontro de pescadores e pescadora do Estado do Amazonas”, afirma.

A fala do presidente do SINDPESCA/AM já manifestava uma velha rivalidade entre os representantes da pesca, o que levaria a desdobramentos de conflitos entre a classe trabalhadora da pesca, sobre isso trataremos nos tópicos seguintes deste capítulo.

Percebe-se até aqui, o maior interesse dos políticos e representantes das instituições da pesca não é pela melhoria e pelo fortalecimento dos direitos e benefícios sociais dos pescadores, e sim por tê-los como um elemento de força nas campanhas eleitorais, persistindo, assim, uma troca de favores como já mencionamos na seção dois. Essa questão deixa cada vez mais incertezas para a classe trabalhadora da pesca, sobre uma instabilidade fixa, mas, pelo contrário, são lembrados e usados nas vésperas de eleições com promessas que não deveriam ser utilizadas como mercadoria de troca e sim como um direito conquistado conforme a carta magna.

Ao mesmo tempo percebeu-se também nesse evento um velho esquema que impulsionou o desdobramento das eleições no Estado do Amazonas, muito praticado anteriormente, e que estaria novamente sendo usado como manobra política, estamos nos referindo ao cadastramento do seguro defeso. Para efeito verídico e respaldo do que interpretamos acima, o jornalista amazonense Hiel Levy Maia Vasconcelos publicou em seu blog, <https://blogdohiellevy.com.br/>, uma matéria em 2019 sobre as repercussões desse evento direcionado aos pescadores. Vasconcelos também fez uma análise sobre a participação dos dois maiores beneficiários do sistema nas eleições desde 2014, no Amazonas, o deputado federal Silas Câmara (Republicanos/AM) e o deputado estadual Dermilson Chagas (PP/AM),

Nessa matéria Vasconcelos faz uma retrospectiva do desempenho dos deputados para os atuais cargos. Silas Câmara (Republicanos/AM) desde o ano de 2014, quando o cadastramento estava ativo, o atual deputado obteve a maior pontuação de votos em sete mandatos consecutivos. Já no ano de 2018, com o governo provisório de Michel Temer (Partido do Movimento

Democrático Brasileiro-PMDB) é suspenso o recadastramento, o deputado declinou nos números de votos em toda sua trajetória política. Ao contrário de Dermilson Chagas, que na época era líder do governo de Amazonino Mendes (Partido Democrático Trabalhista – PDT), teve todo o suporte para atender às demandas da categoria dos pescadores com incentivos e equipamentos concedidos pelo Governo do Amazonas.

O jornalista Hiel Levy Maia ainda ressalta na matéria publicada, que nas eleições de 2018, o deputado Silas Câmara (Republicanos/AM) fez oposição, apoiando o senador Omar Aziz (Partido Social Democrático – PSC), no primeiro turno, e Wilson Lima (Partido Social Cristão – PSC), atual governador no segundo turno, porém, mesmo assim, a votação do atual deputado Dermilson Chagas (PP/AM) também não disparou de maneira expressiva.

3.2.3 A nova representação da pesca no Amazonas: a rivalidade entre as representações políticas

Não poderíamos deixar de mencionar neste tópico outro encontro que causaria euforia, desconfiança e mais rivalidades entre as instituições representativas da pesca no estado do Amazonas. Mesmo diante de um colapso em que o mundo todo passou a vivenciar por conta da pandemia do COVID-19, e do distanciamento social, o dia 29 de junho de 2020, data em que se comemora o dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores, foi registrada a fundação de mais uma representação da pesca no Estado, a Federação dos trabalhadores da pesca e aquicultura do Amazonas (FETAPE/AM).

Imagem 12: Diretoria executiva da FETAPE/AM, empossada.



Fonte: <https://agroflorestamazonia.com/> acesso em: 17/07/20

Para dar respaldo e debater questões políticas na cerimônia de fundação, estiveram presentes vários parlamentares, tanto da Câmara Municipal de Manaus como da Assembleia Legislativa do Amazonas, representando a comissão da agricultura familiar, agroextrativismo e pesca, e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, os advogados Serafim Taveira e Euthiciano Mendes Muniz, da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura, os senhores Abraão Lincoln e Gabriel Negreiros, representantes do INSS e CONAB. Também prestigiaram a cerimônia de fundação da FETAPE os representantes de Sindicatos, Colônias e das organizações Indígenas.

Segundo Serafim Taveira, em pronunciamento e em matéria divulgada no dia 30 de junho de 2020, no site www.agroflorestamazonia.com,

Sendo está a primeira Federação no Amazonas, está com a previsão estatutária de acolhimento de todas as organizações da pesca (sindicatos, associações e colônias), além das associações de indígenas e quilombolas que puderem comprovar a existência de Pescadores no rol de filiados. “Algo inédito e inclusivo”.

Percebemos novamente a manobra política que se instala no Amazonas com a fundação da FETAPE/AM, e ao mesmo tempo visa desarticular e difamar a imagem da FESINPEAM junto aos pescadores e pescadoras do Estado, e além disso, convencer os presidentes e entidades a migrarem para a FETAPE/AM, com promessas ambiciosas. Acreditamos que mais uma representação da pesca nesse nível de federação interfere no fortalecimento da outra, pois passa a ficar dividido o que seria um só propósito defender os interesses da classe, constituindo-se e reforçando um campo conflituoso entre as representações da pesca que persistem a muito tempo na capital amazonense.

O ex-chefe do Escritório Estadual da SEAP/PR⁴⁴, Estevam Ferreira da Costa, em entrevista concedida à professora Elenise Scherer, em 2013, já nos

⁴⁴ Foi indicado pelo Diretório Estadual do PT e nomeado chefe do Escritório Estadual da SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), em 31 de julho de 2003. Ficou no cargo seis anos e 135 dias, ultrapassando a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura que foi criado em 26 de junho de 2009, exonerado em 15 de dezembro de 2009, enquanto estava de férias.

mostrava um panorama complexo sobre os conflitos entre as entidades da pesca da seguinte maneira:

A razão do recebimento do seguro defeso contribuiu para o aumento das entidades representativas, como as associações que constituíram a **Fapesca (Federação das Associações de Pescadores) em 2004**. Ela passou a dividir e a se opor ao espaço de representação com a **Federação dos pescadores do Amazonas (Fepesca)**, já existente. Em 5 de abril de 2008, na primeira eleição para a diretoria da Fapesca, o processo eleitoral não foi concluído, a urna *dorme* na delegacia e os dirigentes de então, temendo perder a eleição na justiça, criam, nessa data, o **Sindpesca (Sindicato dos pescadores)** do Estado do Amazonas e **dessa forma complicam o ambiente de representação dos pescadores no estado**. A razão essencial para a criação desses movimentos (associativo e sindical) é a **rejeição quanto à forma centralizadora, autoritária e estúpida como a Fepesca agia** (grifo nosso) (COSTA, 2013, p. 197).

Percebe-se na Fala de Estevam as razões que culminaram no aumento expressivo de filiações de pescadores e a constituição de novas entidades representativas no Amazonas, a primeira dela se dá em razão do benefício do seguro defeso que no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), onde passou a diminuir o tempo de acesso ao benefício de três para um ano aos pescadores na Lei nº. 10.779/2003.

A segunda razão para esse panorama apresentado por Estevam está relacionada a uma questão política, a qual na época o presidente da Fepesca Walzenir Falcão apresentou um comportamento de coronelismo diante dos pescadores e representantes do Amazonas. Além do mais, o presidente da Fepesca não concordava com a administração da SEAP/PR, estreitando qualquer laço de parceria, os motivos para essa postura eram de perseguições contra um militante petista à frente da SEAP/PR.

Em diálogo com alguns representantes da pesca na região do Alto Solimões, os motivos que levaram a fundação dessa nova federação no Amazonas são de conflitos e divergências entre alguns presidentes, e ex-presidentes de instituições de pesca que atuam na capital do Estado. Destacamos aqui o nome de um militante da pesca como é conhecido por parte dos pescadores, Ronildo Nogueira Palmere, atualmente é presidente do Sindicato dos pescadores no Estado do Amazonas, mas que já exerceu o

cargo de presidente da Fesinpeam por doze (12) anos, e nas últimas eleições foi pré-candidato a deputado federal.

Nossas reflexões sobre essas manobras políticas nos remete a seguinte análise: Ronildo Palmere apoiou em 2018 a chapa 02, encabeçada pelo candidato Raimundo Nonato da Silva Oliveira, para a eleição da nova diretoria e conselho fiscal da Fesipeam, mas que não foi eleita devido à impugnação por não atender aos requisitos do edital de convocação do 1º congresso extraordinário da federação. Também não foi eleito ao cargo de deputado federal pelo Amazonas como mencionamos anteriormente, ou seja, surge um novo personagem na história da pesca no Amazonas como aconteceu com o todo “poderoso” Walzenir Falcão.

Aonde queremos chegar? Ronildo Palmere, revoltado com as últimas derrotas articula por detrás dos bastidores a fundação da FETAPE/AM, com o objetivo de ganhar novas forças políticas e mais popularidade entre os pescadores artesanais, denegrindo a imagem institucional da Federação dos sindicatos dos pescadores artesanais do Amazonas.

Obtivemos o posicionamento do atual presidente da FESINPEAM, Raimundo Braga sobre a fundação da FETAPE no Amazonas da seguinte maneira: *“não vejo com muita credibilidade que eles terão sucesso, pelo menos muitos dos nossos presidentes já entram em contato e não se manifestaram a mínima possibilidade de saírem da nossa federação e aderir a essa nova”* (Diálogo pelo wahstApp, em 2 de Julho de 2020).

3.3 Diálogos em nível Municipal

3.3.1 III Assembleia Intercomunitária do complexo do lago do Caiau: projeto piloto pelo PROVARZEA

Fotografia 21: Divulgação do *banner* sobre a III Assembleia intercomunitária.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.

A localização geográfica da comunidade ribeirinha que foi a anfitriã deste evento, assim como a origem, é a do lago do Caiá, palco de inúmeros conflitos socioambientais na região. Assim, a comunidade ribeirinha de Terezina III, localiza-se à margem esquerda do rio Solimões, há aproximadamente 27 quilômetros de distância (em linha reta) e 30 quilômetros (via fluvial) da sede do município de Tabatinga, cuja comunidade pertence a sua área rural, o acesso à localidade se dá apenas por via fluvial.

Estudos preliminares de inserção na comunidade nos possibilitaram adquirir informações privilegiadas sobre o contexto histórico dela, através de relatos obtidos em entrevista, com a professora C.M.B., de 53 anos, na época da entrevista.

A comunidade de Terezina III foi fundada em 1913, já havendo moradores nesta época. Ela pertencia ao senhor Benzerlei, e era chamada de Bom Jardim. Nesse mesmo ano, chegaram as famílias de Domingos Careta, Aceliano Rabelo, Tomas Hilário e Francisco Dias, que fixaram moradia, e passaram a viver e trabalhar em Terezina III.

Terezina era só floresta e não existia caminho, o meio de transporte utilizado era a canoa a remo, as pessoas viviam do plantio do Tabaco e extrativismo da borracha. Em 1920, passou a ser proprietário o senhor José Macedo, várias famílias foram chegando nos anos seguintes (C.M.B., 2015).

Em 1936, a propriedade passou a ser administrada pelo português Pedro Gonçalves, comerciante que arrendou as terras para a exploração dos seringais, e passou a cobrar imposto dos moradores. Os moradores revoltaram-se, e procuraram seus direitos, conseguindo, assim, um documento denominado “*posse Capião*”, o qual dava direito de permanecerem na localidade.

A origem do nome da comunidade deu-se devido à homenagem de Pedro Gonçalves. A avó de sua esposa se chamava Terezina.

Passados alguns anos, a comunidade foi novamente arrendada por Clemente Vieira, Aureliano Chaves e Hildo Barbosa e outros, que pagavam arrendamento no cartório de Benjamin Constant, para o tabelião Ademar Bentes (C.M.B., 2015).

Em 1966, em plena ditadura militar, Terezina passou a ser comandada pelo Comando de Fronteira Solimões – CFSOL, Exército de Tabatinga, composto militar (patrulha) que se revezava a cada quinze dias.

Dessa maneira, surge Terezina III, no contexto do Alto Solimões, com seu modo de vida, suas particularidades e sua história. Dispondo como principais fontes de renda e trabalho, do extrativismo de recursos vegetais e pesqueiros, e adotando recentemente a prática do manejo comunitário em territórios de pesca.

Após essa contextualização sobre a comunidade receptora deste evento e do lago do Caiau, retomamos nossa escrita sobre os diálogos em nível municipal com a III Assembleia intercomunitária, que resultou no desdobramento da IV assembleia ocorrida no mês de maio de 2019, onde, na ocasião, fomos impedidos de acompanhar por não estar vinculados a nenhuma instituição que contribuísse com as discussões do evento.

Por iniciativas dos líderes comunitários da zona rural e representantes do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais, colônia de pescadores Z-24 e do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, em parceria com a prefeitura municipal de Tabatinga, através da secretaria Municipal de Meio Ambiente, retomaram junto às comunidades ribeirinhas interessadas de Terezina III, IV, Araçari e Bom Futuro, um dos diálogos importantes para o acordo de pesca no lago do Caiau que vem se arrastando desde a década de 1990, e está estacionado, sem mudanças por parte da gestão municipal, por conta das burocracias do Estado.

Estiveram presentes nessa assembleia intercomunitária representantes de órgãos dos governos Estadual e Federal, sendo eles: SEMMAS, SEPROR, IBAMA, IFAM, IPAAM, FUNAI, IDAM, políticos da câmara municipal e moradores das quatro comunidades citadas que estão envolvidas no acordo de pesca. O momento foi oportuno para a criação do comitê de avaliação da efetividade do acordo de pesca, a apresentação das regras de uso para avaliação e a aprovação das propostas e assinatura do termo de compromisso

comunitário.

Fotografia 22: Comunitários e representantes de instituições públicas do Estado.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Fotografia 23: Líder comunitário participando do debate.



O lago do Caiu, desde 2005, é uma área de preservação nacional decretada pela então ex-ministra do meio ambiente Marina Silva. As discussões sobre o acordo de pesca no lago, que agrega as quatro

comunidades ribeirinhas, estiveram inseridas no projeto manejo de recursos naturais da Várzea (*Pró- Várzea/Ibama*), entre os anos de 2004 e 2007. Com o intuito de resolver os problemas da base organizacional e da representatividade, o Projeto Várzea (PRÓVARZEA) focou primeiro na criação de conselhos intercomunitários para os principais sistemas de lagos. Estes conselhos são compostos por representantes de todas as comunidades que compartilham o mesmo sistema de lagos (BENATTI, MCGRATH & OLIVEIRA, 2003).

Em concordância a essa composição de conselhos, Paiva e Silva (2017) manifestam-se sobre esse fenômeno afirmando que,

Neste sentido, o acordo de pesca que rege o manejo dos lagos de Terezina III necessitou criar um conselho intercomunitário, pois os lagos são utilizados por outras duas comunidades vizinhas Araçari e Bom Futuro. Seria inviável criar acordos de pesca e manejar no lago sem a participação destas comunidades, pois elas compartilham os mesmos lagos, tem os mesmos direitos e deveres. São estes fatores que implicam, portanto, a elaboração e introdução de práticas de manejo em lagos de comunidades que, em face da necessidade de conservar algumas espécies de peixes, recorrem aos órgãos gestores na intenção de programar políticas públicas voltadas para a gestão do uso de seus recursos (PAIVA E SILVA, 2017, p. 10).

Os acordos de pesca foram criados, principalmente, para a mediação de fiscalização das normas voltadas à sustentabilidade dos recursos pesqueiros entre o poder público e os usuários locais, assim, ambos se tornam responsáveis pelo andamento da gestão dos recursos e pela tomada de decisões. Os acordos de pesca constituem alternativas de manejo que têm por objetivo garantir o aumento da produtividade pesqueira, conseqüentemente, a renda e contribuir com o uso sustentável dos recursos naturais (ALMEIDA, 2006).

Nas assembleias Comunitárias III e IV, foram decididas regras para aprovação do uso e manejo do lago do Caiá. O primeiro passo foi a elaboração do mapeamento mental do lago, elaborado pelos comunitários das quatro comunidades acima citadas, para que a partir dele se fizesse a descrição das áreas de manutenção, preservação e comercialização. Entre as regras foram estabelecidas as seguintes proibições: a proibição dos seguintes

métodos de pesca (redes de arrasto e lance, curral, timbó, tapagem, batção e explosivos ou substâncias tóxicas).

Gomes (2015), em um estudo realizado na Comunidade de Terezina III⁴⁵, utilizando a técnica da cartografia social e uma abordagem etnográfica, identificou os conflitos socioambientais distribuídos em sete espaços geográficos da comunidade, reforçando, desse modo, as problemáticas para a não efetivação do acordo de pesca em Terezina III.

Quadro 07: Distribuição dos espaços geográficos da Comunidade.

Conflitos Socioambientais na Comunidade de Terezina III /AM			
Espaço Geográfico	Ano	Agentes sociais envolvidos	Tipos de conflitos
A) Rio Solimões	2015	Piratas, pessoas de fora e pescadores de outras comunidades Vizinhas.	Assaltos, roubos, divergências entre pescadores por não respeitarem o horário definido em reunião sobre o acordo de pesca e seguro defeso e um assassinato
B) Praia	2015	Ribeirinhos da própria comunidade e pessoas de fora.	Disputas por toras de madeiras encalhadas da espécie de sumaúma.
C) Lago de frente	2015	Pescadores de fora	Pesca predatória e invasão ao lago
D) Comunidade	2015	Moradores da própria comunidade e comunidades vizinhas.	Divergências e contradições entre alguns moradores e famílias nos interesses e opiniões dos mesmos
E) Mata remanescente	2015	Moradores da comunidade	Exploração de madeira e serragem em pontos estratégicos
F) Lagos Caiau, Laranjeira e Inferno	2015	Moradores da comunidade e pessoas de fora.	Invasão aos lagos, pesca predatória dentro da área de manejo, desrespeito ao seguro defeso e ponto de intercessão para o transporte de madeira.
G) Mata virgem	2015	Pessoas de fora.	Retirada de madeira, caça predatória, causando a destruição da biodiversidade da fauna e flora.

Fonte: Elaborado por GOMES, 2015.

⁴⁵ “Entre a madeira e o peixe: conflitos socioambientais e as formas de uso dos recursos naturais na comunidade ribeirinha de Terezina III, no Município de Tabatinga – AM”, título da monografia defendida em 2015 no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB/UEA.

Queremos, aqui, destacar o estudo de Gomes (2015), que serviu como aporte teórico para a secretária de meio ambiente na elaboração de um dossiê que foi encaminhado a outras instâncias na capital do estado do Amazonas, no intuito de fortalecer o processo burocrático do lago do Caiáu.

Considerações finais

Esta Dissertação buscou evidenciar as lutas por representação sociopolítica promovidas pelo SINDPESCA/Tabatinga, primando por uma originalidade na temática na região da tríplice fronteira composta pelos países Brasil, Colômbia e Peru, contribuindo, desta maneira, com o meio acadêmico, bem como com a memória do sindicato pesquisado.

Nossos esforços de pesquisa concentraram um olhar que se debruçou sobre a questão social e política dos pescadores, uma vez que, durante o levantamento bibliográfico, percebemos a ausência de obras que referenciassem a nossa proposta, pois o maior interesse que detectamos durante o levantamento bibliográfico está voltado à questão econômica da pesca, e bem pouco aos seus aspectos sociais e humanos.

Os objetivos da pesquisa que foram listados buscavam entender o nosso fenômeno social a partir dos movimentos sociais, manifestando-se com resultados da seguinte maneira:

No objetivo I, a pesquisa revelou que a formação e organização social dos pescadores do município de Tabatinga caminharam simultaneamente ao lado de dois momentos marcantes na história de Tabatinga. Primeiramente, com a fundação e os movimentos sociais e políticos do conselho comunitário, para a emancipação do município em meio à ditadura militar; a segunda, com a instalação do escritório da empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, em 1977.

No segundo objetivo, a pesquisa evidenciou um novo formato de organização institucional dos pescadores com uma estrutura sindical, contestando as contradições na estrutura da organização política das Colônias. Nessa nova estruturação social, o Sindicato dos pescadores artesanais de Tabatinga percorreu os caminhos e descaminhos entre colônia, associação e delegacia sindical, e, finalmente, o sindicato, o atual SINDPESCA/Tabatinga., promovido pelos movimentos sociais dos seus filiados em busca de autonomia, reconhecimento e representação sociopolítica no Alto Solimões.

Por fim, a pesquisa constatou a importância dos movimentos sociais no que se refere aos diálogos interinstitucionais entre os pescadores e o Estado, representados pelos níveis federal, estadual e municipal, permitindo-lhes ter voz e visibilidade nesses cenários de luta diante da atual conjuntura política do país.

Mesmo que todos os esforços e articulações dos pescadores artesanais do sindicato e da região do Alto Solimões tenham sido feitos através dos diálogos interinstitucionais, permitindo-lhes ter voz e participação nos três níveis do Estado (federal, estadual e municipal), podemos concluir que a presença do Estado brasileiro se apresentou de maneira superficial ou quase ausente, para as mobilizações sociais e políticas dessa categoria.

Nas discussões que foram acompanhadas através dos diálogos interinstitucionais entre o sindicato dos pescadores e o poder público, observamos que por detrás da presença de cada nível do Estado brasileiro, os interesses políticos se manifestaram de maneira visível. Sendo a categoria dos pescadores(as) o curral de eleitores, fato percebido durante o estudo, pois esta pesquisa aconteceu num período que contemplou duas eleições do país (eleições federais de 2018 e eleições municipais de 2020).

Em relação aos órgãos do Estado “presentes” no município de Tabatinga, é notável a quantidade de instituições públicas representativas do Estado brasileiro em uma única avenida da cidade, dando a entender que a população em geral esteja respaldada e assistida por seus serviços. Todavia, apropriando-nos da expressão de um servidor público federal em entrevista concedida durante a nossa pesquisa de graduação, que se referia da seguinte maneira: “As instituições públicas em Tabatinga tornaram-se uma mera representação do Estado”, ousamos interpretar essa observação, da seguinte maneira, as condições de existência dos órgãos públicos nas cidades amazônicas do interior do estado, especificamente na região do Alto Solimões, dada a sua localização geográfica de grande distanciamento da capital e do restante do país, parecem não desempenhar os papéis que deveriam.

Em relação à ausência de diálogos do governo federal com o sindicato dos pescadores, várias ações denunciavam essa condição, como, por exemplo: a interrupção na emissão das carteiras de pescador, as dificuldades na concessão do benefício seguro defeso, a exclusão da categoria dentro do

auxílio emergencial (benefício concedido a segmentos da população durante o período da pandemia do Covid-19), entre outros. E talvez a mais grave e importante postura nessa ausência de diálogo é um governo antipopular que não cumpre seu papel de ouvir as classes populares e suas demandas.

Num momento histórico recente, as manifestações de lutas e resistências que os grupos subalternos encontraram para enfrentar um governo antipopular e representarem suas classes (agricultores, indígenas, estivadores, pescadores, entre outros) foi através das eleições municipais, concorrendo a cargos políticos públicos. No Amazonas, a categoria dos pescadores, buscando ampliar seu diálogo em várias direções com o Estado brasileiro, lançou um número expressivo de pescadores e pescadoras como candidatos a participar desse momento político e democrático.

Segundo dados fornecidos pela FESINPE – AM, um resultado histórico marca as manifestações de lutas e a participação democrática dos pescadores artesanais, com os quinze presidentes(as) das instituições representativas da pesca (colônia, associação e sindicato) que conseguiram se eleger aos cargos políticos públicos de vereadores(as) pelos seus respectivos municípios que estão inseridos nas mesorregiões (norte, sudoeste, centro e sul) do Estado do Amazonas.

Quanto às ações do atual governo do Estado aos pescadores, que vem acontecendo por intermédio do Programa Amazonas Presente⁴⁶, tem atendido muito pouco às necessidades dos pescadores do município de Tabatinga. Entre suas ações, o governo esteve presente na segunda edição do programa, em 2019, atendendo à população do Alto Solimões, com uma visita à unidade de beneficiamento e comercialização de pescado em Tabatinga. Na ocasião, foi realizado o lançamento da chamada pública para a administração do local, porém, percebemos nesse evento um distanciamento do governo estadual com os pescadores da região. Os diálogos que ainda ocorrem com o governo do Estado ocorrem quando os pescadores se mobilizam e pressionam para

⁴⁶ O programa é uma política do governo do Estado do Amazonas, lançada a 1ª edição em 22 de maio de 2018, que visa levar para aos municípios do interior do Amazonas os serviços oferecidos pelos órgãos estaduais, através de ações itinerantes em cada sub-região do Estado. Disponível em: www.seinfra.am.gov.br.

discutir questões ligadas à categoria e a seus interesses, contudo, muitas vezes acabam ficando no esquecimento.

No tocante às ações do município em relação ao segmento dos pescadores artesanais que fazem parte de sua gerência, não se tem ações direcionadas e objetivas a esse grupo. Nas discussões promovidas pela secretaria de meio ambiente, por exemplo, observamos pouca disposição em incluir os pescadores em questões de interesse destes e na consequente formulação de documentos que poderiam contribuir com a causa dos pescadores e pescadoras do município. Além da falta de transparência no acesso e divulgação de informações de interesse público que estão sob o domínio da citada secretaria, o que ocorreu no desenvolvimento dessa pesquisa, quando solicitamos de forma oficial, via documento, e não obtivemos retorno.

Nessa pesquisa, levantamos, durante seus campos de investigação, a presença feminina no contingente de pescadores que compõem o sindicato. Condição que nos despertou o olhar para essa participação tão significativa, que ao longo dos anos, desde as colônias de pescadores, como demonstrado em pesquisas realizadas sobre a pesca, a indicavam como ajudantes de pescador, mas, não como trabalhadoras da pesca, como de fato o são.

Em relação a essas mulheres, o Estado não as inclui de forma efetiva nas políticas públicas, como, por exemplo, nos programas de formação e capacitação voltadas a elas. Em Tabatinga, existem órgãos que poderiam atender a essa demanda, como Sebrae, Cetam e Ifam. Mas nada que articule essas forças para esse trabalho, que a nosso ver, deveria estar previsto em políticas públicas de Estado.

Nos diálogos realizados com representantes da pesca e dos pescadores do Alto Solimões, assim como de outros municípios do Amazonas, ouvimos acerca das situações conflitantes entre as instituições representativas da pesca no Estado do Amazonas, como também a ausência do poder público na mediação desses conflitos, que envolvem populações tradicionais indígenas e ou pescadores.

É importante ressaltar, ainda, as dificuldades que o desenvolvimento da pesquisa nos trouxe. Dentre elas, a transição da nova diretoria do SINDPESCA que dificultou em alguns momentos o andamento da pesquisa, no retorno da

banca de qualificação. A falta de referencial teórico específico sobre a temática. O receio de representantes de outras instituições da pesca na região da fronteira em dialogar sobre a temática da pesquisa. O confronto entre instituições da pesca, tanto no interior como na capital amazonense, por falta de diálogo e entendimento para alcançar o mesmo objetivo. E a negativa ao direito a informação ao cidadão, conforme a lei de acesso à informação nº. 12.527/2011, por algumas instituições que representam o Estado Brasileiro nesta região da Amazônia, o Alto Solimões.

Por outro lado, é fundamental mencionar as redes de parceria que durante o campo foram criadas, através da busca por referencial sobre a temática em outras regiões brasileiras. Bem como é importante mencionar que, esta pesquisa e as redes acadêmicas que foram criadas nos proporcionou sermos incluídos no grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, Rede de Geografia(s) da pesca, coordenado pelo professor Cristiano Quaresma de Paula, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Esperamos, ao evidenciar os resultados dessa pesquisa, que se abram novas perspectivas de compreensão acerca da categoria da pesca, e que esta possa fomentar diálogos entre si, fortalecendo cada vez mais os sujeitos do movimento da pesca no estado Amazonas. Uma vez que este ainda é visto de maneira invisível e pouco desenvolvido, em relação a outros movimentos da pesca no Brasil. De igual modo, é necessário o investimento de tempo nas pesquisas que tragam para a universidade temáticas como esta, uma vez que essa instituição é uma importante produtora e divulgadora de conhecimento, ampliando o campo das discussões entre o universo acadêmico e a sociedade.

Esta pesquisa retorna como um documento para o sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga, evidenciando a sua trajetória histórica na região do Alto Solimões. Um trabalho árduo, com viés descritivo, dando visibilidade e reconhecimento a um segmento de trabalhadores rurais, especialmente àqueles que labutam nas águas de trabalho, e que ao longo da história do Amazonas ainda persistem nas lacunas, e são submetidos à invisibilidade promovida pelo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALENCAR, Edna Ferreira et al. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. In: SCHERER, Elenise F. *“Aqui estamos nós”: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal*. Rio de Janeiro, Garamond, 2015.

ALMEIDA, Oriano Trindade de. *Manejo da pesca na Amazônia brasileira*. Petrópolis, 2006

ALVES, Taíse dos Santos. A pesca artesanal no Baiacu – Vera Cruz (BA): identidades, contradições e produção do espaço. 152p. *Dissertação* (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ATAÍDE, Luiz, Gonzaga. *Tabatinga sua história no contexto do Alto Solimões e da região tri-fronteiriça*. Editorial: Gente Nueva, Bogotá/Colômbia, 2020.

_____. *Tabatinga Crônicas Fronteiriças*. Editorial: Gente Nueva, Bogotá/Colômbia, 2015.

BENATTI, José Heder; MCGRATH, David G.; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. *Ambiente. soc.*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 137-154, dez. 2003.

BRITO, Imaculada de Carmem. Uma Abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP). *Tese de Doutorado* (Sociologia Política) Universidade Estadual do Norte- Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/ Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2016.

CAMPOS, Antônio João Teixeira. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém*: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993. (p. 231 – 242).

CARDOSO, Eduardo S. Pescadores: Geografia e Movimento Social. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo Disponível em:*

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf> acesso em 09 de setembro de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados* [online]. 1998, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>> Acesso em: 23 de Abr. 2020.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DE PAULA, C, Q. Geografia(s) da pesca artesanal brasileira. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-SC, 2018

DIAS NETO, José. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. *Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha* (2010) v. 1 (1): 66-80. Disponível em:< <https://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/cepsul/article/view/300>> Acesso: em 30 de Junho de 2020.

Estatuto do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Tabatinga-AM-SINDPESCA, datada de 20/11/2010, em primeiro lugar sob o número de Ordem 809, folhas 147 a 159, do livro A-IX, de “Registro Civil de Pessoas Jurídicas”, Cartório de 1º ofício da Comarca de Tabatinga.

FERREIRA, Grazielle. A (In) visibilidade das pescadoras artesanais da Colônia Z-11 no lago Itaipu-PR. In: *Brasil e Moçambique: Diálogos geográficos sobre a pesca artesanal* (Org) Catia Antonia da Silva e Cristiano Quaresma de Paula. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

FOX, Verónica del Pilar Proaño de. Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009). *Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento local). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de itá, Baixo Amazonas*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguau-Bahia. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia/ Salvador, 2009.

LEITÃO, Maria, do R. de Fátima A. Movimentos sociais na pesca artesanal. Articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: *Socioantropologia da pesca: estudos etnográficos sobre populações costeiras no Nordeste Brasileiro*/ Rubens Elias da Silva (Org). João Pessoa: Ideia, 2014.

MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (26ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (2007).

MORENO, Larissa T. La Pesca y los Pescadores Artesanales en Colombia. In: *Revista Pegada* – vol. 19. n. 2 Maio-Agosto/2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5514/4502>> Acesso em: 14 de abril 2020.

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de. *A Organização Política dos Pescadores em uma Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga/Am*. Manaus: UFAM, 2007.

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis. Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas. *Dissertação* (Mestre em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, AM, 2010.

PAIVA, E. J. S. de; SILVA, R. G. C. da. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA PESCA: práticas de co-manejo pesqueiro em comunidades ribeirinhas da microrregião do Alto-Solimões/Amazonas. In: *VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária* – SINGA, Curitiba- Paraná de 1 a 5 de novembro de 2017.

PAIXÃO, Alberto.E. C. da,; LEONEL, Maria. C. *Organização e produção da pesca artesanal na Amazonia*. Bilblioteca movimento sindical, 2005. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotms&pagfis=26251> Acesso em: 19 de Mar. 2020

PANTEVIS, Yohana, A, G. Construyendo la historia ambiental de Leticia através de la pesca. *Tesis de Maestría en Estudios Amazónicos*, Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonia Leticia Colombia, 2013.

_____. La lenta pero definitiva incorporacion del Amazonas al País. In: NOTIMANI, *Revista institucional de la universidad Nacional de Colombia* – Sede Amazonia, volume 22, (p. 9-11),2012. Disponível em: <http://amazonia.unal.edu.co/index.php/investigacion/revistas/notimani>. Acesso em: 30 de Mar. 2020.

PASE, Emerson. L (e. tal). O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. In: *Pensamento Plural*. Pelotas [10]: 181 - 199 janeiro/junho 2012. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/10/08.pdf> Acesso em: 23 de Abr. 2020.

PEREIRA, Luciano Gomes de Carvalho. *Pesca e Aquicultura no Brasil*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2012.

POTIGUAR, Junior, Petrônio Lauro Teixeira. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. *In: Bol. Mus. Para Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v.2, n.3, set-dez, 2007, p. 51-62.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. *Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. Manaus: EDUA, 2015.

ROMERO L, M. *Pesca Artesanal en Colombia: historia de una deuda social*. Santa Marta, mayo de 2012. 159p.

RUFFINO, Mauro Luiz. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: Pró-Várzea/IBAMA, 2005.

SANTOS, F. Jorge dos. *História do Amazonas*. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2010.

SCHERER, Elenise (org.). A pesca e os pescadores no mundo das águas e o seguro defeso no Amazonas. Entrevista com Estevam Ferreira da Costa. *In: Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1. ed.- Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCHERER-Warren, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Ed. SOS Corpo – Gênero e Cidadania. Recife, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Catia Antonia da. *Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Luis Geraldo (Coord). Os pescadores na história do Brasil. Vol. 1. Colônia e Império. *In: Comissão Pastoral dos Pescadores*. Boa Vista, Recife. Pe. Vozes, 1988.

SILVA, Suzana Medeiros da. Pesca artesanal: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB. 122p. *Dissertação* (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. Manaus: Valer, 2001.

TORRES, I. C. *As novas amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. Mulheres pescadoras e a ressignificação do mito do panema na Amazônia. In: *Intersecção de Gênero na Amazônia*. Organizadoras Iraildes Caldas Torres e Fabiane Vinente dos Santos. Manaus: EDUA, 2011.

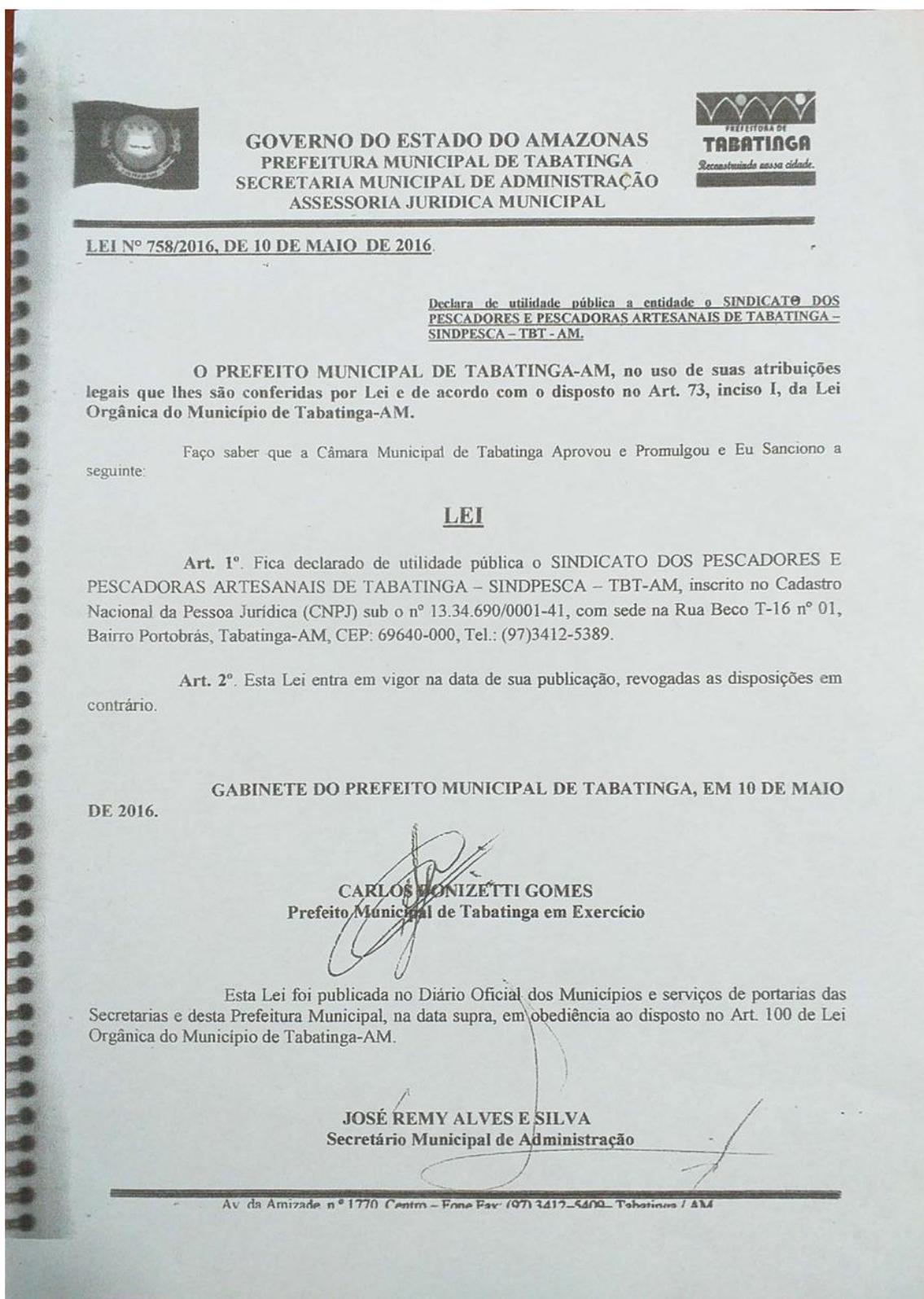
VASCONCELOS, Hiel L, M. *Esquema que já impulsionou eleições no AM está de volta: O recadastramento do seguro defeso*. Manaus, 25 de Out. 2019. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/esquema-que-ja-impulsionou-eleicoes-no-am-esta-de-volta-o-recadastramento-do-seguro-defeso/>. Acesso em: 30 de ago. 2020.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Monographis Brasileiras. Rio de Janeiro: Livraria Classica Alves & C, 1895.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo nº 1



Documento da Câmara Municipal de Tabatinga (Lei de utilidade pública ao SINDPESCA)

Anexo nº 2

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
C M A - CFSOL - 1º BEF
PREFEITURA DA COMITABA

TÍTULO PROVISÓRIO DE POSSE Nº 609

O Comandante da Colônia Militar de Tabatinga, de acordo com a letra "n" do Art. 60 do Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959 e Decreto Lei nº 60.006, de 20 de abril de 1967, declara que distribuiu sob TÍTULO PROVISÓRIO, ao Sr (a) ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE TABATINGA LTDA (APTAB)

() Idt nº () Cert Nasc () Cert Cas : CGC: 04 011 722/0001-00

01(um) terreno nesta Colônia Militar, conforme o constante do seu memorial descritivo e planta de levantamento topográfico, com as seguintes medidas: Com a FRENTE de 20,00m - LAT DIREITA com 30,00m - FUNDOS com 20,00m e LAT ESQUERDA com 30,00m.
Totalizando uma área de 600 metros quadrados.

Obrigá-se o beneficiado a tornar útil o terreno no prazo de 01 (um) ano, não podendo fazer venda, doação, transação, permuta, cessão, divisão, doação em pagamento ou outra qualquer alinação sem prévia audiência e expresse consentimento do Comando da Colônia Militar, cabendo a esta o direito de opção sob pena de nulidade.

Colônia Militar de Tabatinga - AM, 22 / FEV / 19 83



JOSE SACREDI - Cel QEMA
 CMI DO CFSOL 1º BEF E COL MIL DE TAB

Documento do título provisório, referente ao terreno para as instalações físicas da associação de pescadores de Tabatinga (primeira representação da pesca fundada em 1979), cedido pelo comando da colônia militar de Tabatinga (1983)

Anexo nº 3 (página 1)

REGULAMENTO DE PESCA NA AREA DA COMARA E ILHA DE ARAMACA, NA FRONTEIRA COM O PERU NO RIO SOLIMÕES. MUNICIPIO DE TABATINGA – AM, CONFORME O ACORDO DE PESCA DO PESQUEIRO CASCAVEL FEITO NO ESCRITORIO DO SINDICATO DOS PESCADORES (A) ARTESANAIS DE TABATINGA E A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES (A) DO PERU.

A-FICA OBRIGATORIAMENTE OS PESCADORES A CUMPRIR COM O ACORDO FEITO NA PRESENÇA DO VICE - PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PESCADORES (A) DE TABATINGA O Sr. JOAO SALVADOR DUARTE E O VICE - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO PERU O Sr. VENANCIO AHUANARI PIPA.

B-FICA PROIBIDO ATALHAR O LANÇO DE SEU COMPANHEIRO DE PESCA, PESCAR EMBRIAGADO, FICA PROIBIDO INGERIR BEBIDAS ACOOLICAS QUANDO ESTIVEREM PESCANDO: NÃO SERA PERMITIDO MENORES DE 14 ANOS NA CANOA PARA PESCAR.

C-FICA OBRIGATORIAMENTE DECIDIDO QUE TODOS OS PESCADORES TEREM SUAS CARTEIRAS DA ENTIDADE DA QUAL E FILIADO E A DO (MPA) PARA OBTER SEUS DIREITOS NA PESCA.

D- O CHEFE DE EQUIPE – SE RESPONSABILIZARÁ PELOS SEUS PESCADORES A CUMPRIR COM AS ORDENS DE SEU CHEFE, CASO CONTRARIO SERA PUNIDO.

E FOI FEITO UM ACORDO COM O VICE - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PERUANOS O SR. VENANCIO AHUANARI PIPA; FICANDO ASSIM, OS PERUANOS PESCAR DURANTE O DIA, E OS BRASILEIROS A NOITE; NO OUTRO DIA OS BRASILEIROS PESCAM DURANTE O DIA E OS PERUANOS A NOITE; PARA QUE TODOS TENHAM A OPORTUNIDADE DE TRABALHAR SEM PROBLEMAS.

F-ASSIM FICOU APROVADO O REGULAMENTO PELOS PROPRIOS PESCADORES, AQUELE QUE NÃO CUMPRIR COM ESTE ACORDO E FOR COMPROVADO COM TESTEMUNHAS, SERA PUNIDO COM UMA MULTA DE MEIO A UM SALARIO MINIMO MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

G- FICOU DECIDIDO PELOS PESCADORES (A) FUNDADORES QUE O PESCADOR VENANCIO DE ALMEIDA SANTANA FICA RESPONSAVEL PELO PESQUEIRO CASCAVEL COMO CHEFE DE EQUIPE.

H-PARA APROVAR O REGULAMENTO, TODOS NÓS PESCADORES (A) FUNDADORES DO PESQUEIRO CASCAVEL, ASSINAMOS ESTE DOCUMENTO QUE POR NÓS É APROVADO E PELO PRESIDENTE DAS DUAS ENTIDADES: BRASILEIRA E PERUANA.

TABATINGA - AM, 05 DE JULHO DE 2012

CHEFE DE EQUIPE

- 1 – VENANCIO DE ALMEIDA SANTANA Venancio de Almeida Santana
 RG: 12755035
- 2 – ANTONOR CRUZ GONZALES Antonor Cruz Gonzales
 RG: 1277438-3
- 3 – MARIA DE JESUS CRUZ GONZALES Maria de Jesus Cruz Gonzales
 RG: 130808
- 4 – MANOEL CHUNHA FABA Manoel Chuncha Faba
 RG: 885.924

Documento sobre o acordo de pesca entre o sindicato dos pescadores (Tabatinga-Brasil) e a associação dos pescadores artesanais Luis Bancherro (Santa Rosa-Peru).

Anexo nº 4



República Federativa do Brasil
Estado do Amazonas
1ª NOTARIA E REGISTRADORIA DA COMARCA DE TABATINGA
CNPJ (MF) Nº 01.096.579/0001-09
Rua Rui Barbosa, s/nº, Bairro São Francisco – Fone/Fax: (97) 3412-3392
JOSE AROALDO PEREIRA DO NASCIMENTO – NOTÁRIO E REGISTRADOR



CERTIDÃO

JOSE AROALDO PEREIRA DO NASCIMENTO,
Oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 1º
Ofício de Tabatinga/AM, na forma da Lei etc.

CERTIFICO, em virtude de atribuições que a Lei me confere que,
atendendo ao requerimento da pessoa interessada, procedi o Registro
da **ATA DA REUNIÃO DA FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA
DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS
PROFISSIONAIS, ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE TABATINGA-
ASPTBT**, datada de 13/09/2008, em primeiro lugar sob o número de
Ordem 648, folha 228 à 230, do Livro A-VI, de “Registro Civil de Pessoas
Jurídicas”, deste cartório. O referido é verdade e dou fé.

Tabatinga/AM, 21 de outubro de 2008.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
Corregedoria-Geral da
Justiça - AM
SAN
Certidão
TAH87803



JOSE AROALDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Registro em cartório da ata de fundação e posse da diretoria eleita da Associação dos pescadores(as) profissionais, artesanais de Tabatinga – AM.

Anexo nº 5

 **SINDICATO DOS PESCADORES NO ESTADO DO AMAZONAS**
SINDPESCA-AM
09.578.613/0001-85

CTB
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

FILIADO A
FETAGRI-AM/CONTAG

Carta Sindical - L017 P015 A1946

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

R. DI 003-2009

Manaus-AM, 08 de Julho de 2009.

a) - **INSTITUI DELEGACIA SINDICAL DO SINDICATO DOS PESCADORES NO ESTADO DO AMAZONAS EM TABATINGA-AM - (CRIAÇÃO DE FILIAL)**
b) - **NOMEAR OS DELEGADOS ADMINISTRATIVOS: DELEGADO, SECRETARIO E TESOUREIRO, PARA MANDATO DE 08 DE JULHO DE 2009 A 07 DE JULHO DE 2011;**
c) - **NORMAS DE FUNCIONAMENTO.**

A Diretoria do **Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas - SINDPESCA-AM**, entidade sindical de primeiro grau e de direito privado, associação sem fins lucrativos de duração por prazo indeterminado, foro na cidade de Manaus - AM, com sede à Travessa Caxangá, 06A, Centro, CEP 69.020-301, Manaus, Estado do Amazonas, registrado e atualizado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, Carta Sindical L017 P015 A1946, diretoria atualizada conforme solicitação SD 22898, homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Relações do Trabalho, Coordenação Geral de Registro Sindical, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 09.578.613/0001-85, representando a categoria Profissional dos Pescadores, com abrangência **estadual** e base territorial no Estado do Amazonas-AM. Neste ato representado pela Diretoria: **Presidente:** Sr. Ronildo Nogueira Palmere, brasileiro, casado, pescador, portador da RG nº. 0844973-2, expedida pela SSP/AM e do CPF/MF sob nº. 589.124.442-04, residente e domiciliado no Município de Manaus - AM; **Secretario Geral:** Sr. Edvaldo Lopes de Jesus, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da RG nº. 1644801, expedida pela SSP/MG e do CPF/MF sob nº. 146.507.116-49, residente e domiciliado no Município de Manaus - AM; **Tesoureiro:** Sr. Francisco David Uchoa de Melo, brasileiro, casado, pescador artesanal, portador da RG nº.452.938, expedida pela SSP/AM e do CPF/MF sob nº. 214.788.302-63, residente e domiciliado no Município de Careiro Castanho - AM; no uso de suas atribuições e com base nos inciso IX do Artigo 2º, incisos II, III e X do Artigo 20, todos do Estatuto do SINDPESCA-AM, em vigor, e, com fulcro na Consolidação das Leis do Trabalho, Art. 517, § 2º. - **"Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao Sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da**

Travessa Caxangá, 6 Casa A, CEP 69020-301 - Manaus - AM
FONE / FAX 0** 92 3233 7432
e-mail: sindpescaam@hotmail.com

Ana Helia Lobo Moraes
Diretora de Secretaria
Vara - Tabatinga

REGISTRADO
NO 2º CRCPJ
1174

CARTÓRIO DA 2ª VARA
Fls. 01
Rubrica
TABATINGA - AM

Carta Sindical para a implantação da delegacia sindical do sindicato dos pescadores (as) em Tabatinga - AM.

Anexo nº 6



**SINDICATO DOS PESCADORES
NO ESTADO DO AMAZONAS
SINDPESCA-AM**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A comissão, pró-fundação do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga-AM convoca todos os pescadores (as) artesanais do Município de Tabatinga – AM, para participarem de uma **ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO** da entidade, a ser realizada no dia 20, de Novembro de 2010, às 08h00min horas, na Sede da Associação de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais do Município de Tabatinga - AM, Rua Santos Dumont, 109, Bairro Dom Pedro I, CEP 69.640.000, Tabatinga - AM, visando discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Fundação do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga – AM; II – Leitura, Discussão e Aprovação do Estatuto do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga - AM; III - Eleição e posse da 1ª Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga - AM.

Tabatinga-AM, 08 de Novembro de 2010.

**Walmir Barbosa dos Santos
(PRESIDENTE da comissão)**

Edital de convocação para a fundação do sindicato dos pescadores(as) artesanais de Tabatinga.

APÊNDICES

Apêndice 1

Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga
 CNPJ: 13.034.690/0001-41
 Endereço: Beco T – 16, Nº 01, Bairro Portobras
 Ponto de Referência Antigo Bar Mirante
 Celular: (97) 91670145
 E-mail: walmir.tbt@hotmail.com




“Pescar e Preservar
 Para Nunca Faltar”

Tabatinga, AM 02 de Julho de 2018

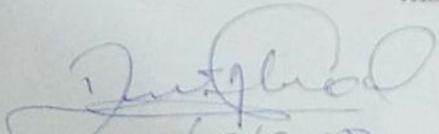
Ao
 Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas-CEP/UFAM
 A/c.Profª MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca
 Coordenadora do CEP/UFAM

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Walmir Barboza dos Santos, Presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga – SINDPESCA TBT, RG: 1610146 - 4, CPF: 509.705.852 - 68, venho por meio desta informar a V. Sa. que **AUTORIZO**. O pesquisador DIME ALEXANDRE LONDONO GOMES RG: 1510189 - 4, CPF: 717.1546.952 - 72, matricula institucional nº 2180243 aluno no Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociedade Cultura na Amazônia/ PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, a realizar a pesquisa intitulada “*PROCESSOS DE MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICA DO SINDICATO: VOZES REPRESENTATIVAS POR TERRITÓRIOS DE PESCA NO ALTO SOLIMÕES/AM*”, Sob a orientação da Profª Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co - responsabilidades como *instituição co-participante* do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo de segurança e bem- estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutadas, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.


 Walmir Barboza dos Santos
 Presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga
 Técnico em Pesca, Agrícola e Florestal
 CREA: 12968 - TD


 02/07/2018
 Recebido.

Termo de autorização para a realização da pesquisa.



UFAM

Apêndice 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- IFCHS
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -PPGSCA
Mestrado Acadêmico

Roteiro de entrevista semiestruturada

Público-alvo: Representantes da diretoria do Sindicato dos pescadores (a) artesanais de Tabatinga SINPESCA/TBT/AM.

Os nomes dos participantes serão resguardados por questão de sigilo

Projeto: Mobilizações Sociopolíticas do SINDPESCA/Tabatinga: Vozes de Lutas e Resistências por Territ(rios) de Pesca no Alto Solimões/AM”.

Pesquisador Responsável: Dime Alexandre Londono Gomes

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Marilene Corrêa da Silva Freitas.

Data: ___/ ___/ 2019 Município: Tabatinga

Bloco I: Informações sobre a biografia do entrevistado.

- a) Data de Nascimento:
- b) Naturalidade:
- c) Escolaridade:
- e) Onde o Sr. (a) mora hoje?
- f) Onde o Sr. (a) morava antes?
- h) Como o Sr. (a) se considera (Indígena ou não indígena)
- i) Qual é o seu trabalho principal?
- j) Porque o Sr. (a) se filiou ao sindicato?
- k) Há quanto tempo o senhor (a) faz parte do sindicato?
- l) Qual a sua função hoje na diretoria do sindicato?
- m) O senhor (a) faz parte de outro sindicato ou associação?
- n) O senhor (a) é filiado a algum partido político?

Bloco II: Processo Histórico da criação do sindicato

- a) Você sabe quais foram os motivos que levaram a criação do sindicato dos pescadores em Tabatinga?
- b) Quem participou da criação?
- c) Saberia informar quais as comunidades rurais envolvidas?
- d) Como se deu o processo de mobilização para a criação do sindicato?
- e) Houve apoio de alguma Instituição pública ou outros?
- f) Quantos pescadores participaram da mobilização para a criação do sindicato?

- h) Como era a relação dos pescadores que participaram da fundação do sindicato com a colônia dos pescadores antes de sua existência?
- i) Qual a relação do sindicato com a colônia dos pescadores hoje?

Bloco III: A Dinâmica do Sindicato

1. Durante as assembleias no sindicato quais são as reivindicações feitas pelos associados(a)
2. Quais as principais pautas de reivindicação da atual gestão do sindicato hoje?
3. De que forma é organizado as assembleias no sindicato?
3. Nas assembleias realizadas pelo sindicato existe a participação de algum órgão público ou representante de outras instituições? quais
4. Durante o seu mandato na diretoria do sindicato quais foram as principais ações?
5. Quais são os critérios para ser associado no sindicato?
6. Que tipos de atividades coletivas o sindicato proporciona aos seus associados?
7. Quais são os principais serviços que os pescadores(a) buscam na diretoria?

Bloco IV. Organização e Representação Política

1. O que você entende por representação política?
2. Como o senhor (a) avalia a participação dos associados são sindicato?
3. Qual é a representação política do sindicato na assembleia legislativa do Amazonas?
4. Quais são os diálogos institucionais entre o sindicato e o presidente da comissão de Agricultura, pecuária, pesca, abastecimento e desenvolvimento rural do Amazonas (Deputado Estadual Dermilson Chagas).
5. Qual a relação do sindicato hoje com o poder público municipal de Tabatinga (prefeitura e suas secretarias).
6. Qual é a participação do sindicato nas audiências públicas da câmara municipal de Tabatinga?
7. Quais as reivindicações levadas para se discutir na câmara municipal?
8. Qual a relação do sindicato hoje com o poder público estadual?
9. Quais as reivindicações a se discutir em âmbito estadual?
10. Qual a relação do sindicato hoje com o poder público federal?
11. Quais as reivindicações a se discutir em âmbito federal?

Bloco V: Conflitos internos e externos da diretoria do Sindicato

1. Existe divergências entre os membros da diretoria por questões administrativa?
2. O sindicato já teve ou existe algum conflito com outra associação, sindicato ou outras instituições?
3. A diretoria do sindicato já sofreu ou tem sofrido ameaças por algum representante de órgão público, empresário ou político?
4. Nas assembleias anuais do sindicato já houve conflitos entre os associados e a diretoria por tomadas de decisões? Caso sim quais foram os motivos.

5. Desde a criação do sindicato alguma manifestação foi feita para reivindicar os direitos da categoria com alguma instituição pública? Existiu algum tipo de conflito por essa manifestação.

Bloco VI: Conflitos Pesqueiros por Territórios de pesca no rio Solimões.

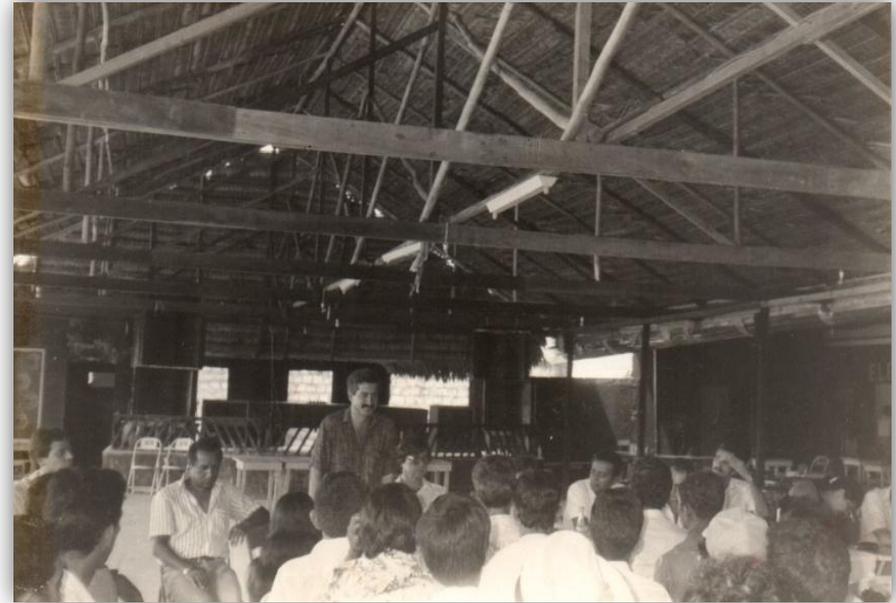
1. Desde o tempo que senhor (a) está na diretoria do sindicato (a) já presenciou algum tipo de conflito social por demarcação de territórios de pesca no rio Solimões ou em outras áreas?

2. Os associados do sindicato têm sofrido algum tipo de conflitos por recursos pesqueiros?

3. Quais são as áreas de pesca no rio Solimões que tem gerado conflitos pesqueiros com outros agentes sociais da região?

4. Como as autoridades têm atuado para combater os crimes e a violência sofridos aos pescadores ribeirinhos da região pelos chamados “piratas dos rios”? (Descrição densa)

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS DO CAMPO



Reuniões da equipe da Emater nas comunidades ribeirinhas e na sede do município de Tabatinga – AM, para o processo de organizações associativas (1976-1978). **Fonte:** Arquivos fotográficos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM.



Assembleia geral na primeira organização sociopolítica (Associação) instituída pelos dos pescadores(as) de Tabatinga (2008). **Fonte:** Arquivos fotográficos do SINDPESCA/TBT.



Terreno adquirido por meio de compra, em (2010), onde foi construída a sede atual do Sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga. **Fonte:** Arquivos fotográficos do SINDPESCAT/BT.



À esquerda, a Sede atual do Sindicato dos pescadores e, à direita, parte dos membros da diretoria e conselho fiscal.

Fonte: Arquivos pessoal do Autor, 2018.



À esquerda, o pesquisador em campo, à direita, o indígena membro do conselho fiscal traduzindo para a língua indígena Tikuna a pauta e as discussões da assembleia.

Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2019.



À esquerda, o flutuante do sindicato e, à direita, a secretaria da diretoria do sindicato coletando as assinaturas dos seus filiados durante uma das assembleias gerais.

Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2019.



O presidente do sindicato em discurso de posse como vereador suplente na Câmara Municipal de Tabatinga – AM.
Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2018.



Visita à sede do Sindicato dos Pescadores Artesanais no Estado do Amazonas (Manaus), na fotografia ao lado do pesquisador o presidente da instituição e os representantes da pesca dos municípios do Careiro Castanho (Sindicato) e de Tabatinga (Colônia de pescadores Z-24). **Fonte:** Arquivos pessoal do Autor, 2018.